

Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.23, n.4, out./dez. 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Marco Antônio Verardi Fialho

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editores: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.23, n.4 (out./dez.2016)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/Elektronische Zeitschriftenbibliothek)
OAJI (Open Academic Journals Index)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>

SUMÁRIO

O OLHAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA-MG SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA: UMA DISCUSSÃO PAUTADA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS Edna Lopes Miranda, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Sheila Maria Doula	7
INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AO CULTIVO DO TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS: UM ESTUDO DE CASO Rosiele Cristiane Ludtke, Anelise Graciele Rambo, Janete Stoffel	24
QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: LEVANTAMENTO EM UMA COMUNIDADE PESQUEIRA LOCAL Paulo Sérgio Almeida-Santos, Andreia Carpes Dani, José Luís Alves Araújo, José Matias-Pereira	46
RESGATE E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE CRIOLA EM IBARAMA-RS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO Marielen Priscila Kaufmann, Lia Rejane Silveira Reiniger, José Geraldo Wizniewsky, Marlove Fátima Brião Muniz	66
CONHECIMENTO TRADICIONAL E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DA RURALIDADE NO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA Patrine Souza, João Fert Neto, Joseane Madruga, Patricia Fernandes, Silvia Danieli Werter	79
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA Murilo Didonet de Moraes, José Roberto Rambo, Omar Jorge Sabbag	95
PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL) Robertho Marconi Santos Ruas, Diego Corrêa Furtado, William Santos de Assis, Gutemberg Armando Diniz Guerra	114
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	132

SUMMARY

THE LOOK OF FAMILY FARMERS IN ARAPONGA-MG COUNTY ON THEIR PRODUCTION ORGANIZATION: A DISCUSSION GUIDED IN SOCIAL REPRESENTATIONS

Edna Lopes Miranda, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Sheila Maria Doula

7

INITIATIVES TOBACCO CULTIVATION DIVERSIFICATION IN THE CITY OF SANTA CRUZ DO SUL - RS: A CASE STUDY

Rosiéle Cristiane Ludtke, Anelise Graciele Rambo, Janete Stoffel

24

QUALITY OF PUBLIC SERVICE FOR PROMOTING SUSTAINABLE AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT: SURVEY ON A LOCAL FISHING COMMUNITIES

Paulo Sérgio Almeida-Santos, Andreia Carpes Dani, José Luís Alves Araújo, José Matias-Pereira

46

RESCUE AND CONSERVATION OF CREOLE AGROBIODIVERSITY IN IBARAMA-RS: MAINTENANCE STRATEGIES

Marielen Priscila Kaufmann, Lia Rejane Silveira Reiniger, José Geraldo Wizniewsky, Marlove Fátima Brião Muniz

66

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND AGROECOLOGICAL PRACTICES AS A WAY OF RURALITY RESISTANCE IN SANTA CATARINA SOUTH HIGHLANDS

Patrine Souza, João Fert Neto, Joseane Madruga, Patricia Fernandes, Silvia Danieli Werter

79

EFFICIENCY ANALYSIS OF THE USE OF RESOURCE FROM FOOD PURCHASE PROGRAMME WITH SIMULTANEOUS DONATION MODE

Murilo Didonet de Moraes, José Roberto Rambo, Omar Jorge Sabbag

95

CHILD SOCIALIZATION PROCESSES IN THE CONTEXT OF A URBAN FAMILY ESTABLISHMENT OF DAIRY CATTLE IN CASTANHAL (PARÁ, BRAZIL)

Robertho Marconi Santos Ruas, Diego Corrêa Furtado, William Santos de Assis, Gutemberg Armando Diniz Guerra

114

STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION

132

O OLHAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA-MG SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA: UMA DISCUSSÃO PAUTADA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Edna Lopes Miranda¹
Ana Louise de Carvalho Fiúza²
Sheila Maria Doula³

RESUMO

Este estudo teve por objetivo compreender as possibilidades de organização coletiva dos agricultores familiares a partir das práticas rotineiras de sociabilidade. Analisou-se, de forma particular, o modo como os agricultores familiares da Zona da Mata Mineira desenvolviam as suas práticas coletivas de organização produtiva no cultivo do café. A pesquisa teve um caráter *cross-sectional*, com a realização pontual de doze (12) entrevistas aos agricultores familiares que moram na comunidade rural de São Joaquim, no município de Araponga/MG. Os resultados mostraram que, na percepção dos agricultores, a organização produtiva tinha um significado de bem comum, de busca por melhorias das condições de vida e trabalho no campo que se baseia na “união”, “ajuda mútua” e “solidariedade”. Constatou-se claramente uma tendência cultural dos entrevistados a se reconhecerem enquanto “agricultores familiares” e também como participantes deste processo, já que suas representações sociais partem de um discurso no qual o pequeno agricultor é valorizado e reconhecido pela sua experiência. Por fim, as representações sociais dos agricultores sobre a sua organização produtiva têm também uma dimensão identitária construída a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes.

Palavras-chave: análise de conteúdo, práticas cotidianas.

THE LOOK OF FAMILY FARMERS IN ARAPONGA-MG COUNTY ON THEIR PRODUCTION ORGANIZATION: A DISCUSSION GUIDED IN SOCIAL REPRESENTATIONS

ABSTRACT

This study aimed to understand the possibilities of the familiar farmers collective organization from the routine sociability practices. It was analysed, particularly, how the familiar farmers from Zona da Mata Mineira used to develop their collective

¹Graduada em Economia Doméstica (UFV). Mestre em Economia Doméstica (UFV). Doutoranda em Extensão Rural (UFV). E-mail: edna.miranda04@hotmail.com

²Professora do Departamento de Economia Rural (UFV). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). E-mail: analouise@ufv.br

³Professora do Departamento de Economia Rural (UFV). Doutora em Antropologia Social (USP). E-mail: sheila@ufv.br.

practices of productive organization in coffee cultivation. The research can be characterized as *cross-sectional*, relying on twelve (12) interviews to the familiar farmers that live in a rural community in São Joaquim, Araponga municipality/MG. The results showed that in the farmers perception the productive organization had a common meaning, of searching improvements in the life and work condition in the field based on the “union”, “mutual help” and “solidarity”. It was clearly found a cultural trendy by the interviewers to recognize themselves as “familiar farmers” and also as participants of this process, regarding that their social representations come from a discourse where the small farmer is valorized and recognized by thier experiences. Finally, the farmers social representations about their productive organization have also an identity construction from the setting relationships with the territory and with the culture through values, beliefs and custos.

Keywords: content analysis, routine practices.

1. INTRODUÇÃO

A forma como os costumes se constituíram em um instrumento de ação coletiva voltado para o enfrentamento das transformações socioeconômicas enfrentadas pelos camponeses já se constituiu em objeto de estudos brilhantes como os de DUBY (1962), THOMPSON (1998) e POLANYI (2000), dentre outros clássicos da sociologia rural. Contudo, estudar as formas atuais pelas quais os agricultores familiares vêm constituindo as suas práticas, ora de resistência e enfrentamento, ora de adaptação ao aprofundamento das práticas e relações de produção capitalistas, se constitui em uma oportunidade de compreender melhor a forma como a agricultura familiar se mantém viva e reproduzindo as suas condições sociais de existência.

As discussões acerca da agricultura familiar tiveram maior enfoque no decorrer da década de 1990, com a emergência dos problemas relacionados à grande concentração fundiária, ao modelo de organização sociopolítico e econômico e o fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutavam pelo direito à terra. Neste sentido, muitos estudos vêm sendo produzidos visando aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar na agricultura, especialmente no que se refere às formas que este segmento vem desenvolvendo no sistema capitalista de produção contemporâneo, bem como seu processo de adaptação e resistência ao sistema de mercado diante da intensificação das relações capitalistas. A agricultura familiar caracteriza-se pela sua relação entre trabalho e gestão familiar, com ênfase para a diversificação produtiva e para a sustentabilidade dos sistemas de produção tradicionais, destacando a autonomia relativa do pequeno produtor¹. Além disso, se considerarmos o Brasil como um país onde persistem até os dias atuais raízes agrárias centradas no latifúndio, no qual as políticas públicas são voltadas em sua grande maioria para o agronegócio, podemos dizer que a agricultura familiar subsiste pressionada pelo agronegócio – como apontam os estudos sobre a questão agrária brasileira (TEDESCO, 1999; SCHNEIDER, 2006; WANDERLEY, 2001). Esta situação não é diferente na região da Zona da Mata Mineira, mais especificamente no município de Araponga/MG, no qual os pequenos agricultores vêm desenvolvendo estratégias de resistência e adaptação com o intuito de melhorar as condições de trabalho e vida no campo.

Tendo em vista as idéias esboçadas acima, cabe-nos questionar: quais são as representações sociais dos pequenos agricultores sobre sua organização social e produtiva no cultivo do café? Quais são suas estratégias de mobilização? Sendo

assim, para entender a organização social e produtiva familiar, é necessário considerar as ações e estratégias dos pequenos agricultores no espaço rural.

Neste trabalho, a categoria “agricultura familiar” é usada de forma geral para designar unidades produtivas nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho estão estritamente ligados ao grupo familiar. De acordo com Wanderley (2001), as unidades de produção familiares têm como características principais uma organização produtiva fundamentada no trabalho familiar e processos particulares de sucessão hereditária, uma vez que a terra, para esses agricultores, não é só um meio de produção, nem unicamente seu maior patrimônio, mas é parte do seu modo de vida. Segundo Corrêa e Gerardi (2002), o pequeno agricultor familiar atual possui características que o diferenciam do camponês devido à abertura do mundo rural ao modo de vida moderno que possibilitou esta interconexão entre o rural e o urbano. Desta forma, o agricultor familiar está integrado ao mercado de diversas maneiras e, portanto, sofre os efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital.

A partir dessas premissas, o presente artigo pretendeu analisar como os pequenos agricultores do município de Araponga/MG, em particular da comunidade de São Joaquim, têm percebido a sua organização social e produtiva, enfatizando as atribuições simbólicas relacionadas às estratégias desenvolvidas em sua vida cotidiana. Assim, os resultados desta pesquisa referem-se unicamente a estes casos e não a um contexto geral dos pequenos agricultores. Apresenta-se, inicialmente, uma discussão sobre as teorias de Representações Sociais para entender a organização social e produtiva dos pequenos agricultores da comunidade de São Joaquim no Município de Araponga/MG, bem como as suas práticas cotidianas desenvolvidas no cultivo do café em suas propriedades rurais. Em seguida, apresentam-se os dados empíricos da pesquisa.

2. CONCEPÇÃO TEÓRICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na obra que fundou a Sociologia moderna de Émile Durkheim (1975) é que se encontram as primeiras alusões ao conceito de Representações Sociais. Para este autor, a ideia de representação social parte do conceito de representações coletivas, entendidas como formas de pensamento que a sociedade elabora para expressar sua realidade e que são incorporadas e interiorizadas pelos indivíduos através das normas e regras que constituem a estrutura social. Assim, são formados os sistemas de representação coletivos nos quais é possível criar esquemas de percepção, juízos que fundamentam as maneiras sociais de agir, pensar e sentir dos indivíduos.

Dentre as bases teóricas adotadas neste estudo estão os questionamentos acerca das representações sociais e sua influência sobre as percepções e significados que os atores sociais⁴ exprimem a respeito de suas ações na organização social e produtiva da agricultura familiar. Por isso, falar em representações sociais implica em considerá-las como emergentes na dimensão simbólica da vida social, pois servem para agir sobre o mundo e sobre os outros.

Segundo Jodelet (2001, p. 8), a representação social é “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Partindo desta concepção, as representações são criadas para informar o homem sobre o mundo à sua volta, construir o conhecimento sobre como se comportar, dominá-lo

⁴Apreendidos como “sujeitos ativos” na construção dos processos sociais em que estão envolvidos, segundo a perspectiva de análise centrada nos atores, de Long e Van der Ploeg (2011).

físico e intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam. Esta premissa pode ser observada nos resultados da pesquisa realizada por Nino e Sacco dos Anjos (2015) no município de Pelotas/RS, ao analisarem as representações sociais dos produtores sobre a propriedade da terra e uso dos recursos naturais considerando as disposições da legislação ambiental.

Seguindo esta mesma perspectiva, Quintero (2008) enfatiza que as representações sociais manifestam-se na linguagem e nas práticas, como consequência da sua função simbólica que podem ser utilizadas para codificar e classificar o mundo da vida. Sendo assim, não basta apenas que um fenômeno seja falado por um grupo de pessoas para que se torne objeto de investigação no campo das representações sociais, mas que este tenha relevância e implicação na vida cotidiana do grupo, fazendo com que as pessoas se posicionem, não somente de forma abstrata, mas também quanto às práticas sociais desenvolvidas no dia a dia do grupo.

De acordo com Goffman (1999), a vida cotidiana pode ser comparada a um teatro em que os indivíduos desempenham papéis diferentes e interagem com outros indivíduos através dos seus comportamentos físicos e verbais. Desta forma, o cotidiano das ações dos atores tem variados palcos que correspondem aos espaços da materialidade da cultura e suas representações. Todavia, neste estudo, as formas como os pequenos agricultores se mobilizam precisa ser compartilhada entre os vários atores sociais para que se torne um ponto de negociação, de práticas e de identidades.

A partir destas colocações e tomando como referência a geografia do cotidiano de Goffman (1999), verifica-se a íntima relação entre práticas e representações sociais, já que algumas práticas permitem descobrir aspectos da representação que não são verbalizados, mas que podem ser testemunhados por meio de atitudes e práticas cotidianas. Ancoradas nestes autores, as representações sociais sobre a organização social e produtiva dos agricultores familiares adquirem grande importância, uma vez que indicam o conhecimento pelo qual os indivíduos dão significados acerca do que vivem, nas relações que estabelecem, nos objetos que utilizam, entre outros elementos que caracterizam a representação de um indivíduo ou do grupo no qual está inserido.

Partindo da ideia de que as representações sociais conferem um sentido a determinadas ações e atitudes das pessoas, esta é tratada neste estudo como uma categoria interpretativa das práticas cotidianas desenvolvidas pelos pequenos agricultores, na medida em que se apresenta como uma modalidade de conhecimento construída e compartilhada no ambiente social. Além disso, dada a sua capacidade operacional, as representações sociais podem proporcionar um maior entendimento sobre as práticas desenvolvidas pelos pequenos agricultores em sua organização social e produtiva do café, bem como nos levam a questionar se os agricultores familiares seriam conformados com o modelo capitalista de produção, ou ao contrário, lançam mão de estratégias de resistência a este modelo, permitindo a criação de espaços de autonomia.

3. AS PRÁTICAS COTIDIANAS DOS PEQUENOS AGRICULTORES EM SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

A organização social e produtiva dos agricultores familiares surge como produto da união dos esforços individuais na perspectiva de encontrar, de maneira conjunta, a solução para os problemas detectados em seu cotidiano do trabalho. Neste sentido, a organização social dos agricultores, muitas vezes, é o resultado da ausência do Estado na solução dos problemas enfrentados por estes, especialmente no que se refere às necessidades básicas (habitação, serviços públicos, educação e saúde). Por isso, quanto mais agudos são os problemas ou mais desafiantes os propósitos comuns, mais esforços são despendidos para alcançar maiores níveis de organização. Portanto, pode-se dizer que se a sociedade não contar com redes de organização, é muito difícil amadurecer processos democráticos (GONZALEZ, 1995).

Autores como Schneider (2006), Scott (2002) e Silva (1998) destacam a importância em se analisar as práticas, processos e formas de organização que são adotadas por agricultores de base familiar para construir alternativas viáveis e sustentáveis de subsistência, sendo capazes de agir e decidir sobre sua própria vida em uma situação de dominação econômica, política e cultural. Na obra *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, o antropólogo americano James Scott (1985), enfatiza as estratégias de resistência utilizadas pelos camponeses da Malásia em virtude da tecnificação na produção de arroz e aponta as relações de poder entre os indivíduos subordinados que, muitas vezes, são obrigados a adotar uma postura estratégica na presença de quem os domina. No entanto, a adoção desta postura não implica necessariamente em um confronto direto, mas em desenvolver estratégias silenciosas e discursos ocultos entre seus pares em relação à dominação que lhes é imposta. Nem sempre a resistência tem o objetivo de eliminar as relações de dominação ou de desestruturar o sistema, mas tem a intenção de sobreviver dentro dele.

Assim, os estudos desenvolvidos por Scott (1985, 2002) propõem compreender as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas, demonstrando uma afinidade com o pensamento de Goffman (1999), que se dirige para os contatos face a face, cuja tese central carrega implicitamente a ideia de que as pessoas, por intermédio de suas interações, teatralizam as relações experimentadas no cotidiano. No entanto, vale ressaltar que a epistemologia defendida por Scott (1985) não se caracteriza apenas pelo interacionismo simbólico, mas entende que as formas de representação que os indivíduos utilizam nas relações cotidianas com seus pares e com seus opositores são também definidas pela estrutura social.

Neste sentido, Scott (1985) argumenta que os indivíduos com menor poder, seja econômico ou político, direcionam suas ações de modo a utilizar sua capacidade criativa para reorganizar relações e garantir a sua organização social e produtiva. Este aspecto pode ser observado também em pesquisa realizada por Silva (1998) com os camponeses nortenhos, nomeadamente minhotos, ao afirmar que as práticas dos agricultores sejam de confrontação, sejam de conformismo e adaptação à ordem vigente, guardam estreita correspondência com as suas demandas da vida cotidiana, com o seu estilo de vida e com o processo de constituição de suas identidades coletivas e individuais. Portanto, ambos os autores concordam que o repertório de ação coletiva implica em estratégias de resistência e adaptações por parte dos agricultores ao contexto que lhes é colocado.

Corroborando esta mesma perspectiva, o artigo *Resistência e empoderamento no meio rural*, de Ferreira et al. (2007), retrata as diferentes formas de resistência e luta dos agricultores paranaenses em busca da afirmação do caráter multidimensional da pequena agricultura familiar e a reafirmação de sua identidade como agricultores que passam a ser atores nos processos de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Rambaud (1969) acrescenta que os trabalhadores da terra são capazes de desenvolver iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos e em luta contra as formas de dominação política ou econômica vigente, uma vez que “a terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, mas, também, o espaço da liberdade individual conquistada sobre a sociedade e, mais ainda, contra o Estado” (p. 111).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto, recorreu-se à pesquisa qualitativa, na qual a coleta e análise das informações não são estanques e mantêm-se em relações recíprocas com a teoria. Na concepção de Minayo (2004), a pesquisa qualitativa envolve metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. Desta forma, a categoria de pesquisa selecionada foi o estudo de caso, pois somente o estudo intensivo de um caso permite a descoberta de determinadas relações (TRIVIÑOS, 1995).

Para proceder à coleta de dados foi realizada, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica acerca da forma de organização produtiva dos pequenos agricultores, com o intuito de fundamentar teoricamente o objeto de estudo. Segundo Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente, que significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico.

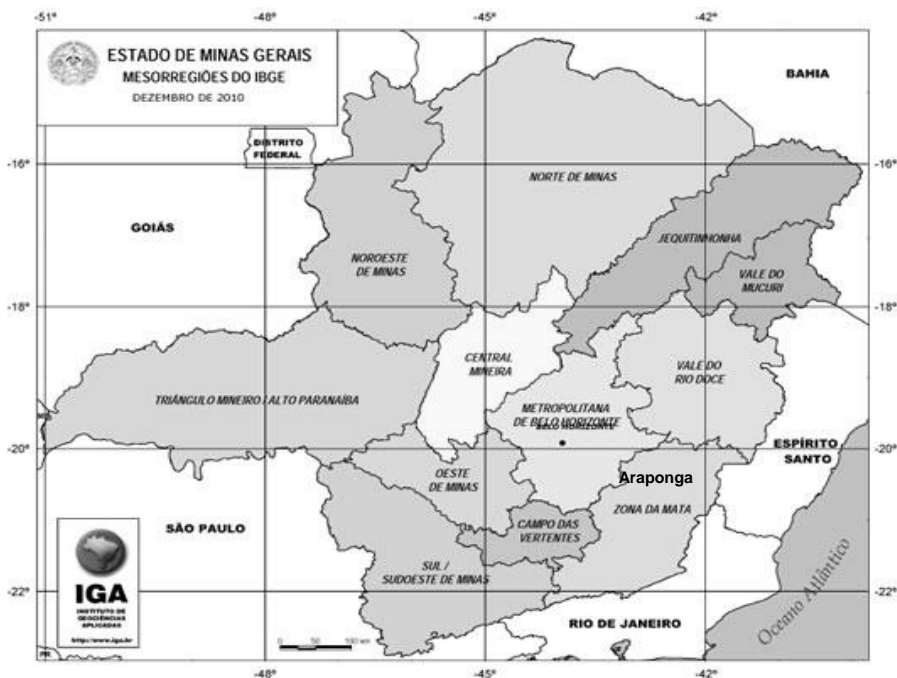
Já em um segundo momento, a pesquisa teve um caráter *cross-sectional*, com a realização pontual de entrevistas voltadas para compreender o fenômeno da organização produtiva coletiva culturalmente sustentada. Para a escolha dos entrevistados, adotou-se como parâmetro a amostra não-probabilística, em que os sujeitos participantes foram selecionados pelo critério de intencionalidade após reuniões com os próprios agricultores.

O universo empírico e lócus da pesquisa escolhido foi o município de Araponga/MG, mais precisamente a comunidade de São Joaquim, onde a agricultura predominante praticada pelo pequeno agricultor é, por definição, uma agricultura familiar de subsistência em áreas menores que 100 hectares. Uma das principais características desta comunidade é o fato de que ali vivem pequenos agricultores que foram fundadores das principais organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares do município, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA) e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol). Desta forma, o que nos levou a escolher o caso de Araponga foi a constatação de que nesse pequeno município no interior de Minas Gerais, com população predominante rural, essas dinâmicas de ação coletiva levaram a uma complexificação do tecido associativo local para além das fronteiras municipais.

Localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, como mostra o mapa a seguir, este município possui uma população de aproximadamente 8.328 habitantes,

dos quais cerca de 70% vivem no meio rural, sendo 90% das propriedades de base familiar (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização do município de Araponga na mesorregião da Zona da Mata Mineira



Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (2012).

A renda advinda do café se constitui na base da economia do município, seguindo-se da pecuária e do turismo rural desenvolvido nas propriedades em torno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Ocupado, em sua maioria, por pequenos agricultores, este município apresenta uma estrutura agrária que se caracteriza por uma elevada fragmentação da propriedade rural, cuja viabilidade depende da tenacidade dos agricultores e da adoção de estratégias e formas de resistência cotidianas (CTA, 2002).

Tendo em vista a realização de uma pesquisa qualitativa que tem como enfoque a Teoria das Representações Sociais, a amostra foi delimitada em doze entrevistas individuais junto aos pequenos agricultores. Nas entrevistas, procurou-se traçar as ações e estratégias dos agricultores, bem como a relação com a terra no cultivo do café e a percepção dos mesmos sobre as formas de mobilização e organização social produtiva. Neste sentido, o roteiro de entrevista foi elaborado com base em três elementos apresentados na Teoria das Representações Sociais por Jodelet (2001) e que sustentam a pesquisa: o sujeito, a representação e o objeto – quem sabe e de onde sabe? O que sabe e como sabe? Sobre o que sabe e com qual efeito?

Para a obtenção dos dados referentes à caracterização e perfil dos pequenos agricultores foram analisadas as seguintes variáveis: idade, sexo, estado

civil, escolaridade e vínculo com a agricultura. Na caracterização da organização produtiva dos agricultores foram identificadas as práticas de cultivo da propriedade e suas formas de participação na organização, no sentido de buscar compreender as representações sociais dos agricultores em relação a sua organização produtiva, bem como o envolvimento da mesma na região. Para tanto, as entrevistas foram divididas em duas partes: a primeira, constituída de itens referentes ao perfil sociodemográfico dos participantes; e a segunda, composta por questões norteadoras: O que é organização social e produtiva dos agricultores? O que ela representa para você? Quais são os pontos fortes e fracos da organização?

A pesquisa de campo foi realizada entre setembro e outubro de 2015 no município de Araponga/MG. Neste período, foram realizadas três visitas as propriedades rurais onde foram feitas dez entrevistas e uma visita no final de semana para participar de uma reunião do Sindicato Rural dos Trabalhadores, na qual realizamos duas entrevistas. Após as entrevistas, o próximo passo foi a transcrição e a análise das mesmas, com o olhar atento às visões de mundo dos atores sobre os aspectos discutidos anteriormente.

Nessa abordagem, utilizaram-se as representações sociais como instrumento de interpretação e também como suporte metodológico para categorizar o que foi apreendido nas falas dos entrevistados, permitindo-nos classificar e compreender as múltiplas visões de mundo dos pequenos agricultores. Entendendo que são vários os modos de imaginar e representar o espaço de vida e de trabalho dos agricultores familiares, elaboramos, a partir da análise dos dados qualitativos, uma cartografia crítica do cotidiano, no sentido de identificar as formas ou modalidades de resistência que operam no processo de organização produtiva e social desses agricultores. Ancorada na teoria jodeliana de representações sociais e entendendo que a cartografia é também uma representação social deste espaço singular, optamos por denominá-la de “cartografia da resistência”.

Procurando ser coerente com a proposta da pesquisa, para análise dos dados recorreu-se à teoria das representações sociais como abordagem e a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1994), para discussão das informações qualitativas apresentadas pelas entrevistas. A análise do conteúdo das entrevistas buscou desvendar, fundamentalmente, não só as representações sociais dos pequenos agricultores da comunidade de São Joaquim sobre sua organização produtiva do café, bem como indagar acerca das suas práticas e percepções sobre a propriedade e uso da terra. De modo geral, as representações sociais ou coletivas devem ser entendidas como processos ou fenômenos mentais compartilhados, através dos quais as pessoas organizam suas vidas.

Desta forma, a análise do conteúdo das entrevistas buscou definir como os pequenos agricultores da comunidade de São Joaquim em Araponga/MG se organizam, quais os pontos fracos e fortes desta organização, bem como entender suas práticas e percepções sobre suas práticas cotidianas de trabalho. Para tanto, os dados colhidos foram transcritos, ordenados, classificados e articulados ao referencial teórico da pesquisa, buscando responder à questão investigada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o suporte da teoria da representação social de Jodelet (2001) vimos na prática como os agricultores atribuem significados a sua trajetória de vida, a sua relação com a terra, com o cotidiano rural e também com o ambiente produtivo, que juntos fazem parte de um conjunto de informações que nos permite observar qual a representação que os agricultores têm de si, explicar os comportamentos dos grupos sociais e entender como o processo de organização social e produtiva dos agricultores dentro de um contexto de agricultura familiar acontece. Além disso, para melhor captar as percepções da realidade investigada, considerou-se a análise de conteúdo dos depoimentos dos produtores rurais, dada a importância das falas que revelam, mesmo na simplicidade do vocabulário, o verdadeiro significado deste estudo. Desta forma, optou-se por formar dois conjuntos de informações que emergiram do processo de coleta de dados, resultando na seguinte estrutura de análise:

1ª) Perfil dos produtores rurais – este primeiro conjunto está relacionado ao perfil socioeconômico e cultural dos produtores. Desta forma, a intenção foi identificar traços comuns aos produtores em seu trabalho e nas relações com a comunidade a que pertencem.

2ª) Experiência da organização produtiva – diz respeito às questões relacionadas às representações sociais dos pequenos agricultores, que, aliadas ao cotidiano rural, constroem suas percepções sobre a realidade da organização produtiva do café. Neste âmbito, o agricultor reflete e avalia sua participação nas decisões dentro da organização e cria estratégias para sobreviver dentro dela. Portanto, as categorias selecionadas foram construídas no âmbito da própria pesquisa e surgiram da convergência de dados obtidos na prática investigada.

5.1. CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS AGRICULTORES

Com respeito ao sexo e faixa etária dos agricultores, constatou-se que dos doze entrevistados, todos eram do sexo masculino, encontrando-se seis na faixa entre 29 e 39 anos, quatro na faixa entre 40 e 59 anos e dois acima de 60 anos. Percebeu-se, então, assim como no cenário nacional, uma tendência à permanência das pessoas mais velhas nas propriedades rurais, o que tende a influenciar no processo de organização produtiva, sendo intensificado com a evasão dos jovens para a cidade, principalmente em busca de estudos. No que se refere ao estado civil dos produtores, dois eram solteiros; nove casados e um viúvo. Quanto à escolaridade, constatou-se que todos os agricultores entrevistados estudaram até a 4ª série do ensino fundamental.

Em relação à posse da propriedade rural, a totalidade dos agricultores entrevistados eram proprietários da terra, com área média 10 ha. Sendo assim, os agricultores tinham, em média, a posse da terra há 30 anos, tendo sido obtidas por meio de herança ou compra do terreno. Além do café, eles plantavam, principalmente, milho e feijão, além de se dedicarem à bovinocultura. Neste contexto, trata-se de agricultores com uma pequena unidade produtiva, com baixo grau de mecanização e que utiliza de forma exclusiva a mão de obra familiar.

5.2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS AGRICULTORES SOBRE A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO CAFÉ

As representações sociais sobre a organização social e produtiva do café foram analisadas com base no material coletado pelas entrevistas e ponderadas pela análise temática de conteúdo. No que se refere às “Concepções da organização produtiva”, para oito entrevistados a organização produtiva passa a ideia de mobilização/coletividade e já para quatro entrevistados a organização dá ideia de união, solidariedade e ajuda. Quando perguntados o que seria uma organização produtiva, os agricultores destacaram de forma majoritária, como uma “mobilização coletiva” em prol dos interesses do grupo, como observado na fala de um dos entrevistados: “Uma mobilização coletiva de um grupo em busca de melhorias nas condições de vida e trabalho no campo” (Entrevistado 05, 53 anos, agricultor).

Na percepção dos entrevistados, a organização social e produtiva também se baseia na relação de ajuda mútua entre eles, união e confiança, o que demonstra um alto nível de organização por parte dos agricultores. Desta forma, a evidência de que as organizações buscam respostas coletivas e solidárias diante dos constrangimentos vividos pelos agricultores familiares corrobora com a visão de Gonzalez (1995) ao afirmar que quanto mais críticos são os problemas, mais urgente a necessidade de se organizar.

Os dados resultantes das entrevistas mostraram que, ao serem questionados por que são agricultores, algumas categorias estiveram presentes na maioria das respostas dos entrevistados: por motivo de herança; porque nasceu na terra; por vocação; porque o pai era produtor rural e por tradição – como é possível observar nas falas a seguir:

Não tive oportunidade de estudar, porque tinha que trabalhar na roça, fiquei com a propriedade como herança, casei, construí minha família, tudo porque gosto da agricultura (Entrevistado 12, 53 anos, agricultor).

Meu pai sempre foi produtor rural, quando terminei os estudos, voltei para a propriedade para cuidar da terra, porque eles morreram (Entrevistado 02, 38 anos, agricultor).

Nota-se nas falas dos entrevistados que a falta de oportunidades sociais – principalmente no que concerne à escassez de capital humano – foi um dos fatores determinantes para “ser” agricultor. Apesar disso, sete dos doze entrevistados declararam-se satisfeitos com uso que eles fazem da terra, que possui um significado que vai além do produtivo, como destaca um dos entrevistados: “É uma fonte de renda e lugar pra gente morar, gosto do meio rural, aqui ainda é o melhor lugar para viver com a família” (Entrevistado 08, 45 anos, agricultor).

Observou-se nos depoimentos que os agricultores familiares desejam ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas ao expressarem o “afeto à terra”, o “gostar de trabalhar”, ao sentirem-se orgulhosos com uma “roça bem cuidada”, de sentirem-se “livres” por não terem um patrão, realizando o valor de ser “dono de si mesmo” e de “viver ao ar livre”, “em contato com a natureza”.

A partir desses questionamentos, podemos constatar que a organização produtiva do café para os pequenos agricultores, bem como a prática da agricultura, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade, ao gosto pela terra e pela

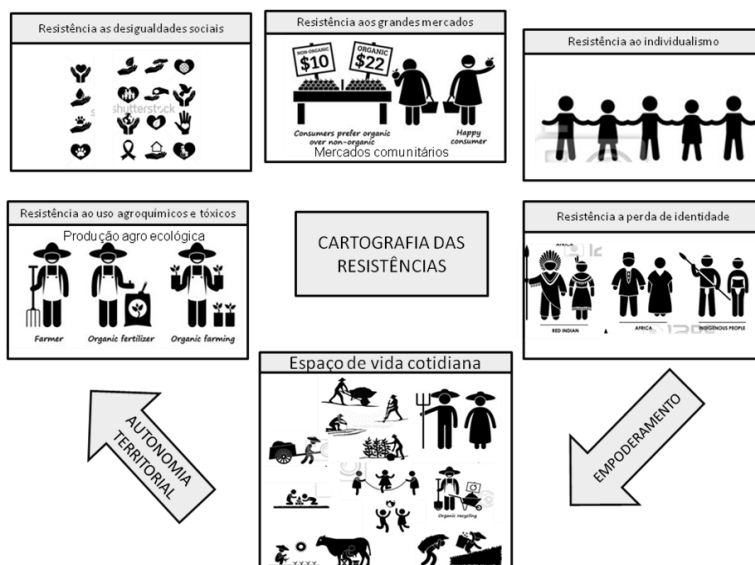
tradição e se destaca como uma condição para manter um modo de vida que seria impensável em outros espaços, principalmente na cidade. Constatou-se entre os agricultores uma espécie de significado simbólico da terra, ao ponto de afirmarem que não se desfariam dela em troca de outra atividade.

No entanto, mesmo sendo esta uma concepção majoritária entre os agricultores, vale ressaltar que o significado material e real do patrimônio também permeia as relações na produção familiar. Neste contexto, a identidade dos agricultores familiares é constituída a partir de tradições, saberes, crenças, comportamentos e valores, que consideram tanto as dimensões materiais quanto simbólicas.

Observa-se que a agricultura familiar é marcada pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território, o que vem fortalecer o pensamento de Candau (2011) de que não existe identidade sem memória, assim como não há memória sem identidade. Desta forma, as representações sociais dos agricultores sobre a sua organização produtiva têm também uma dimensão identitária que são essenciais para o enraizamento do indivíduo no grupo de pertencimento.

Diante do exposto, constatou-se que as representações sociais dos agricultores foram adquiridas através da memória coletiva, ou seja, pelas práticas sociais vivenciadas pelo grupo em seu cotidiano. Esta cartografia subjetiva do cotidiano rural da organização produtiva dos agricultores nos trouxe uma representação crítica da realidade, evidenciando como estes atores sociais se organizam em seu espaço cotidiano, seja pela resistência e/ou adaptação ao modo capitalista de produção, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Cartografia subjetiva do cotidiano rural da organização produtiva dos agricultores da comunidade de São Joaquim – Araponga/MG.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Partindo desta análise cartográfica, pode-se observar que os agricultores familiares da comunidade de São Joaquim têm em comum o fato de privilegiarem as ações não violentas, mas que levam a enfrentamentos, como por exemplo, resistência ao uso dos agrotóxicos, resistência aos grandes mercados, ao individualismo mercadológico próprio do capitalismo e, principalmente, uma resistência à perda da identidade e de um “modo de vida” das pessoas que moram no meio rural, como evidenciado nos relatos:

Na nossa feirinha, você pode encontrar alimentos fresquinhos, direto do produtor, um alimento de qualidade e diferenciado, coisa que você não vai encontrar em nenhum supermercado (Entrevistado 11, 40 anos, agricultor).

Aqui você pode ver que usamos somente insumos orgânicos que é daqui mesmo, como o esterco de boi e a palha do café. Não tem nada de veneno, quer dizer, agrotóxico em nossas plantações (Entrevistado 09, 42 anos, agricultor).

Desta forma, as representações sociais dos agricultores partem de um discurso no qual o agricultor familiar é valorizado e reconhecido pela sua experiência. Embora o cotidiano dos agricultores em sua organização produtiva seja também marcado por assimetrias e conflitos, eles evidenciam a possibilidade de criar coletivamente espaços de relações simétricas, através das práticas e atividades costumeiras desenvolvidas nas comunidades rurais.

Estes espaços estão presentes nos círculos de cooperação e solidariedade, nos dias de campo, nas reuniões da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar (Ecosol), nas manifestações culturais (festas religiosas, quadrilhas e festa da colheita) e na vida cotidiana dos agricultores. Este cotidiano, por sua vez, deve ser entendido como um espaço singular em que se dão as vivências pessoais, os diferentes tipos de trocas e as mais variadas formas de resistência, que se balizam por uma autonomia territorial.

De posse dos resultados, esta cartografia subjetiva do cotidiano mostrou que as estratégias dos pequenos agricultores se situam entre um repertório cotidianamente construído que se caracteriza por práticas rotineiras, cujo repertório de ação não se dá somente pelo acesso à terra, mas também em prol da implementação de práticas relativas ao seu uso, o que confere à sua luta uma nova orientação cultural. Diante deste contexto, a cartografia de atuação dos agricultores sinalizou novas formas de produção e organização social da vida e do trabalho, nas quais se valoriza a autonomia do agricultor.

Pode-se perceber que, para os entrevistados, o campo, longe de ser um espaço homogêneo e pacífico, está entranhado de diferentes conflitos sociais, nos quais a terra deixou de ser percebida como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida particular. Ao serem questionados sobre os pontos fracos e fortes da organização, os depoimentos foram agrupados, considerando-se os significados das palavras-chave presentes nas falas dos agricultores (Quadro 1).

Quadro 1- Pontos fracos *versus* pontos fortes da organização produtiva dos agricultores familiares da comunidade de São Joaquim, Araponga/MG

Pontos fracos da organização	Pontos fortes da organização
Falta de Mão de Obra	União do grupo
Preço dos Insumos	Aumento da produtividade
Evasão dos Jovens	Terra fértil, tranquilidade
Estradas Ruins	Troca de experiência e interação entre os agricultores

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A percepção dos agricultores sobre sua organização produtiva contém uma ambiguidade que expressa a contradição entre o modo de vida rural e as condições de trabalho na agricultura. Se de um lado os agricultores reconhecem a falta de mão de obra e o alto preço dos insumos (entre outros fatores), por outro, a vida no campo oferece vantagens sobre a vida na cidade, como tranquilidade, segurança, além de melhores condições de alimentação.

Esses fatores contribuem para uma imagem positiva do meio rural, expressa pela qualidade de vida oferecida às pessoas. Partindo deste contexto, na organização social e produtiva dos agricultores da comunidade de São Joaquim prevalece a economia das trocas, sendo intercambiados bens materiais, como dinheiro, mantimentos, ferramentas, entre outros, mas também elementos imateriais, como informações, afeto e solidariedade. Além disso, todas essas trocas também envolvem dimensões marcadamente simbólicas, como reconhecimento e prestígio.

Estes resultados evidenciam que na organização produtiva dos agricultores as relações sociais, as práticas de reciprocidade e as redes sociais de cooperação são utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção e assim assumem uma característica de resistência por parte dos produtores. As relações de proximidade, as trocas e atividades em conjunto entre as famílias, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos são elementos aglutinadores da vida social local destes agricultores e, por isso, são fundamentais para a reprodução da agricultura familiar. Partindo desta perspectiva, é de se esperar que os atores sociais passem a ressignificar as suas relações sociais e adequá-las ao contexto que lhes é oferecido, se adaptando diante de uma situação de constrangimento ou dominação provocada pelo sistema capitalista de produção.

Sendo assim, as práticas, atitudes e representações dos produtores rurais sobre sua organização social e produtiva conjugam princípios usualmente nomeados de “tradicional”, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais com relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos. Apesar do evidente fenômeno da mercantilização das práticas econômicas no campo, notou-se que os pequenos agricultores do município de Araponga/MG têm realizado estratégias de resistência e também de reprodução social fundamentadas em relações de ajuda mútua, trocas de dias de trabalho e mutirão, oferecendo um horizonte profícuo acerca de como as lógicas mercantis podem ser contrapostas através de práticas cotidianas e das relações de proximidade entre as pessoas. Este aspecto também é apontado nos estudos de Schneider (2006), Scott (2002) e Silva (1998) ao enfatizarem a necessidade de se considerar as manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos agricultores em seu dia a dia.

Outra questão importante a ser destacada é que os dados resultantes das entrevistas mostraram que não há uma forma de pensar a realidade rural e também de produção, sobretudo no que se refere à organização social e produtiva dos

pequenos agricultores fora do seu ambiente institucional, já que a maioria dos agricultores fazem parte da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol) de Araponga. Esta cooperativa desponta como uma experiência de sucesso do ponto de vista da ação coletiva dos pequenos agricultores neste município. O discurso reproduzido pelos entrevistados sobre cooperação deriva em parte de uma representação positiva sobre a organização produtiva que está diretamente ligada à trajetória e participação do grupo na criação da cooperativa. Desta forma, suas falas apontam para um discurso que se assenta na “união”, “ajuda” e “solidariedade”, o que mostra claramente uma tendência cultural dos entrevistados como participantes do processo de organização produtiva.

Tendo em vista que as cooperativas surgiram no Estado de Minas Gerais no fim de 2004 e início de 2005, a Ecosol/Araponga é uma organização recente, mas que conta com uma forte mobilização por parte dos agricultores familiares e alto grau de organização produtiva, não somente do ponto de vista econômico, mas também com caráter identitário e de reconhecimento social por parte daqueles que trabalham na agricultura familiar, como pode ser percebido nestas falas:

Para mim, uma organização não tem dono, ela é de todos e por isto é dever de cada um participar e cuidar dela. O que faz dar certo são as pessoas. Aqui um respeita o outro, deixando todo mundo dar sua opinião (Entrevistado 03, 45 anos, agricultor).

Aqui nós somos unidos, um ajuda o outro né. De mãos dadas para o bem de todos que vivem da agricultura e precisam dela para o sustento da família. Mas é uma via de mão dupla, que vai e que vem, entendeu? (Entrevistado 06, 43 anos, agricultor).

Os trechos apresentados acima trazem claramente a importância da dimensão social nas representações dos agricultores sobre sua organização produtiva, já que falam da realidade do próprio entrevistado, ou seja, do seu vínculo com a agricultura e o papel importante da organização para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Neste sentido, perceber a organização produtiva dos agricultores permite mapear suas relações sociais, quer seja de união e também de responsabilidade, ou seja, esta relação é “uma via de mão dupla” como relata um dos entrevistados. Além disso, estes depoimentos se norteiam por uma economia moral e também por uma ética de subsistência, como propõe Scott (1985).

Conforme este autor, a ética da subsistência, além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e de modo mais distanciado, com o próprio Estado. Esta ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho do pequeno agricultor e do seu comportamento diante do contexto sociopolítico implementado, como encontrado por Silva (1998) ao analisar os constrangimentos vividos pelos agricultores em consequências da modernização da agricultura nas famílias residentes das aldeias minhotas no Norte de Portugal. Quanto às transformações percebidas pelos produtores em seu modo de vida, houve unanimidade na valoração das vantagens econômicas geradas pela organização, que refletiu significativamente na economia familiar dos produtores:

Mudou bastante, nossa! Pra você ter uma ideia, antes da gente se organizar aqui na comunidade, a gente não tinha dinheiro pra nada. Pra te falar verdade, pra comê nós tinha. Fome nunca teve, mas necessidade sim. Depois que comecei a

reunir com outros produtores e nos organizar para saber de que forma nós podemos melhorar nossa produção, melhorou muito as coisas por aqui (Entrevistado 05, 50 anos, agricultor).

Nas percepções dos agricultores entrevistados, houve um predomínio e uma frequência maior nas opiniões positivas (favoráveis) à organização social e produtiva local, que veem com otimismo a possibilidade de conciliar os interesses individuais com os coletivos. Tais representações sociais espelham, de fato, como bem ensinou Minayo (1995), categorias de pensamento pelas quais uma sociedade elabora, reelabora e expressa a sua realidade. Assim, à medida que os interesses coletivos são atingidos, uma nova realidade é gestada dentro da organização produtiva dos agricultores, legitimando suas práticas e decisões sobre o que produzir e de que forma produzir, considerando o campo como um espaço cotidiano dotado de significados e sociabilidades.

Para Goffman (1999), o espaço pode ser definido como um dos idiomas que as pessoas utilizam em momentos de interação. Dessa forma, o modo como se comportam e se apropriam de determinado espaço transmite, assim como a própria fala, o que elas querem dizer, como se sentem neste espaço, como querem que outras pessoas as vejam. Os usos que as pessoas fazem dos espaços dependem das representações construídas e compartilhadas pelos sujeitos e são manifestados através de suas atitudes e comportamentos.

Acredita-se assim que, nas relações face a face, os pequenos agricultores tornam-se conscientes dos jogos de representação que marcam seu cotidiano de vida e de trabalho, podendo atuar ou representar de acordo com as regras já existentes. Diante do exposto, os resultados deste estudo vieram confirmar a hipótese de que a organização produtiva do café da região de Araponga/MG, apreendida por meio da memória coletiva dos agricultores, apresenta-se sob o signo da resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a construção de estratégias de resistência e/ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores familiares na região estudada contribuíram para a revitalização do espaço rural, reafirmando a relevância da agricultura familiar no cenário nacional. Neste contexto, nota-se uma revalorização identitária do “ser agricultor familiar” na qual se assenta a capacidade dos agricultores em elaborar estratégias coletivas no âmbito da agricultura familiar em um processo de revitalização do rural.

Com relação à organização produtiva, as representações sociais dos pequenos agricultores foram marcadas pelas sociabilidades que estes agricultores constroem com seus vizinhos, amigos e com a comunidade, formando um projeto cooperativo de desenvolvimento local; ou seja, quanto mais cooperativos no que se refere às atividades produtivas, principalmente quanto ao cultivo do café, mais forte e coesa é sua organização. Desta forma, a unidade produtiva pode ser considerada como expressão de um conjunto de representações de seus donos e daqueles que nela trabalham, através de um olhar no qual se nota uma espécie de sentimento de orgulho parecido com o de um artista que admira sua tela após a última pincelada.

Por fim, destacamos que o ponto de partida para o sucesso da organização produtiva destes agricultores pode ser justamente a percepção de sua própria identidade de agricultor e seu significado para a dinâmica da organização. Além disso, o espaço em que se inscreve o trabalho destes agricultores é significativo

para estes sujeitos, demarcando as estratégias de atuação e também as relações sociais que são estabelecidas dentro desta organização.

7. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Org). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1.182.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CTA – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Sistemas de Produção Agroecológicos. **Revista 15 anos CTA**, 2002.

CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. O. A produção familiar e os desafios do mercado. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 31, p. 109-131, 2002.

DUBY, G. **Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1962.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Ciências sociais**. Trad. Inês D. Ferreira. São Paulo, DIFEL, 1975.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; RODRIGUES, A. S.; SANTOS, E. B.; PINHEIRO, G.; SILVA, O. H. Resistência e empoderamento no mundo rural. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 123-159, 2007.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 8º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GONZALEZ R. E. **Manual sobre participação e organização para a gestão local**. Cali: Foro Nacional por Colômbia, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico de Araponga, 2010. Araponga, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310370>. Acesso em: Jun. de 2014.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS (IGA). Mapa do Estado de Minas Gerais e suas mesorregiões, 2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em Expansão. In: **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista. Katálysis**, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. P. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do**

Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

NINO, L. B.; ANJOS, F. S. Usos da propriedade rural e a nova legislação ambiental no município de Pelotas, RS: uma conciliação viável? **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 03, p. 09-28, jul./set., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/9015>>. Acesso em 26 nov. 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUINTERO, M. C. La naturaleza de las representaciones sociales. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventude**, v. 6, n. 1, p. 55-80, 2008.

RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation.** Paris: Editions Du Seuil, 1969.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN DIESEL. (Org.). **Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

SCOTT, J. **Weapons of the weak:** everyday forms of peasant resistance. Yale University Press: New Haven and London, 1985.

_____. **Los dominados y el arte de la resistência.** México: Ediciones Era, 2002.

SILVA, M. C. **Resistir e adaptar-se:** constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum –** Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AO CULTIVO DO TABACO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS: UM ESTUDO DE CASO

Rosiéle Cristiane Ludtke¹
Anelise Graciele Rambo²
Janete Stoffel³

RESUMO

Este artigo analisa os mecanismos que levam famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças no município de Santa Cruz do Sul/RS. Pretende-se verificar motivações e alternativas de diversificação da produção na maior região produtora de tabaco do país, e quais políticas públicas são mobilizadas. Para tal, será feita uma análise considerando os reflexos da modernização da agricultura, em especial, sobre a agricultura camponesa, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. O referencial teórico mobilizado engloba a sociedade de risco de Ulrich Beck e a perspectiva orientada ao ator de Long e Ploeg. Enquanto resultados, verifica-se que as iniciativas de diversificação manifestam uma autoconfrontação aos riscos produzidos pela monocultura do tabaco a qual está pautada nos ditames da Revolução Verde. Essa produção diversificada tende a fortalecer a capacidade de agência dos camponeses, como resposta aos riscos produzidos pela cadeia produtiva do tabaco e emerge de uma perspectiva onde o sujeito camponês, de acordo com sua realidade, seu modo de vida, busca minimizar estes efeitos.

Palavras-chave: Camponeses, Autoconfrontação, Diversificação, Tabaco.

INITIATIVES TOBACCO CULTIVATION DIVERSIFICATION IN THE CITY OF SANTA CRUZ DO SUL - RS: A CASE STUDY

ABSTRACT

This article analyzes the mechanisms by which tobacco farming families to implement diversification initiatives and analyze the dynamics of these changes in Santa Cruz do Sul/RS. It is intended to verify motivations and production diversification alternatives in most tobacco producing region of the country, and what public policies are mobilized. This requires an analysis will be done considering negative effects of agricultural modernization, in particular on peasant agriculture,

¹Graduada em Tecnologia em Agropecuária (UERGS). Especialização no Programa de Formação para Docentes (UERGS). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFFS/Laranjeiras do Sul – PR). Email: rosieleludtke@gmail.com

²Graduada em Geografia (UNIJUI), Mestre em Geografia (UFRGS). Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora do Departamento Interdisciplinar (UFRGS). Email: ane_rambo@yahoo.com.br

³Graduada em Ciências Econômicas (UNIJUI). Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIJUI). Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professora Adjunta (UFFS). Email: janete.stoffel@gmail.com

considering social, economic and environmental. The theoretical framework encompasses mobilized the risk society Ulrich Beck and the prospect oriented actor Long and Ploeg. As results, it appears that diversification initiatives manifest a self-confrontation to the risks produced by the tobacco monoculture which is guided in the dictates of the Green Revolution. This diversified production tends to strengthen the agency's capacity of farmers in response to the risks produced by this production chain and emerge from a perspective where the individual peasant, according to their reality, their way of life, seeks to minimize these effects.

Keywords: Diversification, Tobacco, Peasants, Self-confrontation.

1. INTRODUÇÃO

O estudo de iniciativas de diversificação em áreas produtoras de tabaco no município de Santa Cruz do Sul é instigado pelas seguintes inquietações: se o cultivo do tabaco é uma das atividades mais rentáveis por área plantada, porque as famílias fumicultoras não se mantêm no monocultivo do tabaco? O que faz com que, cada vez mais famílias realizem processos de diversificação? Se é tão rentável, por que os jovens fumicultores também saem das propriedades e buscam alternativas nas cidades?

Frente a esses questionamentos, o presente estudo de caso busca investigar o que leva famílias de camponeses⁴ a implementarem iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco e encontrar alternativas de renda na maior região produtora de tabaco do país. Entendemos que essas iniciativas de diversificação são decorrentes do que Ulrich Beck (1995) chama de sociedade de risco. Ou seja, entendemos que as iniciativas de diversificação desencadeadas pelos camponeses junto a suas organizações representativas e, com o auxílio de políticas públicas, podem ser compreendidas enquanto autoconfrontação com os efeitos colaterais da modernização da agricultura e da consequente, monocultura do tabaco⁵.

Por iniciativas de diversificação compreendemos o processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida. Já a diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda,

⁴Utilizaremos o termo camponês ao invés de agricultor familiar pela afinidade que temos com o conceito e por entender que o termo historicamente utilizado foi camponês. Entendemos que agricultor familiar é um termo utilizado a partir do surgimento do Pronaf na década de 1990 e serve para reforçar o modelo moderno de agricultura, baseado na especialização produtiva e no produtivismo. Portanto, são os camponeses que, no decorrer da história, sempre mantiveram um jeito de ser e de viver próprios e cujo objetivo principal é a manutenção da família, garantindo a produção diversificada de alimentos como uma das suas formas de sobrevivência (CARVALHO, 2012).

⁵ Consideramos o sistema de integração da cadeia produtiva de tabaco uma monocultura intensiva (e não necessariamente extensiva) devido ao fato desta ser a principal e, não raro, a única fonte de renda das famílias envolvidas em seu cultivo. Em estudo de Rambo et al. (2013), no município de Arroio do Tigre/RS, numa amostra de 38 famílias foi verificado que 13% delas caracterizavam-se como diversificadas, 26% pouco diversificadas e 61% especializadas. Estudo idêntico foi realizado por Sartorelli e Rambo (2014) no município de Laranjeiras do Sul/PR. O estudo evidenciou um grau de diversificação maior dos fumicultores, se comparado a Arroio do Tigre, devido à introdução mais recente deste cultivo nas propriedades, por não ser a atividade que mais gera renda e, ainda, por ser predominantemente tabaco tipo *burley*, o qual demanda menos trabalho. Para esta categorização, os autores levaram em consideração a renda gerada pelo tabaco e o tempo dedicado pela família ao seu cultivo. Já Freitas (2015), em estudo com 250 famílias fumicultoras de 13 municípios do Vale do Rio Pardo/RS, verificou que apenas 16% das famílias eram diversificadas, 43% quase diversificadas, 28% pouco diversificadas e 14% especializadas. Para tal tipologia, foram levadas em consideração 9 variáveis (área produtiva, insumos químicos, lenha, renda do tabaco, custeio com produção de tabaco, tempo de trabalho no tabaco, tempo dedicado às demais atividades, perspectivas caso não plantasse fumo).

atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária. A diversidade manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas também em decorrência dos equívocos provocados pela especialização (SCHNEIDER, 2010). Ploeg (2008) ressalta que a diversificação implica na luta constante, por parte dos agricultores, pelo fortalecimento da base de recursos disponíveis e de sua capacidade de luta constante por autonomia e liberdade. Seria a capacidade de criação de espaço de manobra pelos agricultores que inovam e reagem em face do contexto de hostilidade, privação e adversidade.

No mesmo sentido, Freitas (2015, p. 112) afirma que:

Diversificar significa ter menor dependência de fatores externos, menor dependência de recursos controlados por atores externos e utilizar ao máximo as atividades dentro e fora da unidade produtiva, agrícolas ou não agrícolas, procurando, ao fim, a melhoria dos meios de vida e conseqüentemente das condições de vida. A diversificação torna-se um fator-chave no desenvolvimento, pois dá aos atores sociais a possibilidade de ter maior autonomia e construir trajetórias de vida consideradas significativas.

No contexto da sociedade de risco, entendemos que iniciativas de diversificação, que buscam maior autonomia e liberdade emergem em contraponto ao modelo vigente, de modo a dar respostas pela autoconfrontação dos camponeses aos riscos produzidos pela própria modernidade. No caso em estudo, entendemos que as iniciativas de diversificação⁶, ou seja, aquelas iniciativas que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, são uma autoconfrontação aos riscos produzidos pela monocultura do tabaco a qual está pautada nos moldes da Revolução Verde. Além disso, a diversificação pode fortalecer a capacidade de agência dos agricultores, contribuindo com o processo de desenvolvimento rural. Para analisar essa capacidade de agência, nos valeremos da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) de Norman Long (2007) e Jan Douwe Van Der Ploeg (2008). Essa abordagem ressalta a capacidade dos atores desenvolverem iniciativas de diversificação no sentido de buscar alternativa à produção hegemônica do tabaco, levando em conta a realidade local, vinculada à cultura, ao modo de ser e de viver dos camponeses, fortalecendo sua capacidade de agência na condução e promoção do desenvolvimento, num processo marcado por diversas formas de resistência e busca por autonomia.

Frente ao mencionado, procura-se estudar a realidade do município de Santa Cruz do Sul, local onde está instalado o maior complexo agroindustrial de beneficiamento do tabaco no mundo, mas também onde estão sendo realizadas iniciativas de diversificação a este cultivo. Buscamos evidenciar, frente aos estilos de agricultura historicamente constituídos, formas alternativas e características que possam ser potencializadas enquanto alternativas de desenvolvimento rural.

Considera-se que os camponeses ao se autoconfrontarem, tanto com os efeitos colaterais da modernização da agricultura, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes na questão ambiental, social e econômica, buscam implementar iniciativas distintas para diversificar sua produção e com isso ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência à cadeia produtiva do tabaco. Para tanto, o objetivo

⁶ As indústrias fumageiras também incentivam a diversificação produtiva, mas há que se ressaltar que este fato não muda a relação subalterna por parte dos fumicultores com a indústria, ou seja, não gera autonomia para as famílias.

geral da pesquisa consiste em verificar quais mecanismos levam famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e analisar a dinâmica destas mudanças no município de Santa Cruz do Sul/RS. Procura-se entender o caminho percorrido por essas famílias no sentido de buscar alternativas de diversificação ao tabaco. Ademais, busca-se caracterizar a cadeia produtiva do tabaco, abordando aspectos sociais, ambientais e econômicos existentes no município em estudo e apontar os atores envolvidos nas iniciativas, destacando seu papel no desenvolvimento do processo. Além disto, identificar as motivações e caracterizar a trajetória das iniciativas empregadas pelas famílias camponesas para a diversificação do tabaco e, analisar quais políticas públicas são mobilizadas nas iniciativas, são objetivos específicos que pretendemos perseguir.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda está a discussão sobre a modernização da agricultura e a cadeia produtiva do tabaco. A terceira seção é composta pelo referencial teórico à luz das contribuições de Ulrich Beck (1995) que nos ajuda a compreender o conceito da sociedade de risco. A Perspectiva Orientada ao Ator de Long (2007) e Ploeg (2008) nos auxilia a compreender como ocorre a reação/adaptação aos problemas gerados pela moderna agricultura. Na quarta seção, inicialmente, é apresentada a metodologia do estudo, e na sequência, estão as iniciativas de diversificação das propriedades alvo desta pesquisa, que relacionam o objeto empírico com a base teórica relacionando autoconfrontação e capacidade de agência. Por último, na quinta seção encontram-se as considerações finais do estudo em questão.

2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

A história da agricultura é marcada por conflitos e mudanças ao longo dos anos. No Brasil, até meados do século XX, a maioria das pessoas residia no campo, sendo este caracterizado pela produção diversificada e tendo como principal objetivo o autoconsumo. Depois da Segunda Guerra Mundial começam a ocorrer mudanças profundas na agricultura do mundo todo, o que se deu por meio da implantação do projeto chamado “Revolução Verde”. Para Zamberlan (2012, p. 26), “a Revolução Verde é a penetração capitalista no campo. Tem como objetivo a maximização produtiva que objetivamente usa a natureza para conseguir sempre mais lucros, sem se preocupar com os efeitos da tecnologia empregada sobre o meio ambiente circundante”.

Essas mudanças chegaram ao Brasil a partir de 1960, iniciando o processo da “modernização conservadora⁷” da agricultura brasileira. A Revolução Verde representou investimentos massivos em três áreas da ciência: agroquímica, motomecanização e manipulação genética (ZAMBERLAN, 2012). Seus objetivos consistiam na introdução da mecanização agrícola, dos insumos químicos (venenos e fertilizantes), dos medicamentos veterinários, das sementes geneticamente melhoradas e a disseminação das monoculturas. Além disto, a Revolução Verde incentivou o uso de crédito na agricultura, facilitando a adoção deste pacote tecnológico a partir de mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção, da pesquisa e da assistência técnica difusionista (DELGADO, 2012).

Essas mudanças impactaram significativamente no modo de viver, de ser, e de fazer a agricultura. O modo camponês, que provia primeiramente a produção de

⁷Segundo Guimarães (1977, p. 3), a estratégia de modernização conservadora, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

alimentos e cujo foco principal era a reprodução social da família, foi sendo substituído, aos poucos, pela chamada agricultura moderna (GORGEN, 2004).

Neste moderno modelo de agricultura, está inserida a monocultura do tabaco (*Solanum tabaco*). A cadeia produtiva do tabaco no Sul do Brasil está estruturada sob o sistema de integração entre indústrias e fumicultores, pela qual os camponeses estão subordinados e tem pouca autonomia. Este modelo produtivo é marcado por muitas contradições. Os lucros das empresas fumageiras escondem a realidade que vivem famílias produtoras do tabaco (ETGES, 2005). As empresas exercem domínio sobre as famílias que se submetem as regras impostas, ou se satisfazem pelos “benefícios” de receber os insumos e só pagar após a colheita com a produção. Este sistema é adotado pelo conjunto das empresas fumageiras, ofertando os insumos (sementes, fertilizantes, venenos) como adiantamento, além do financiamento da construção das estufas (DESER, 2003). Prevê ainda assistência técnica aos camponeses que, em contrapartida, garantem a venda integral e exclusiva da produção à integradora. Observa-se que a assistência técnica oferecida é unicamente direcionada para o cultivo do fumo, de forma a atender os interesses das indústrias fumageiras (ALMEIDA, 2005).

O sistema de integração caracteriza um contrato de adesão realizado entre as empresas fumageiras e o camponês, cujas obrigações das partes estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Características do sistema de integração

Compromissos/obrigações da fumageira	Compromissos/obrigações do camponês
Concessão de crédito aos camponeses para que adquiram os materiais e estruturas necessários para a produção do fumo em folha.	Utilização do crédito, materiais e estruturas exclusivamente para a produção de tabaco.
Fornecimento dos insumos necessários ao plantio do tabaco.	Plantar, cuidar, colher e classificar o tabaco.
Acompanhamento técnico de um instrutor agrícola exclusivamente para o plantio do tabaco.	Seguir rigorosamente as recomendações do técnico.
Compra garantida de toda a produção do camponês.	Comercializar a totalidade da produção dentro da estimativa prevista para a fumageira.

Fonte: Almeida (2005). Organização própria.

Atualmente são 182.970 famílias fumicultoras no Brasil, sendo a maior parte delas de pequenos proprietários e sem terra. O cultivo do tabaco fixou-se na região sul do país, em áreas de topografia acidentada. A área média das propriedades dos fumicultores é de 15,7 ha, sendo, normalmente, apenas 2,64 ha utilizados para o cultivo de fumo (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014). Embora constitua-se numa importante fonte de renda para milhares de famílias da região Sul do Brasil, há diversos problemas relacionados ao cultivo do tabaco. Pode-se citar: tabagismo, uso de venenos que causa diversos impactos ambientais, empobrecimento das famílias, penosidade do trabalho, doenças associadas à atividade produtiva e ao uso dos venenos, a doença da folha verde, elevado índice de suicídios decorrentes de frustrações na produção e intoxicações (DESER, 2003).

Para Almeida (2005), a renda das famílias envolvidas no cultivo de tabaco, de fato, não lhes confere grande autonomia financeira, além de exigir muita mão de obra durante sua safra. Há um atrelamento destas famílias à indústria fumageira pelo fato de que esta lhes confere a “garantia de mercado”. Esse atrelamento

constitui-se como um fator determinante e gera dependência das famílias à indústria fumageira.

Segundo Etges (2005), todos estes insumos fornecidos, *a priori*, às famílias como adiantamento na safra, caracterizam um negócio lucrativo às empresas fumageiras, pois fornecem estes insumos a preço de mercado. Como realizam compra destes em grande quantidade, conseguem negociar a um preço mais barato. As aplicações de venenos são feitas de maneira preventiva, ou seja, antes mesmo de aparecer uma praga ou doença. Ademais, a disponibilização antecipada do pacote agroquímico pelas fumageiras aos camponeses constitui-se numa considerável fonte de lucro para as empresas do setor (ETGES, 2005).

De acordo com Pinheiro e Luz (1998, p. 155)

As fumageiras, hoje, não precisam obrigar o produtor a absorver insumos, optar por seguro ou construções de investimento, pois o fumicultor já está irremediavelmente atrelado ao esquema e seus instrutores controlam a fidelidade. Os fumicultores reconhecem que estão intoxicados e com suas vidas e de seus filhos seriamente comprometidas. Também não acreditam que seja possível produzir sem esta relação opressiva, e nem sequer acreditam que existam alternativas. Submetem-se. E a ideologia do dominador passa a ser a visão do dominado. Infelizmente este é o auge da servidão.

Frente a isso, é possível questionar o tipo de desenvolvimento que o sistema integrado de produção de tabaco gera. Por um lado, há lucros significativos para as empresas fumageiras e números expressivos, em toneladas, de produção e de exportação, os quais se contrapõem à baixa qualidade de vida e a frágil situação econômica e social daqueles que plantam, cuidam, colhem e secam o tabaco. Estes, muitas vezes, pagam com a própria saúde e dos seus familiares e sofrem as consequências desse modelo de produção imposto pelas multinacionais do tabaco (ETGES, 2005).

Quanto à monocultura do tabaco, Schneider (2010a) enfatiza que as condições de produção do tabaco expõem os camponeses a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. A maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa frente aos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando uma competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragiliza estas famílias e gera situações de pobreza e risco.

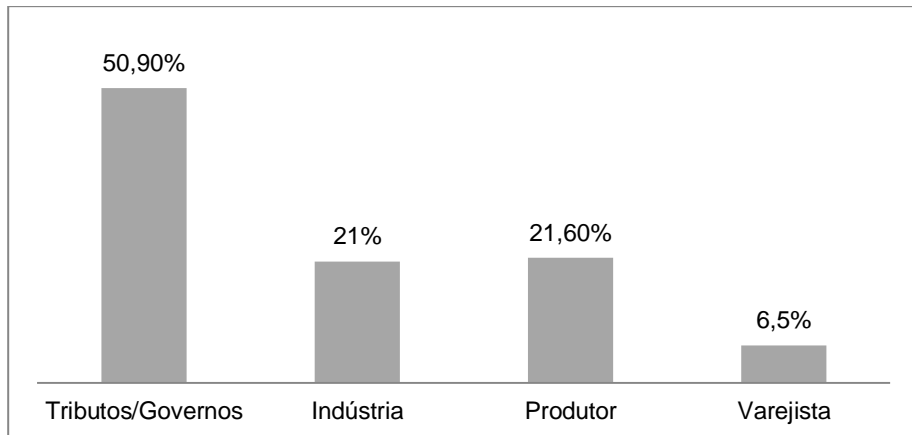
Segundo o Deser (2010), o faturamento total do setor fumageiro, exportação e consumo doméstico, em 2009, foi de R\$ 16,9 bilhões. As exportações foram responsáveis por 87% e o consumo doméstico de cigarros representou 13%. Deste total faturado na cadeia do fumo, os impostos e tributos arrecadados pelo governo absorveram R\$ 8,4 bilhões (49% do total); a indústria, R\$ 3,04 bilhões (18%); os fumicultores, R\$ 4,5 bilhões (26,8%) e a renda do comércio varejista correspondeu a R\$ 933 milhões (5,5%) do faturamento total (DESER, 2010).

No que se refere ao valor total⁸ faturado pela cadeia na safra 2014/2015, a

⁸ Valor total faturado corresponde ao valor resultante da multiplicação da quantidade vendida pelo preço. Ou seja, é o valor financeiro total que a cadeia gera, sem descontar os custos. Renda líquida é o valor que sobra depois de descontar todos os custos.

parte do fumicultor representa a segunda menor, perdendo apenas para o comércio varejista.

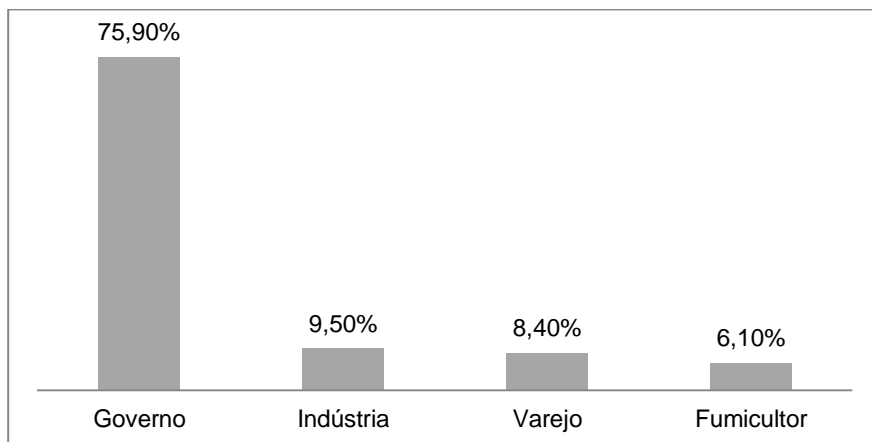
Gráfico 1 - Distribuição da renda bruta do Setor Fumageiro



Fonte: Afubra (2014). Organização Própria.

No entanto, com relação à renda líquida, o produtor de tabaco é o que fica com a menor fatia da renda gerada, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Distribuição da renda líquida do Setor Fumageiro



Fonte: DESER (2010). Organização própria.

Os resultados anuais de produção das safras demonstram que a cadeia produtiva do tabaco gera uma renda considerável. Na safra 2013/2014 foram produzidas no Brasil, 731.390 toneladas que, comercializadas, geraram um valor aproximado de R\$24 bilhões de reais (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014).

Cabe ressaltar a desigualdade na distribuição desta renda ao longo da cadeia produtiva, pois são as famílias que realizam todo trabalho de produção do tabaco, correndo riscos climáticos de intempéries do clima, riscos na saúde por possíveis intoxicações pelo efeito cumulativo do uso de agrotóxicos e da absorção da nicotina, bem como de doenças funcionais pelo trabalho pesado, riscos de oscilações de mercado por ocasião da venda, entre outros. Além disso, os camponeses ficam com uma fatia pequena do valor gerado, e ao longo dos anos vem aumentando sua dependência a financiamentos de políticas públicas, muitos deles repassados pelas próprias fumageiras (ETGES, 2005).

Conforme destacam Boeira e Guivant (2003), a saúde das famílias de camponeses que cultivam o fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: pelo uso de agrotóxicos, pelo contato direto com a planta úmida (que libera nicotina, sendo absorvida pela pele) e pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas. Importa ressaltar que as empresas do tabaco exercem controle sobre todos os processos do cultivo do fumo, sem arcar com quaisquer riscos. Desse modo, os camponeses expõem-se às ameaças decorrentes do cultivo e sujeitam-se às responsabilidades civis, criminais e ambientais, sendo poucos os que têm autonomia sobre as suas práticas (ALMEIDA, 2005).

Frente aos resultados negativos gerados pela modernização da agricultura e da produção de tabaco no âmbito da agricultura camponesa, a abordagem de Ulrich Beck (1995) traz uma compreensão do porquê famílias produtoras implementam iniciativas de diversificação ao tabaco em meio ao discurso de que esta seria uma das atividades mais rentáveis para os camponeses. *A priori*, se evidencia a diversidade de ações implementadas pelos camponeses que, de acordo com Schneider (2009), não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva e autoconfrontar com esta realidade exposta. Segundo o mesmo autor, a chave para compreender as dinâmicas cotidianas dos camponeses está nas inter-relações e interdeterminações que este grupo estabelece com outras esferas, como o Estado, o mercado, as instituições e outros dispositivos coletivos. Todas essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis (SCHNEIDER, 2009).

Levando em conta a problemática exposta sobre a cadeia produtiva do tabaco, se torna instigante o fato de, por um lado, o cultivo do tabaco ser considerado uma “boa e praticamente insubstituível” alternativa de renda para o camponês e, por outro, haver famílias que vem realizando atividades de diversificação das suas propriedades para, com isso, terem alternativas de renda e melhor qualidade de vida.

Entendemos inicialmente que essas iniciativas de diversificação são decorrentes da autoconfrontação com a sociedade de risco de Ulrich Beck (1995). No contexto da sociedade de risco, iniciativas em torno da busca por maior autonomia e liberdade a partir de mecanismos que funcionem e operem como alternativas em contexto de privação e dificuldades emergem em contraponto ao modelo vigente, uma autoconfrontação com os riscos produzidos pela própria modernidade, expressa no espaço rural a partir da Revolução Verde. Essas iniciativas são o que Long (2001) conceitua de Perspectiva Orientada ao Ator, cujos conceitos serão trabalhados na seção a seguir.

3. A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O MUNDO RURAL “MODERNO” A PARTIR DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Nas últimas décadas crescem insatisfações diante do modelo tradicional de desenvolvimento, caracterizado pelo crescimento econômico e pela ideia de progresso, aliadas ao reconhecimento acerca do esgotamento dos recursos naturais, à preocupação com o meio ambiente e com diversos problemas sociais. Os problemas que possibilitam o surgimento de uma percepção e representação de risco social são relacionados à preservação de recursos naturais, solo, preservação da biodiversidade das florestas e à produção de alimentos saudáveis. Portanto, estes riscos ambientais percebidos pelos atores sociais têm evidente importância na sociedade moderna denominada sociedade de risco (BECK, 1995). O cultivo do tabaco colabora para a ampliação destes problemas ambientais, pois ao mesmo tempo em que o modelo de produção usa uma quantidade grande de produtos químicos, que contaminam o meio ambiente, utiliza ainda uma quantidade expressiva de lenha que é queimada para o processo de cura. Ambos os processos, altamente poluentes ao meio ambiente e à saúde humana, contribuem para a diminuição da biodiversidade. Além disto, pelo fato do cultivo do tabaco ser realizado em pequenas propriedades, há uma disputa pelas terras agricultáveis com a produção de alimentos.

De acordo com Beck (1995), a sociedade moderna industrial se desenvolveu tão profundamente que produziu mudanças importantes em si mesma. A distinção de si própria originou uma segunda modernidade chamada de *modernização reflexiva* que, conforme Giddens (1989), não representa somente uma reflexão, mas sim a capacidade da sociedade atual de autoconfrontar-se com o que ela própria produziu, ou seja, com os efeitos colaterais da sociedade industrial, das bases da modernização com as consequências desta modernização.

Giddens (1991) argumenta que a modernidade, associando o crescimento e o progresso à ciência e a racionalização, incorporou conhecimentos técnico-científicos socialmente construídos para mediar a relação seres humanos e natureza. Tais conhecimentos configuram o que o autor chama de sistemas peritos, que buscaram ao longo da modernidade, instaurar a dimensão do controle e da segurança. Por sistemas peritos entendem-se sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Cabe ressaltar que para os indivíduos em situação de modernidade, a percepção de riscos se dá moldada pela ação dos sistemas peritos (GIDDENS, 1991).

A realidade da modernidade se caracteriza por certo nível de incerteza e até de angústia. Ao mesmo tempo em que a razão humana obtém as informações provenientes dos sistemas peritos, não se possui o domínio pleno das informações no cotidiano. O sistema perito, constituído pelos especialistas, informa à comunidade questões relativas ao conhecimento. A comunidade, ou o indivíduo, de maneira reflexiva, adota ou não o conhecimento transmitido pela comunidade científica, aplicando-a ou não. Isso interfere sobremaneira no cotidiano das pessoas, no resultado dos seus atos e, diretamente, no meio que os envolve. De acordo com a ação reflexiva e diante de determinadas situações da modernidade, ignora-se o risco, apesar de estar diante e confiante nos sistemas peritos.

No entanto, o impacto ambiental do industrialismo acabou por afetar a confiança em tais sistemas peritos, originando o que Beck caracteriza como a *sociedade de risco* (BECK, 2011). Esta marca a passagem da modernização simples para a modernização reflexiva, um estágio no qual a modernização se autodestrói e

se modifica. “Quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial” (BECK, 1995, p. 13).

Para entender as características e as transformações da sociedade atual, a sociedade de alta modernidade, Beck (1995) e Giddens (1991) apresentam a crise ecológica como uma questão fundamental. Esta discussão emerge a partir da década de 1980, com a repercussão de diversos movimentos ambientalistas, bem como autores vinculados atualmente a este debate. Segundo Beck (1995), os efeitos colaterais, como os problemas ambientais, sociais e de saúde humana não são sinônimos de medo ou ameaça, mas configuram-se enquanto *riscos*. Representam, assim, um perigo que está fortemente associado à dimensão da decisão, caracterizando nossas incertezas cotidianas e rotineiras. Para o autor, os *riscos* tornam-se a causa e o meio da mudança social, passando a ser o conceito chave a partir do qual é possível interpretar e compreender a vida social.

Outra questão enfatizada como ponto central na argumentação de Beck (1995), que configura uma ruptura entre a sociedade moderna industrial e a sociedade de risco, é a questão da natureza. Não existe nenhum local no planeta onde a natureza não tenha sido internalizada pela ação humana. Um dos elementos centrais dessa análise é a crise ecológica do mundo contemporâneo, em que as restrições quanto ao uso indiscriminado dos recursos naturais está impondo sérias restrições ao desenvolvimento do capitalismo e às consequências dos diferentes processos de industrialização. A natureza tornou-se uma dimensão fundamental da vida social cotidiana: os humanos têm de tomar decisões práticas e ao mesmo tempo de natureza ética (Beck, 1995).

Neste sentido, Abreu (2002, p. 45) contribui no debate salientando que “atualmente, a sensibilidade à noção de risco é fundamental para a cultura moderna, justamente porque, como espécie o homem não tem sua sobrevivência garantida em curto prazo, vivemos diante de incertezas que foram geradas ao longo do tempo pelas próprias ações humanas”. Do ponto de vista da existência ou da possibilidade de risco, em alguns momentos a sociedade industrial moderna e a sociedade de risco são semelhantes, pois ambas propiciam péssimas condições de vida e saúde as populações.

No âmbito da agricultura, os perigos tornam-se mais evidentes com a modernização da agricultura. Para Ploeg (2008), a partir dos anos 1960, houve a emergência da agricultura empresarial que se materializou e desenvolveu devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva no mundo todo, desencadeado pela Revolução Verde. Essas condições são: alta escala de produção, diminuição da absorção do trabalho agrícola, uso de tecnologias dirigidas e intensificadas, produção de monoculturas, processo de mercantilização e reestruturação criando o núcleo de um novo modo de produção agropecuária empresarial.

No âmbito da produção de tabaco, tais problemas também se evidenciam. A partir do sistema de integração, é garantido o uso de todos os insumos necessários, que se configuram enquanto sinônimo de modernidade, mas que carregam riscos para a ecologia e saúde humana. Exemplo disso são os agrotóxicos utilizados no cultivo do tabaco e a exposição à nicotina pela doença da folha verde. Além dos riscos sociais oriundos de vários fatores e da incerteza econômica na qual os fumicultores estão sujeitos.

Beck (1995) atribui peso ao conhecimento social sobre os riscos e a natureza incerta dos mesmos, uma vez que não há por parte da comunidade científica ou de peritos, conhecimentos que permitam um controle total dos perigos embutidos nos processos tecnológicos. Nisso, os eventos de insucesso, face ao uso

de tecnologias modernas, promove a visibilidade dos problemas ambientais e, conseqüentemente, rupturas nos consensos sociais sobre o progresso. Entendemos que os riscos e os efeitos ecológicos na agricultura são percebidos socialmente, quando os agricultores que fazem uso de tecnologias modernas experimentam eventos de insucesso decorrentes do aparecimento de problemas ambientais (ABREU, 2002).

Neste sentido, entendemos que ao perceberem os riscos aos quais estão sujeitos, os fumicultores procuram realizar iniciativas para minimizar estes riscos. Portanto, a diversificação permite uma maior capacidade para funcionar no meio rural ampliando as possibilidades econômicas, sociais e ambientais e as escolhas que as famílias podem realizar para melhorarem o espaço onde vivem e levarem a vida que desejam. Desta forma, e como aponta Schneider (2010b), quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade.

Para entender as diferentes formas de atuação e de resposta dos camponeses ao se autoconfrontarem com os efeitos da modernização – nesse caso, expressos pela modernização da agricultura e, conseqüentemente, pela monocultura do tabaco – faremos uso das contribuições de Long (2001) e Ploeg (2008). Os autores propõem uma abordagem que ressalta a capacidade de agência humana, permitindo que se analisem as práticas, processos e formas de organização empregadas pelos camponeses no sentido de uma mudança social por meio da construção de formas alternativas de garantia de sobrevivência material, e da sua reprodução social como unidades de produção.

Levando em conta essa situação, a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) é capaz de possibilitar o entendimento de como os camponeses buscaram a idealização de alternativas para a solução de seus próprios problemas, sendo, um processo social altamente complexo (LONG, 2001). Neste sentido, este autor propõe uma abordagem que ressalta a capacidade de agência humana. Esta permite que se analisem as práticas, processos e formas de organização empregadas pelos camponeses, com vistas a uma mudança social, por meio da construção de formas alternativas de garantia da sobrevivência material, além da sua reprodução social como unidades de produção.

Na POA a noção do ator é afim à noção de agência humana estabelecida por Giddens (1989). Segundo esse autor, a noção de agência humana é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem. Esta agência humana é considerada o centro da perspectiva de ator social e é eixo pelo qual giram os planejamentos que tentam reconciliar as noções de estrutura e de ator. A noção de agência, para Long (2007, p. 48) atribui ao ator: "(...) a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lutar com a vida, ainda sob as formas mais extremas de coerção". Dentro dos limites de informação, incertezas e outras restrições (...) os atores sociais tem "capacidade de saber" e "capacidade de atuar".

Nesse sentido, os atores sociais são compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural, processando informações, colocando em prática suas estratégias em interação com outros atores e instituições, o que Long (2001) conceitua de POA. Assim, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir de processos de interação com outros, e o que define sua condição de ator é sua capacidade de agência. O ator se estabelece

como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir (GONZALEZ, 2013).

A POA possibilita o entendimento de como os camponeses buscam a idealização de alternativas para a solução de seus próprios problemas, sendo este um processo social altamente complexo (LONG, 2001). Neste sentido, compreende-se que o desenvolvimento ocorre como um processo de mudança social, protagonizado por diversos atores, sendo os camponeses capazes de interpretar a realidade e propor as mudanças necessárias a atender suas necessidades, mobilizando demais atores, instituições e recursos para isso.

Segundo Ploeg (2008), a condição camponesa é caracterizada pela luta por autonomia que se realiza num contexto definido por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada. Esta, por sua vez, permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que interagem com o mercado. Tal coprodução possibilita a sobrevivência, perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos, fortalecendo-a, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia. Dessa forma, reduz-se a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. Essa condição se relaciona diretamente com luta por autonomia realizada pelos fumicultores, na busca pela diversificação da propriedade, como pretendemos expressar a seguir:

4. INICIATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE TABACO: DA AUTOCONFRONTAÇÃO À CAPACIDADE DE AGÊNCIA

Nesta seção procuraremos analisar, à luz dos elementos empíricos e teóricos, por que famílias produtoras de tabaco passaram a diversificar a produção. Entendíamos que essas iniciativas seriam respostas aos riscos produzidos pela própria cadeia produtiva do tabaco emergindo a partir do sujeito camponês, a partir de sua realidade, seu modo de vida, seu modo de reprodução social, buscando minimizar estes efeitos. No decorrer da pesquisa, essa hipótese foi se concretizando e encontramos diferentes autoconfrontações aos riscos produzidos pelo cultivo do tabaco, as quais motivaram a busca pela diversificação.

Antes de adentrarmos à exposição do caso empírico, cabe menção à metodologia empregada. Para tal, valemo-nos de um estudo qualitativo, baseado no estudo de caso, qual seja, famílias produtoras de tabaco que diversificam seus meios de vida no município de Santa Cruz do Sul.

A definição do recorte espacial decorreu do fato de o referido município ser o centro da produção de tabaco e das decisões políticas em torno desta cadeia produtiva. Foi um dos primeiros locais de produção no Brasil e onde está instalado o maior pólo nacional de beneficiamento de tabaco do país.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente foram realizadas entrevistas com lideranças de movimentos sociais e entidades que fomentam iniciativas de diversificação. Estas entidades indicaram as famílias fumicultoras que produzem tabaco, mas que, ao mesmo tempo, vem empreendendo ações no sentido de diversificar seus meios de vida.

Desse modo, foram realizadas 4 entrevistas com lideranças de entidades, quais sejam, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Escola Família Agrícola (EFA), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural (EMATER), todas envolvidas em iniciativas de diversificação ao tabaco. Estas entidades indicaram 15 famílias que foram entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e analisadas à luz dos objetivos da pesquisa.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um roteiro com perguntas semi-estruturadas, as quais permitem balizar as entrevistas sem, no entanto, encerrar mecanicamente o levantamento de informações. Pelo contrário, proporciona liberdade ao entrevistado e a possibilidade, ao pesquisador, de ser surpreendido pela imprevisibilidade dos diálogos (ANDRADE, 2003). O questionário semi-estruturado levantou questões acerca do histórico da família e da propriedade, o que foi produzido, os motivos que levaram a família a diversificar a propriedade, os principais benefícios de produzir tabaco, os principais problemas na produção de tabaco, o modelo de produção integrado, as políticas públicas acessadas.

Dito isso, cabe ressaltar que a evidência do crescimento da consciência social dos riscos decorre da emergência, em escala global, dos problemas ecológicos e da natureza incerta de determinados processos sofisticados do ponto de vista tecnológico. Esta percepção global dos riscos acerca da cadeia produtiva do tabaco gerou discussões no mundo inteiro, pois o hábito de fumar extrapola fronteiras e expõe fumantes e não fumantes aos efeitos nocivos do cigarro no mundo todo.

Esta percepção global dos riscos do tabaco e, os efeitos colaterais do tabagismo, resultaram num tratado internacional, qual seja, a Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CQCT), no qual o Brasil é país signatário e facilitador (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015; SCHNEIDER, 2010-a; SCHNEIDER, 2010-b). Podemos considerar, pautado em Beck (1995) que, no que se refere ao tabagismo, e por consequência, à produção de tabaco, estamos vivendo elementos da segunda fase da sociedade de risco, na qual os perigos da sociedade industrial começam a dominar o debate e os conflitos públicos. Esta fase é decorrente de um processo de conscientização política dos riscos e de implementação de ações para reversão dos mesmos⁹.

Dito isso, cabe chamar atenção para alguns elementos que emergiram ao longo do estudo de caso. O primeiro se refere ao número de integrantes das famílias pesquisadas, que variam de 2 a 5 membros apenas. Outro fator instigante é a ausência de jovens no campo¹⁰. A maior parte das famílias entrevistadas não apresenta sucessão rural, ou seja, os jovens migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois não consideram a produção do tabaco uma atividade a ser seguida. Conforme Abramovay (1998), a migração cidade-campo que afeta a agricultura atualmente, atinge as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores.

⁹ Reconhecemos que há divergências, sobretudo nos âmbitos locais, inclusive entre famílias camponesas, quanto às externalidades sociais, econômicas e ambientais negativas da cadeia integrada de produção de tabaco. Assim, quando nos referimos à conscientização política dos riscos e de implementação de ações para reversão dos mesmos, estamos nos referindo principalmente à implementação de medidas como a própria CQCT, a Política de Diversificação em Áreas de Tabaco, as ações desenvolvidas por diversos atores sociais como no caso em estudo desenvolvidas pelo MPA, bem como pela EMATER, a EFA e o CAPA. Outrossim, as iniciativas locais e pontuais de diversificação, como as das 15 famílias pesquisadas, denotam a emergência da sociedade de risco.

¹⁰ Em relação à permanência da juventude no campo, das 15 famílias entrevistadas, 7 possuem jovens de até 29 anos em suas propriedades. Nas outras 8 famílias os jovens já migraram para outras atividades. Há que se ressaltar que destas famílias que os jovens permanecem no campo, a EFA cumpre um papel determinante para esta permanência, pois realiza um trabalho diferenciado na valorização do ser camponês e na participação das famílias no processo de educação.

Como decorrência da migração cidade-campo está o processo de envelhecimento da população e, também, o processo de masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes (ABRAMOVAY et al., 1998). A perspectiva da permanência dos filhos na atividade agrícola depende principalmente das condições internas das famílias, tanto econômicas quanto sociais. Portanto, ao se deparar com as condições geradas com o cultivo do tabaco, com os riscos produzidos, os jovens se deparam com inúmeras contradições e tem maiores dificuldades de adaptação a estes riscos e buscam saídas em outros ramos profissionais.

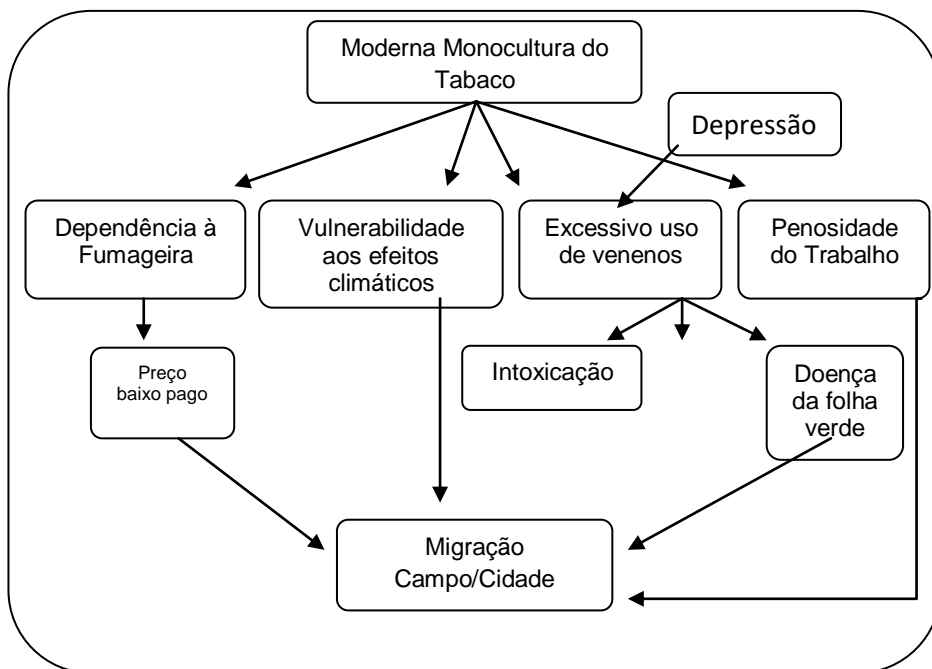
Ademais, outro fator preocupante se refere à questão da posse da terra. As propriedades são pequenas. Como garantir a sucessão rural em pequenas propriedades? Durante as entrevistas, verificamos que somente duas famílias possuem área maior que um módulo rural, que no município de Santa Cruz do Sul corresponde a 20 hectares. Esse fator também compromete a questão da permanência da juventude no campo. A família 4 reitera que somente quando conseguiu adquirir mais um pedaço de terra que desenvolveu plenamente o processo de diversificação, pois *“se vai viver somente do fumo a gente não consegue”*.

As entrevistas evidenciaram ainda que há uma insatisfação diante do moderno sistema integrado de produção de tabaco. Observamos que há uma disseminação da idéia de crescimento econômico através da produção de tabaco e uma associação disto com a ideia de progresso. Mas as entrevistas demonstram que há uma preocupação significativa com a saúde humana e com as consequências para o meio ambiente. O respondente da família 3 comenta que *“já tive problemas de saúde na aplicação do veneno e minha esposa não pode colher fumo molhado, nós passamos mal. Esses foram os motivos que resolvi diversificar minha propriedade e depender cada ano menos do fumo”*.

A figura a seguir busca sistematizar o que apresentamos anteriormente. Como afirmam Giddens (1989) e Beck (1995), a modernização reflexiva não representa somente uma reflexão, mas sim a capacidade da sociedade atual de se autoconfrontar com o que ela própria produziu. No caso analisado, as famílias se defrontam com os efeitos colaterais da modernização da agricultura e do sistema integrado do tabaco e buscam alternativas via diversificação. Torna-se importante ressaltar que os riscos produzidos pela cadeia produtiva em questão são como um sistema, em que um risco leva ou agrava outro.

A dependência à fumageira através do sistema de integração é um mecanismo que subordina o agricultor a aceitar os preços (baixos) estabelecidos pela fumageira. Além disto, estão vulneráveis aos efeitos climáticos como estiagem, granizo, vendavais que prejudicam a produção de tabaco. Ademais são acometidos por diversas intoxicações, seja pelo veneno aplicado no tabaco ou pela própria nicotina presente nas plantas de fumo. Depressão, doença da folha verde, intoxicações são recorrentes em todas as famílias entrevistadas. Outro fator é a penosidade do trabalho com o tabaco, o tempo de realização de uma safra leva mais de um ano. Este é um dos fatores bem expressivos que acentua o processo de migração campo – cidade.

Figura 1 - Riscos ocasionados pela moderna monocultura do tabaco.



Fonte: Organização Própria.

Como demonstraremos a seguir, a pesquisa de campo apontou que a contribuição de Beck (1995) corrobora com a análise de Long (2001), ou seja, as famílias não aguardam simplesmente soluções exógenas, mas são estas que buscam solucionar os problemas gerados pela cadeia produtiva do tabaco. Segundo Long (2001), e tal qual observado nas entrevistas, as famílias percebem riscos e dão diferentes respostas a processos aparentemente homogêneos, representando o que acima denominamos autoconfrontação aos riscos da modernidade.

As famílias entrevistadas, analiticamente foram organizadas em cinco grupos: (1) famílias que iniciaram a diversificação por conta própria; (2) famílias que realizaram diversificação com incentivo do MPA; (3) famílias que realizaram diversificação com incentivo da EFA; (4) famílias que realizaram diversificação com incentivo do CAPA; (5) famílias que realizaram diversificação com incentivo da EMATER.

O grupo que iniciou a diversificação por conta própria é composto por três famílias. Nessas famílias, os motivos que levaram a diversificação foram: problema com a comercialização e renda, alto custo de produção, mão de obra e trabalho árduo no tabaco, utilização de muito veneno e intoxicações, doença da folha verde, problemas do clima: chuvas torrenciais, seca, granizo. Nestas famílias, os produtos gerados a partir da diversificação são utilizados para o autoconsumo da família, ou seja, para sua alimentação e dos animais que são fonte de alimentação para a família, mas também para comercialização. Este grupo caracteriza-se por ter pequenas áreas de terra e utilizar destas, uma pequena parte para a produção do

tabaco. As famílias possuem entre 5 a 15 hectares e realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 2,5 hectares.

Foram entrevistadas 5 famílias que realizaram diversificação com incentivo do MPA. Neste grupo, as autoconfrontações encontradas foram as mesmas do grupo anterior. Elas possuem entre 9,7 a 19,8 hectares e destes realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 3 hectares. Com o incentivo do MPA acessaram diversas políticas públicas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Moradia Rural, ATER Agroecologia e Programa Camponês.

O grupo que recebeu incentivo da EFA é composto de 3 famílias. Neste grupo as autoconfrontações se assemelham as do grupo que diversifica por conta própria. Elas possuem de 12 a 40 hectares e destes realizam o plantio de tabaco em 1,5 a 5 hectares. A EFA desenvolve um papel fundamental no sentido de promover a pedagogia da alternância e possibilitar que os jovens estudantes cursem o ensino médio profissionalizante, no qual permanecem uma semana na escola e uma semana nas suas propriedades, desenvolvendo as técnicas que aprenderam numa relação dialética entre teoria/prática.

O CAPA realiza um trabalho de fomento à produção orgânica e venda direta nas feiras. Em Santa Cruz do Sul são mais de 50 famílias apoiadas pelo CAPA, e destas, somente uma ainda produz tabaco. Este fato demonstra que na medida em que as famílias melhoram suas condições de vida, elas abandonam o cultivo do tabaco. A família apresentou as seguintes autoconfrontações: incerteza na comercialização e dependência ao monocultivo do tabaco. Possuem 30 hectares e somente 1ha é cultivado com tabaco.

As famílias indicadas pela EMATER, em número de três, têm como característica a produção de verduras para comercialização na feira municipal, via PAA e PNAE, além de serem atendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Sustentabilidade. Chama atenção o fato de estas famílias possuírem menores áreas de terra que as demais entrevistadas. Estas áreas variam de 4,5 hectares a 19,5 hectares, e a área ocupada com tabaco variar entre 2 e 5 hectares.

Quanto à diversificação – iniciativas que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades – podemos citar: produção de leite, criação de suínos para corte, de galinhas caipiras para corte e ovos, hortaliças, frutíferas, milho, cana de açúcar, feijão, mandioca, batata doce, soja, batatinha, chás, sementes crioulas, peixes, abóbora, moranga, abelhas, etc. Estas atividades, em todas as famílias, são destinadas primeiramente para o autoconsumo. Entendemos o próprio autoconsumo como uma estratégia de diversificação, uma vez que as famílias pesquisadas relatam ter tomado a decisão de diversificar diante das privações e riscos do tabaco. Num segundo momento, seis famílias realizam a comercialização na feira do CAPA e na feira livre municipal, duas comercializam via PAA, duas com mercados da região e, cinco famílias vendem diretamente aos consumidores.

Schneider e Gazolla (2007) reforçam que a produção para o autoconsumo tem uma importância significativa para a segurança alimentar e uma alternativa a dependência ao mercado. Se pensarmos no caminho que faz o alimento até chegar à prateleira do supermercado, veremos que a alimentação está desvinculada do “lugar”, da identidade e da cultura local, o que Ploeg chamou de “agricultura do não lugar” e ocorre uma padronização dos alimentos no mundo. Isso se reflete na qualidade nutricional dos alimentos (PLOEG, 2008).

Outrossim, uma característica importante encontrada à campo se refere a assistência técnica recebida pelas famílias. Esta tem um papel fundamental no desenvolvimento e deve preparar os camponeses para a necessidade de tomar

decisões. Portanto, deve focar-se sempre nos efeitos decorrentes da implementação de determinada escolha. Uma decisão dá início a uma mudança. A essa mudança haverá inúmeras reações, algumas positivas, outras negativas. Isso se relaciona diretamente com a análise de Long (2001) na qual a abordagem orientada ao ator que atribui significação à heterogeneidade dos espaços agrários dos camponeses e à importância de considerar como eles próprios moldam os padrões do desenvolvimento agrário. Para Long (2007), a vantagem do trabalho com o enfoque centrado no ator é a possibilidade de perceber diferentes respostas em processos aparentemente homogêneos, ou o que acima apresentamos como a autoconfrontação aos efeitos da modernidade.

Nesse sentido, verificou-se uma constante atuação de atores coletivos como MPA, EFA, CAPA e EMATER que auxiliam nos processos de diversificação das famílias. A ação destes movimentos sociais e entidades podem ser consideradas, como capacidade de agência. Esta não é simplesmente um atributo do ator individual. Ela se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Por conseguinte, a agência requer capacidade de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A agência depende da emergência de uma rede de atores que se envolvem nos projetos e práticas de outro indivíduo (PLOEG, 2008).

Cabe mencionar ainda que a capacidade de agência facilita o acesso à políticas públicas. As famílias tiveram acesso a várias políticas públicas que foram extremamente importantes no processo de diversificação. É o caso do Pronaf que financiou diversas estruturas produtivas, do programa de Moradia Rural Minha Casa Minha Vida que proporcionou morar com mais dignidade, dos canais institucionais de comercialização (PAA, PNAE), da ATER Agroecologia e Sustentabilidade, que fomentaram a produção de alimentos saudáveis, e recentemente do Programa Camponês, um programa estadual de fomento a recuperação de solo e estruturas de produção.

Por sua vez, cabe enfatizar que, apesar de apresentarem características de diversificação produtiva e pluriatividade, os agricultores entrevistados ainda possuem no fumo, sua principal fonte de renda. Entretanto, as demais atividades realizadas têm um papel imprescindível no fornecimento de alimentos para a família, bem como garantia da soberania alimentar. Além disto, essa produção de alimentos está vinculada a uma preocupação com a saúde das famílias, pois das 15 entrevistadas, 12 estão em transição para agroecologia, uma tem certificado de produção orgânica e apenas duas tem produção convencional. Ou seja, as iniciativas de diversificação que vem sendo mobilizadas pelas famílias, operam como alternativas ao contexto de privação e dificuldades da cadeia do tabaco, na medida em que vem diminuindo sua subordinação ao sistema de integração e vem empregando práticas agrícolas mais sustentáveis por meio da produção orgânica e agroecológica. Pode-se afirmar ser esta a principal diferença da proposta de diversificação sugerida pela indústria fumageira em relação a quem vem sendo empregada pelas entidades estudadas. A diversificação promovida por estas, se relaciona diretamente com a autonomia das famílias, com a utilização dos recursos existentes na propriedade. A proposta daquelas, se baseia na utilização do pacote agroquímico fornecido pelas fumageiras e reutilizado na diversificação.

Enquanto limitantes à diversificação, o estudo demonstrou que a organização da cadeia produtiva do tabaco talvez seja o mais significativo. Enquanto o fumo tem comércio garantido, entrega de insumos e busca da produção na propriedade, a produção de alimentos demanda a construção e estruturação de todo

o processo. Embora estejam sendo construídos canais de comercialização – em geral promovendo circuitos curtos agroalimentares – toda esta comercialização depende da capacidade de agência do camponês. Além de organizar a produção e buscar todas as informações para isso, este precisa buscar construir e fortalecer o mercado, construindo relações de confiança com o consumidor. Precisa organizar a produção, pensar na logística, pensar na estrutura de transporte, no custo deste processo, na legislação sanitária, na certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos. Este é um grande desafio que as ações de diversificação em áreas de tabaco necessitarão enfrentar. Ainda não há um circuito agroalimentar com o mesmo aparato e organização da indústria fumageira, com a garantia de mercado que o sistema integrado de tabaco apresenta. Nesse sentido, a política de ATER é uma ferramenta fundamental no auxílio a esta organização.

Este estudo apontou ainda para a necessidade de avanços nos processos de diversificação. As famílias entrevistadas ampliaram sua produção para o autoconsumo e se inseriram em novos mercados. Entretanto, o tabaco ainda é sua principal fonte de renda. Assim, é preciso ir além para fortalecer a autonomia das famílias e reduzir a exposição aos riscos gerados pelo sistema de integração do tabaco. Fica evidente a necessidade de ampliar as políticas públicas para incentivar a comercialização da produção, pois as que existem são insuficientes. A complexidade no processo da comercialização, a burocracia e gestão, a organização da logística, as leis sanitárias são algumas das barreiras que precisam ser superadas para que os camponeses possam realizar plenamente o processo de diversificação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a problemática exposta sobre a cadeia produtiva do tabaco, se torna instigante o fato de, por um lado, o cultivo do tabaco ser considerado uma “boa e praticamente insubstituível” alternativa de renda para o camponês e, por outro, haver muitas famílias que vem realizando atividades de diversificação em suas propriedades. Entendemos que essas iniciativas de diversificação são decorrentes da autoconfrontação com a sociedade de risco como aborda Ulrich Beck (1995). No contexto da sociedade de risco, iniciativas em busca de maior autonomia e liberdade frente ao modelo de agricultura preconizado pela Revolução Verde emergem em contraponto à homogeneidade deste modelo. Essas iniciativas são o que Long (2007) conceitua de Perspectiva Orientada ao Ator. Essa abordagem ressalta a capacidade dos atores desenvolverem iniciativas de diversificação, no sentido de buscar alternativa à produção hegemônica do tabaco. Isso implica levar em conta a realidade local, vinculada à cultura, ao modo de ser e de viver camponês, fortalecendo sua capacidade de agência na condução e promoção do desenvolvimento, num processo marcado por diversas formas de resistência e busca por autonomia.

Long (2001) considera que os diferentes atores sociais não são destinatários passivos de intervenções, mas sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais e institucionais. Consideramos que os camponeses, foco desta pesquisa, estão sendo capazes de criar estratégias que vem aumentando – mesmo que ainda de forma incipiente e pontual – sua autonomia e liberdade, criando alternativas num contexto de privação e dificuldade decorrente do sistema de integração da cadeia produtiva do tabaco.

A realidade paradoxal em que vivem as famílias pesquisadas remete a uma busca incansável por melhorias na qualidade de vida, bem como, numa preocupação constante em garantir sua reprodução social. Os mecanismos que

levam as famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação decorrem da autoconfrontação aos riscos gerados pela produção de tabaco: a diminuição da mão de obra no campo, resultante da migração campocidade, na busca por melhores condições de vida, acentuada pelo fato de o tabaco ser um cultivo exigente em mão de obra. O alto custo de produção do cultivo do tabaco que é dependente de insumos externos da propriedade e fornecidos *a priori* pelas fumageiras, o que resulta no endividamento prévio das famílias. A dificuldade na comercialização, pois os fumicultores tem pouca autonomia na classificação e na venda do tabaco, realizadas nas dependências da fumageira. O fato das propriedades serem pequenas, dificulta a produção de outros cultivos. A falta de comércio garantido para a venda da produção de alimentos dificulta o avanço nos processos de diversificação. E por último, e não menos importante, a questão cultural e histórica da região que, ao longo dos anos, teve seu desenvolvimento pautado na produção do tabaco.

Ao observarmos a dinâmica das mudanças promovidas pelas famílias produtoras de tabaco, verificou-se que passaram a fomentar diversas atividades, ou seja, a diversificar. Para tanto, verificamos o papel imprescindível da capacidade de agência, seja dos camponeses, seja das entidades que lhes apóiam. Segundo Schneider (2009), a chave para compreender as dinâmicas cotidianas dos camponeses está nas inter-relações e interdeterminações que este grupo estabelece com outras esferas, como o Estado, o mercado, as instituições e outros dispositivos coletivos. Essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis (SCHNEIDER, 2009).

À luz da pesquisa de campo, para além da atuação individual dos atores sociais, também é relevante sua interação em grupos coletivos, como no caso do MPA, EFA, CAPA, EMATER, que auxiliaram nos processos de diversificação das famílias. A ação destes movimentos sociais e entidades pode ser considerada como uma capacidade de agência. Esta por sua vez, não é simplesmente um atributo do ator individual. Ela manifesta-se quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas.

As entidades citadas mediarão políticas públicas acessadas pelas famílias fumicultoras, quais sejam: o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Moradia Rural Minha Casa Minha Vida, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Ademais, estão acontecendo ações, de ATER, desenvolvidas pelas entidades, o que vem promovendo circuitos curtos agroalimentares.

Assim, ao analisar os mecanismos que levam famílias produtoras de tabaco a implementarem iniciativas de diversificação e a dinâmica destas mudanças dentre as famílias, este estudo acabou apontando que há uma necessidade de avançar nos processos de diversificação para fortalecer a autonomia e liberdade das famílias. Grande parte das famílias apresenta uma considerável diversificação produtiva, mas demanda avançar na diversificação de renda. Fica clara a necessidade de ampliar as políticas públicas de incentivo a comercialização da produção, pois as que existem ainda parecem incipientes, dada a realidade das famílias pesquisadas. A complexidade no processo da comercialização, a burocracia e gestão, a organização da logística, as leis sanitárias são algumas das barreiras que precisam ser superadas para que os camponeses possam realizar plenamente o processo de diversificação.

Por fim, entendemos que as iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco surgem como resultado da autoconfrontação aos riscos gerados pela modernização da agricultura em geral, e em específico, da monocultura do tabaco.

Ademais, essas iniciativas de diversificação são possíveis pela capacidade de agência dos próprios atores sociais envolvidos, sejam eles atores individuais ou coletivos e pelo acesso a políticas públicas. Pode-se considerar que os camponeses ao se autoconfrontar, tanto com os efeitos colaterais do moderno sistema integrado de produção de tabaco, quanto com os riscos sistêmicos decorrentes na questão ambiental, social e econômica, implementam iniciativas distintas para ampliar as fontes de renda e reduzir a dependência de fatores externos.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABREU, L. S. **A construção social da relação com o meio ambiente**: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da Mata Atlântica Brasileira. 2002. In Tese de Doutorado do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas.

AFUBRA. **Famílias fumicultoras**: aspectos socioeconômicos. Disponível em: <http://www.afubra.com.br>. Acesso em: jul. de 2014.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005, p.168.

ANDRADE, R. A. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014. p. 128.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S.(Orgs.) **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

BECK, U. Sociedade de risco: **Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, editora 34, 2. ed., 2011.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. **Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente**: as redes ante os riscos. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

CARVALHO, H. M. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, março de 2012.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2012.

DESER. A cadeia produtiva do fumo. **Revista Contexto Rural**. Ano III, n. 04; Curitiba, 2003.

DESER. **Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia da dependência.** Revista. Curitiba, 2010.

ETGES, V. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 10, 2005.

FREITAS, T. D. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações:** por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul. 2015. 326 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SARTORELLI, A. Os meios e as condições de vida no espaço rural: o caso das famílias produtoras de tabaco em Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 20, n. 3 - Suplemento, p. 138 - 162, set./dez. 2015.

GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2007, 89-122.

GIDDENS, A. **A construção da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONZALEZ, S. R.; PEREIRA, V. C.; DAL SOGLIO, F. K. **A perspectiva orientada ao ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural.** Perspectivas Rurales. Nueva época, Año 13, n. 25.

GORGEN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** Porto Alegre: Editora Vozes, 2004.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** London and New York: RoutledgeTaylor&Francis Group. 2001. p. 285.

_____. **Sociología Del desarrollo:** una perspectiva centrada en el actor. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007, p. 504.

PINHEIRO, S.; LUZ, D. **Ladrões de natureza:** uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta. Porto Alegre: Fundação Juquira-Candiru, 1998.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares.** Porto Alegre, UFRGS, 2008.

SARTORELLI, A. RAMBO, A. G. Os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco – um estudo no município de Laranjeiras do Sul/PR. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 4, out./dez, p.131-173, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10801> >. Acesso em: 20 nov. 2016.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Rurais**, v. 4, n. 1, p. 81-131, março/2010.

_____. Agricultura Familiar e pluriatividade. In: **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil** – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).

_____. **Subsídios técnicos ao grupo de trabalho para a complementação dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco**. Porto Alegre, 2010b. (Relatório).

_____. **Referências para a elaboração de uma matriz (template) de análise da diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Porto Alegre, 2012. (Relatório).

ZAMBERLAN, J. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: LEVANTAMENTO EM UMA COMUNIDADE PESQUEIRA LOCAL

Paulo Sérgio Almeida-Santos¹
Andreia Carpes Dani²
José Luís Alves Araújo³
José Matias-Pereira⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar o nível de satisfação dos moradores da Colônia de Pescadores Z7, localizada no município de São Félix do Araguaia – MT, quanto aos serviços prestados pela empresa pública, EMPAER, a fim de aperfeiçoar qualidade dos trabalhos guiados por este órgão, na efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no Estado mato-grossense. Os dados são coletados por meio de uma pesquisa de levantamento a partir de um questionário semiestruturado composto por 42 questões, tomando como base os instrumentos da Estrutura Comum de Avaliação – CAF. Em grande medida, os resultados obtidos, indicam uma percepção imparcial acerca dos serviços prestados pela EMPAER. O envolvimento e participação em programas de financiamento é dimensão, que carrega o maior nível de informação para análise da percepção geral dos moradores. Com efeito, as perspectivas referentes à obtenção de crédito por meio de programas de financiamento a agricultura rural, têm sido no momento, um dos principais pontos, que podem ser analisados minuciosamente pela entidade EMPAER.

Palavras-Chave: colônia de pescadores, desenvolvimento rural sustentável, economia familiar, políticas públicas, serviço público.

¹Graduado em Ciências Contábeis (PUCPR). Mestrado em Ciências Contábeis (FURB). Doutorando em Ciências Contábeis (UnB). Professor e pesquisador da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: psalmeidasantos@ufmt.br.

²Graduada em Ciências Contábeis (URI). Mestrado em Ciências Contábeis (FURB). Doutoranda em Administração e Ciências Contábeis (FURB). E-mail: andreiacarpesdani@gmail.com.

³Graduado em Ciências Contábeis (UFMT). Especialista em Gestão Pública (UFMT). E-mail: joseluizsfa@gmail.com.

⁴Graduado em Ciências Econômicas (UNICEUB). Graduado em Direito (UNIDF). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Doutorado em Ciências Políticas (UCM). Professor e pesquisador associado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: matias@unb.br.

QUALITY OF PUBLIC SERVICE FOR PROMOTING SUSTAINABLE AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT: SURVEY ON A LOCAL FISHING COMMUNITIES

ABSTRACT

The aim of this paper is to identify the level of satisfaction of the residents of the Colony of Z7 Fishermen localized in Sao Felix do Araguaia – MT, as the services provided by public company EMPAER in order to enhance quality of work guided by this body in the execution of policies public for sustainable rural development in Mato Grosso State. The data is collected through a survey from a semi-structured questionnaire composed of 42 questions, based on the instruments of the Common Assessment Framework – CAF. To a large extent, the results indicate an unbiased perception of services provided by EMPAER. The involvement and participation in funding programs is dimension, which carries the greatest level of information to analyze the overall perception of the residents. Indeed, the outlook related to obtaining credit through funding programs to rural agriculture, have been at the time, one of the main points, which can be scrutinized by EMPAER entity.

Keywords: colony of fishermen, family economy, public policy, public service, sustainable rural development.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os aspectos que orientam a modernização da agricultura no Brasil, impulsionada por fortes políticas agrícolas e também decisivas, tornaram-se objeto de grandes debates (MARQUES, 2010). Assis (2006) pondera que o desenvolvimento rural sustentável deve ocorrer a partir de uma ação local, no qual os agricultores tenham condições de assumir a posição de atores primários.

Isso depende de decisões políticas, que procurem internalizar no sistema econômico, os danos à natureza, “ao mesmo tempo em que, por meio do uso de instrumentos de política agrícola e ambiental, seja estimulada a adoção, pelos agricultores, de modelos agroecológicos de produção, com destaque para os que utilizam estrutura de trabalho familiar” (ASSIS, 2006, p. 86). Acrescente-se a isto, que a agricultura é o principal instrumento propulsor do desenvolvimento de pequenas e médias cidades do interior do Brasil (SANTOS, 2001). Assim, novos incentivos a este setor, pode ensejar que outros setores dessas localidades se desenvolvam analogamente.

Em particular ao caso do Estado de Mato Grosso, este tem se destacado no cenário nacional, pelo seu grande potencial natural, bem como pelos avanços tecnológicos no agronegócio, sendo considerado como um dos principais Estados brasileiros com maior potencialidade na produção de grãos: soja, algodão etc., além de se destacar também no ramo agropecuário. Com efeito, atualmente, o agronegócio, é considerado esteio da economia mato-grossense, sendo, pois, a principal fonte geradora de emprego e renda (BRUM; LUFT, 2011; CAMPOS, 2010; NOGUEIRA, 2014).

Parte deste sucesso, mormente, deve-se ao empreendedorismo dos produtores locais, bem como de programas governamentais voltados ao desenvolvimento rural, tendo à frente, entidades, tais como a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S/A (EMPAER), que

busca atender a demanda que possa proporcionar aos produtores assistência integrada, nos aspectos da produção tecnicada e comercialização gerenciada (MORAES, et al., 2011; NOGUEIRA, 2014). Esta tem operado junto às secretarias de agriculturas dos municípios locais, “atendendo a produtores de assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas e hortas urbanas, executando trabalhos como assistência técnica agropecuária e elaboração de projetos de crédito rural” (LAFORGA; VIERA, 2008). Com efeito, a grande necessidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural vivenciados no cenário mato-grossense, está relacionada a políticas governamentais direcionadas ao público de baixo poder aquisitivo, que estão inseridos nos modelos da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Nota-se que a missão da ATER está inclinada a chamada – ciência agroecologia – que se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos: “agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno”, isto é, presente no “local” (CAPORAL et al., 2006).

A atividade de pesca artesanal (pesca de subsistência) mantém um cotidiano social orientado por uma relação profunda com a natureza, apresentando elementos culturais passados por diversas gerações, particulares em razão da estética territorial única, cuja determinação ambiental fez surgir um núcleo cultural particular. Destarte, a produção agrícola “é sempre, em maior ou menor grau, assegurada pela exploração familiar e que o produtor familiar não possui único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente, faz-se necessário estudá-lo em suas várias formas” (GOMES, 2005, p. 2).

Interligando as políticas públicas às questões ambientais, Hellebrandt (2012) esclarece que as políticas de promoção à pesca, influenciam no aumento da captura do pescado, e devido a esse recurso natural ser renovável, possui características de bem público, e por ser de difícil imposição de direitos de propriedade, sua existência pode ser ameaçada pela pesca excessiva.

Hellebrandt (2012) a partir de um levantamento realizado sobre os estudos nacionais que abordam – políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro – infere que até o final da década de 1990, havia diversas pesquisas análogas, p. ex., a de Abdallah (1998)¹; embora essa situação tenha se alterado com a redução drástica a partir do ano de 2000 (HELLEBRANT, 2012). Oportunamente, percebe-se uma lacuna científica no que tange este setor, que tanto está relacionado à agricultura familiar quanto ao desenvolvimento de políticas específicas para o setor pesqueiro. Por exemplo, a exploração pesqueira de forma artesanal por pescadores credenciados e associados à colônia Z7, unidade de investigação deste estudo, é essencial para o sustento alimentar das famílias ribeirinhas de moradores que vivem às margens dos rios, e possuem princípios herdados e presentes na atividade rotineira das famílias.

Diante do que brevemente é ponderado, e utilizando-se do instrumento de avaliação comum de avaliação (CAF)² para levantamento quanto à satisfação dos

¹ Abdallah (1998) analisou a evolução da atividade pesqueira no Brasil entre os anos de 1960 a 1994. Na oportunidade constatou que a quantidade produzida de pescado, embora com algumas oscilações durante o período, apresentara uma ascensão razoável, sofrendo declínio a partir do último ano investigado. As regiões Sul e Sudestes foram aquelas que se destacam sobre as demais regiões quanto à produção em relevo.

² A CAF (*Common Assessment Framework*) é um modelo europeu que serve para avaliar e melhorar o desempenho organizacional, tendo como referência os princípios da Excelência. O modelo CAF é específico para o setor público e a sua utilização é gratuita. Cerca de 3 600 organizações públicas europeias já utilizam a CAF. O modelo CAF baseia-se no pressuposto de que as organizações atingem resultados excelentes

serviços oferecidos por entidades públicas, a questão-problema a ser respondida, é: Qual o nível de percepção de uma colônia de pescadores referente aos serviços prestados por uma empresa pública no tocante à (a) imagem global, (b) ao envolvimento e participação em programas de financiamento, (c) às condições de acessibilidade, e (d) aos produtos e serviços ofertados?

Nesta perceptiva, busca-se identificar o nível de satisfação dos moradores da Colônia de Pescadores Z7, localizada no município de São Félix do Araguaia – MT, quanto aos serviços prestados pela EMPAER, a fim de aperfeiçoar qualidade dos trabalhos guiados por este órgão na efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no Estado mato-grossense.

No contexto econômico e social do País, é imprescindível estabelecer políticas públicas, dando condições infraestruturais básicas que atendam às necessidades de todos os produtores rurais locais, que buscam retirar o seu sustento da própria natureza, e assim dar continuidade ao sistema de produção em escala comercial de maneira sustentável, digna, ambientalmente legal e responsável. Conforme explica Hellebrandt (2012), as políticas empregadas pelo governo no setor pesqueiro podem implicar na geração, ampliação ou minimização dos conflitos provocados pela atividade pesqueira.

Diante do exposto, a pesquisa justifica-se tendo em vista a influência das políticas públicas na manutenção da atividade e sobrevivência dos pescadores artesanais, desenvolvimento da região envolvida e a escassez de estudos realizados em âmbito nacional, principalmente voltados ao Estado do Mato Grosso.

Assim, espera-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento de boas práticas de assistência técnica a partir de políticas públicas eficazes, que atendam as reais necessidades da comunidade pesquisada (comunidades ribeirinhas), considerando-se, sobretudo, as especificidades ambientais da região e o desenvolvimento das atividades da comunidade, baseadas na equidade e na sustentabilidade. O instrumento de avaliação da CAF utilizado para medir a qualidade dos serviços prestados pela EMPAER é muito oportuno para esse diagnóstico. Destarte, busca-se, nomeadamente, contribuir para discussão acadêmica sobre o tema “aumentando o conhecimento sobre a implementação de lógicas de autoavaliação e de gestão de qualidade em organismos públicos, bem como suscitar o interesse pela utilização destas novas abordagens”. (AGUIAR, 2010, p. 12).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA FAMILIAR NO BRASIL

Na maioria dos países, são os estabelecimentos agrícolas familiares aqueles capazes de acolher os sistemas de produção inspirados na agroecologia e que estão em conformidade com as exigências de desenvolvimento sustentável (MARQUES, 2010).

O desenvolvimento sustentável busca a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas (ASSIS, 2006). No Brasil “a opção pela agricultura familiar justifica-se por sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento”, além de influenciar na retenção da população fora dos grandes centros urbanos,

avaliável do desempenho na perspectiva dos cidadãos/clientes, colaboradores e sociedade quando têm lideranças que conduzem a estratégia, o planejamento, as pessoas, as parcerias, os recursos e os processos. (<http://www.caf.dgaep.gov.pt/>).

auxiliando na construção de alternativas de desenvolvimento (SANTOS, 2001). A “alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornaram a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais” (GOMES, 2005, p. 2).

Santos e Santos (2005) ressaltam que o ponto principal a considerar quando se evoca a sustentabilidade do setor pesqueiro é que a redução dos estoques de pescados, e demais efeitos negativos que existem, não surgem exclusivamente em virtude da pesca, mas de impactos contraproducentes do entorno, como a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de rios. Nesse contexto, destaca-se que existem aspectos relacionados à sustentabilidade ecológica e social, além da visão econômica (SANTOS; SANTOS, 2005).

A sustentabilidade ecológica, diz respeito ao equilíbrio e manutenção de ecossistemas, à conservação de espécies e à manutenção de um estoque genético das espécies, que garanta a resiliência ante aos impactos externos. Já a sustentabilidade social, ressalta a importância da participação social e do aumento das potencialidades e qualidades das pessoas na construção de um futuro mais justo. Notadamente, tem havido um avanço na concepção de sustentabilidade social no que tange à noção de desenvolvimento sustentável, passando de uma postura que associava pobreza à degradação ambiental, a uma que utiliza a participação na cogestão dos recursos visando atingir a sustentabilidade (FOLADORI, 2002).

Durante os últimos trinta anos, a questão central da sustentabilidade social diz respeito à redução da pobreza e o incremento populacional, além de contribuir para questões como equidade e qualidade de vida. De modo geral, os mecanismos e as agências que promovem o desenvolvimento sustentável podem conduzir a melhorias locais de alto impacto sobre a população, mas também são essenciais para efeitos de direitos humanos, assim como solucionam problemas específicos de fome ou doenças (FOLADORI, 2002, p. 112).

Ferro et al. (2003, p. 8) ressaltam a necessidade de se implantar “uma política agrícola diferenciada em regime de economia familiar, com foco em melhorar a qualidade dos alimentos produzidos por pessoas envolvidas no processo, não havendo necessidade de adquiri-los fora da propriedade.” Conseqüentemente, a capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno socioeconômico local (SANTOS, 2001).

As políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento “são usualmente dirigidos a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e muitas vezes assumem ou assumiram, como no Brasil, um caráter de políticas de desenvolvimento regional” (DELGADO, 2001, p. 26-27).

As políticas de apoio à agricultura familiar devem integrar atividades não-agrícolas, como a industrialização, produção artesanal, turismo rural, e outras atividades voltadas à geração de renda e ocupação, priorizando “investimentos públicos para garantir serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometidos com a sustentabilidade e adaptados aos meios de produção familiar.” (SANTOS, 2001, p. 230).

Para que o processo de desenvolvimento possibilite a manutenção ou aumento, ao longo do tempo do conjunto de bens econômicos, ecológicos e socioculturais, é necessário atuar de forma interdependente ao crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais (ASSIS, 2006, p. 81).

O crescimento econômico é percebido quando a produção está atingindo outros mercados e trazendo melhoria na qualidade de vidas das pessoas envolvidas

no processo. Isso ocorre utilizando-se de tecnologias a custo baixo, aplicando projetos de forma integrada e verticalizada, otimizando a mão-de-obra utilizada etc. (FERRO et al., 2003, p. 13). Estes autores ponderam ainda que, no decorrer desta fase, observa-se uma visão ampla que ocorre quando esse produtor acredita que sua oferta poderá chegar à mesa de várias famílias, e pode competir com o mercado consumidor.

Azevedo e Pierre (2014), defendem que sendo efetivamente implementadas, as normas e legislações podem melhorar em alguma medida as condições de vida dos pescadores artesanais, e conseqüentemente a manutenção da sustentabilidade dos recursos. Assim, o reconhecimento da interdependência entre sistemas naturais e econômicos depende de reformulações no sistema de valores da sociedade e das políticas públicas direcionadas a um desenvolvimento que pretende ser sustentável (CHAMY; MALDONATO, 2003).

Tendo em vista que, a definição de instrumentos econômicos voltados à diminuição das desigualdades sociais e sua compatibilização ao conhecimento que comunidades locais possuem sobre seus territórios é imprescindível para que políticas públicas voltadas à sustentabilidade tenham sucesso (CHAMY; MALDONATO, 2003), discute-se na sessão seguinte as políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro brasileiro, no âmbito da economia familiar rural.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO SETOR PESQUEIRO

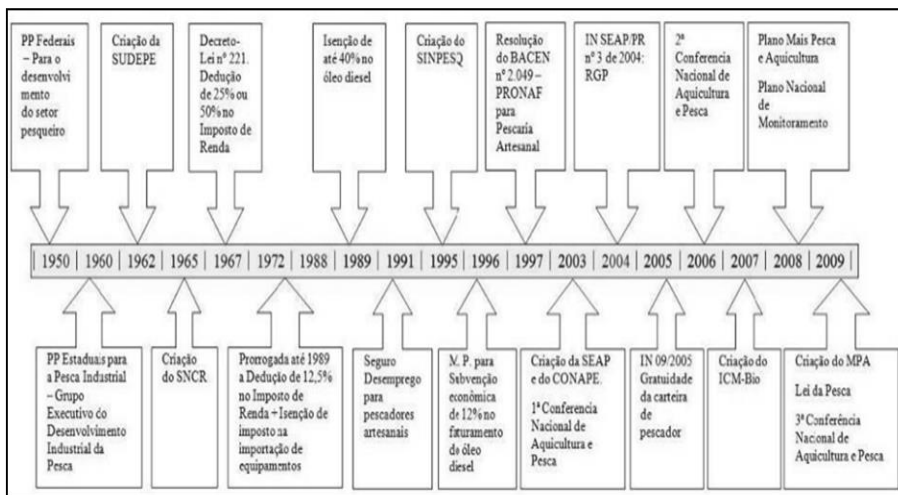
Notadamente a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos em todo mundo;no Brasil, passa-se por um período de crise estrutural, com necessidades sociais graves, que resulta na exclusão do produtor familiar do processo produtivo e até mesmo sua expulsão do meio rural (FERRO et al., 2003, p. 7). A vida do homem do campo em decorrência da exploração do trabalho rural requer atenção especial, bem como acompanhamento e incentivos por parte de políticas públicas voltadas as suas necessidades. Logo, a política pública traz dentro do contexto dos programas uma proposta da eficácia na vida humana. Segundo Campos(2010) torna visível a análise de política pública como objetivo de solucionar conflitos outrora ocorridos.

As atividades de pesca artesanal contrastam com um cenário marcado pelo viés produtivista, predominando a utilização de um conjunto diversificado de técnicas eficientes e de baixo impacto sobre os ecossistemas (REBOUÇAS et al., 2006).Entre os tipos de pesca existentes, destacam-se a pesca industrial e a pesca artesanal. Embora “a pesca industrial movimente a maior parte da economia advinda desta atividade, a pesca artesanal tem inegável importância social ao envolver a maior parte desta população” (HELLEBRANDT et al., 2012, p. 2). A sobrevivência do pescador artesanal “na atividade pesqueira, tendo em vista a característica da pesca artesanal e do pescador artesanal, depende do seu próprio conhecimento, de suas habilidades e da conservação dos recursos pesqueiros” (SOUZA, 2001, p. 9). Assim, torna-se essencial a criação de políticas e programas voltados para a distribuição de renda, tendo em vista que “os problemas do campo são de ordem econômica, de acessos aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações” (SANTOS, 2001, p. 226).

Hellebrandt (2012, p. 28) salienta que “dentre as políticas de promoção da atividade pesqueira, estão os benefícios fiscais às atividades do setor, e a possibilidade de crédito rural, além de outros instrumentos econômicos de promoção ao desenvolvimento do setor”.Ao analisar a eficácia das atuais políticas, Hellebrandt (2012, p. 92) constatou “que o esforço governamental em promover a inclusão social do pescador artesanal, através da geração de emprego e renda, pode resultar num

efeito contrário, incentivando o inchaço de pescadores e o consequente aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros”. Para Hellebrandt (2012) a relação entre as políticas públicas e o setor pesqueiro brasileiro, transitou por diversas etapas. Na Figura 1 é apresentada uma breve síntese da evolução histórica das ações dos governos brasileiros relacionadas ao desenvolvimento do setor pesqueiro.

Figura 1 – Evolução histórica das ações do governo brasileiro relacionadas ao desenvolvimento do setor pesqueiro



Fonte: Hellebrandt (2012, p. 92).

Hellebrandt (2012) estabelece um contraponto entre a primeira fase (1950 – 2000) foi voltada ao desenvolvimento do setor pesqueiro nacional através de benefícios fiscais e fase atual (pós ano 2000), voltada à preocupação social, com a valorização das questões ambientais, com valorização da gestão dos recursos naturais e segurança alimentar.

Dentre os eventos apresentados no estudo de Hellebrandt (2012), ressalta-se que a partir do ano de 1950 ocorreu o início das políticas nacionais voltadas a setores com peculiaridades específicas, a exemplo do pesqueiro; e nos anos seguintes com a criação de institutos e órgãos voltados ao desenvolvimento industrial da pesca, por meio de convênios, pesquisas etc. Na década de 1990, começaram a atuar também políticas públicas estaduais. Após o ano de 2000, foi marcado por uma nova postura do Governo Federal em relação ao setor pesqueiro, através da criação do CONAPE (Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca), e realização da primeira Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca na qual fora lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, e em seguida realizando-se implementações de várias novas linhas de crédito e outros benefícios fiscais para o setor.

Releva destacar que nesta perspectiva o Estado do Mato Grosso, destaca-se no tocante às políticas de assistência rural, de modo especial, sublinhando-se aquelas implantadas no município de São Félix do Araguaia desde o final dos anos 70. Essas políticas buscam avultar a produção agrícola associada à qualidade de vida dos moradores das comunidades rurais locais, por meio de serviços que

envolvem desenvolvimento tecnológico, campanhas sociais de saúde, educação, economia doméstica etc.

A abrangência do serviço de assistência aos trabalhadores rurais na área de atuação do projeto MDA (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário) /ATER (Comunidade Colônia dos Pescadores Z7) é tida como uma política pública do Governo Federal, voltada à classe de baixa renda de produtores que estão fora do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, não foram beneficiados por programas de reforma agrária.

A Constituição Federal (1988) fixa que as políticas agrícolas contemplem em especial os serviços de ATER, mas em 1989 o executivo do Estado extinguiu o órgão máximo de ATER, através do decreto lei n. 97.455 (15 de janeiro de 1989), conhecido como Operação Desmonte.

Em linhas gerais no Brasil, a política nacional voltada ao setor pesqueiro estruturou-se em três eixos caracterizados de desenvolvimento sustentável da pesca, desenvolvimento sustentável da agricultura e gestão da política pesqueira. “As ações desses programas objetivam subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e agricultura” (HELLEBRANDT, 2012, p. 32). Tendo em vista a importância das políticas públicas para o setor pesqueiro e os serviços prestados pela EMPAER-MT à colônia de pescadores Z7 do município de São Félix do Araguaia, torna-se oportuno investigar qual a satisfação dos pescadores com os serviços prestados por esta entidade, motivação pela qual se realiza este estudo.

3.MÉTODO

A pesquisa é delineada como descritiva, do tipo levantamento com abordagem “quali-quantitativa” da sua situação-problema.

3.1. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa diz respeito aos pescadores assistidos pela EMPAER na Colônia – Z7. Esta colônia de pescadores está localizada no município de São Félix do Araguaia as margens do Rio Araguaia no Estado do Mato Grosso, em frente à Ilha do Bananal, sendo fundada em 28 de abril de 1.989, com 75 sócios, conforme ilustra a Figura 2.O mandato da sua diretoria dar-se mediante eleições e tem a duração de dois (2) anos. A diretoria é formada por presidente, secretário, tesoureiro e conselheiro fiscal. A criação da sede se deu no primeiro semestre de 2002, em sistema de mutirão regido pelo presidente que ocupou o cargo de dois mandatos consecutivos.

A EMPAER é dotada de personalidade jurídica de direito privado, possuindo como acionista majoritário o Governo do Estado com 97,43% das ações, a EMBRAPA (2,56%) e Terceiros (0,01%). Atua no Estado de Mato Grosso há mais de 45 anos, com sede localizada na capital do Estado (Cuiabá), possuindo extensões com escritórios locais em 128 Municípios, sendo uma sede escritório Central, nove escritórios Regionais, quatro escritórios locais distritais, quatro viveiros de produção de mudas, seis campos experimentais, seis centros regionais de pesquisa e transferência de tecnologia e um campo experimental.

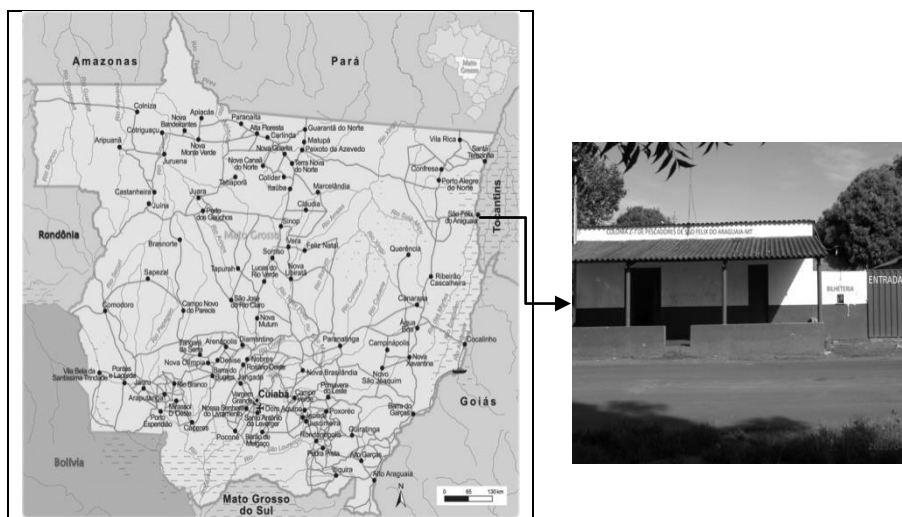
O público da Colônia – Z7 corresponde a uma população de 42 (quarenta e dois) pescadores ativos e inativos. Para esta pesquisa foram considerados apenas os pescadores ativos, tendo em vista às condições de acesso à localidade na qual residem os ribeirinhos. Dessa forma, foram entregues 25 (vinte e cinco)

questionários. O número de questionários entregues correspondeu a 59,52% da população, retornando uma amostra final válida de 21 questionários respondidos.

Os moradores da Colônia vivem basicamente da pesca artesanal das espécies de peixes originadas na bacia hidrográfica do Araguaia. Atualmente existem apenas 42 pescadores ativos que exploram a atividade pesqueira como forma de economia familiar.

A “Lei nº. 9.893 de 01 de março de 2013 limita o período da pesca ao pescador profissional, de 01 de abril a 01 de outubro, permitindo a este capturar semanalmente 125 kg de pescados com a guia de DPI – Declaração Individual de Pesca, enquanto ao portador da carteira ou pescador amador, ficou permitido a captura de até 3 kg (três quilos) e um exemplar”.

Figura 2 – Colônia de Pescadores Z7 do Município de São Félix do Araguaia/MT



Fonte: Google imagensTM e própria.

3.2. COLETA DOS DADOS

Para a coleta dos dados, é feito uma adaptação de um questionário semiestruturado, dividido em quatro categorias diferentes. O questionário aplicado foi ajustado da CAF – Estrutura Comum de Avaliação. Trata-se de um instrumento bastante utilizado para avaliação de organizações governamentais na Europa.

O instrumento de pesquisa foi entregue pessoalmente a cada um dos entrevistados. Quando realizada a coleta dos dados, preocupou-se em situar o respondente a respeito da maneira que essas informações pretendem atingir o objetivo de solucionar o problema com a resposta obtida. Tal procedimento foi utilizado com vistas a facilitar a coleta de dados juntos aos respondentes, considerado, na percepção dos pesquisadores como “pessoas simples com baixo grau de instrução”.

Optou-se pela formulação de um questionário semiestruturado por categorias, utilizando-se uma escala *likert* de cinco pontos que indica o grau de satisfação dos participantes da pesquisa, com os itens investigados (Quadro 1),

sendo a escala utilizada: 1= muito insatisfeito; 2= insatisfeito; 3= indiferente; 4= satisfeito; e 5= muito satisfeito.

Quadro 1 – Categorias do instrumento de pesquisa

Blocos de Investigação Além do Perfil dos Respondentes (1)	Mensuração	No. Questões
B1 – Imagem Global da Organização	Escala <i>likert</i>	06
B2 – Envolvimento e Participação Programas de Financiamento	Escala <i>likert</i>	09
B3 – Acessibilidade à Empresa	Escala <i>likert</i>	10
B4 – Produtos e Serviços Ofertados pela Empresa	Escala <i>likert</i>	11
Total		36

Fonte: Adaptado da CAF – Estrutura Comum de Avaliação.

Do total de 42 questões, estas 36 referem-se a aspectos específicos relacionados ao grau de satisfação de diversos elementos envolvidos na prestação de serviço da EMPAER no município. Os dados foram coletados entre os meses de maio a setembro de 2014, conforme a disponibilidade dos respondentes. Cabe ressaltar que a pesquisa se torna oportuna especialmente nesse período, considerando que a quantidade de pescadores pertencentes à colônia encontra-se em declínio contínuo, e os resultados podem auxiliar a identificar alguns dos elementos que podem estar relacionados a este fato.

É utilizado das estatísticas descritivas para análise dos dados. Adicionalmente é aplicado, primeiramente o teste de *alpha* de *Cronbach* a fim de verificar a fiabilidade das respostas obtidas, além disso, a análise das componentes principais (ACP) com intuito de verificar dentre os blocos de questões, aquela que carrega o maior peso de informação, que possibilite uma conclusão geral sobre a percepção dos entrevistados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ilustram-se inicialmente na Tabela 1, as estatísticas descritivas inerentes às respostas relativas ao – perfil dos respondentes. Em sua grande maioria, são do gênero masculino, têm idade entre 46 e 55 anos, são casados, ou estão em um estado civil análogo a este. Grande parte deles possui o ensino fundamental completo. Todos os pescadores residem na Colônia, há mais de 10 anos, e tem como atividade laboral primária, notoriamente a pesca, que consiste neste caso, o único meio de subsistência de suas famílias.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Painel A: Gênero, idade, estado civil e nível de escolaridade											
Gênero	Fi	fi	Idade	Fi	fi	Estado Civil	Fi	fi	Nível de Escolaridade	Fi	fi
Feminino	6	29 %	< 25 anos	1	5%	Solteiro (a)	5	24 %	Analfabeto	2	10 %
Masculino	15	71 %	26 a 35 anos	0	0%	Divorciado (a)	1	5%	Ensino Primário	7	33 %
			36 a 45 anos	3	14 %	Separado (a)	1	5%	Ensino Fundamental	9	43 %
			46 a 55 anos	9	43 %	Viúvo (a)	0	0%	Ensino Médio	1	5%
			> 56 anos	8	38 %	União Estável	1	52 %	Ensino Técnico	1	5%
						Casado (a)	3	14 %	Ensino Superior	1	5%
Painel B: Tempo de residência, principal atividade desenvolvida na colônia											
Tempo de Residência na Colônia	Fi	fi	Principal Atividade Desenvolvida na Colônia		Fi	fi					
< 1 ano	0	0%	Aposentado		0	0%					
1,6 a 3 anos	0	0%	Pescaria		17	81%					
3,6 a 5 anos	0	0%	Serviço Braçal (mensalista)		4	19%					
5,6 a 9 anos	0	0%	Diarista		0	0%					
> 10 anos	21	100%	Comerciante		0	0%					
			Outro		0	0%					

Fonte: dados da pesquisa.

É destacado ainda que por meio do teste de confiabilidade (*Alpha de Cronbach's*), procurou-se identificar a confiabilidade do instrumento de pesquisa utilizado na coleta dos dados. Pela estatística do teste ver-se que existe mais de 90% (*Alpha de Cronbach's* = 0,9233) de confiabilidade nas respostas obtidas, o que é considerado muito bom.

Na Tabela 2 encontram-se os resultados quanto ao grau de satisfação dos moradores da Colônia de Pescadores Z7, no que diz respeito à – imagem global da EMPAER.

Tabela 2 – Satisfação em relação à imagem global da organização

Questões (Bloco 1)	Média	Desvio-Padrão	Quartil Inferior	Mediana	Quartil Superior
2.1. Desempenho da organização:	3,24	1,18	2	3	4
2.2. Colaboradores que lidam com os pescadores no local de atendimento (presencial):	3,48	1,29	3	4	4
2.3. Atendimento por telefone:	3,19	1,44	2	3	5
2.4. Igualdade de tratamento praticado no atendimento aos pescadores:	3,71	1,10	3	4	5
2.5. Atendimento recebido pelos funcionários da EMPAER:	3,48	1,47	3	4	5
2.6. Melhorias implementadas recentemente na organização:	2,86	1,11	2	3	4
Resumo Geral das Respostas	2,83	0,40	3	3	3

Fonte: dados da pesquisa

Em grande medida percebe-se que a satisfação dos respondentes em relação à imagem global do órgão não indica se esses estão mais satisfeitos ou insatisfeitos, com efeito, estes têm uma percepção ligeiramente neutra ou indiferente, conforme demonstra o resumo das estatísticas descritivas. Ademais, a pior satisfação diz respeito às – melhorias implementadas recentemente pela EMPAER –, ao contrário a melhor satisfação é quanto à – igualdade de tratamento praticado no atendimento aos pescadores.

Pressupõe-se, que isso se deve ao perfil de comprometimento da organização, que busca atingir todas as metas estabelecidas pelos programas sociais, porém possui força de trabalho reduzida, que por vezes dificultam o atendimento necessário para abranger o público cadastrado no programa MDA no mercado local. De modo geral, a organização executa suas atividades voltadas para visitas diárias ou semanais, dentro da rotina condizente com as necessidades dos pescadores, tendo em vista que o programa requer a assistência de forma integrada. A organização executa suas atividades buscando fazer visitas diárias, ou semanais, dentro da rotina condizente com as necessidades dos pescadores, tendo em vista que o programa requer a assistência de forma integrada.

Diante disso, sugere-se que algumas políticas de gestão e ordenamento pesqueiro possuem problemas como a falta de recursos financeiros e humanos, que são reportados como as principais causas para a pouca eficiência destas políticas. Esses resultados corroboram com os achados no estudo de Hellebrandt et al. (2012).

Na Tabela 3 encontram-se os resultados quanto à satisfação dos pescadores no que diz respeito à atuação da EMPAER em relação a envolvimento e participação em programas de financiamento.

Tabela 3 – Satisfação com a atuação da EMPAER em relação ao envolvimento e participação em programas de financiamento

Questões (Bloco 2)	Média	Desvio-Padrão	Quartil Inferior	Mediana	Quartil Superior
3.1. Possibilidade de surgir melhorias na qualidade de vida:	2,57	1,12	2	3	3
3.2. As políticas públicas chegam com frequência às famílias cadastradas nos programas MDA/ATER:	2,62	1,02	2	3	3
3.3. Os créditos auxiliam na melhoria do nível de renda familiar:	3,10	1,14	3	3	4
3.4. O agente financeiro está disponibilizando o recurso de acordo com Plano Safra:	3,05	1,02	2	3	3
3.5. Os produtores estão podendo acessar o recurso em tempo hábil:	2,81	1,03	2	3	4
3.6. Existem poucas políticas públicas voltadas para a classe de trabalhadores agrícolas:	2,29	0,90	2	2	3
3.7. Os incentivos recebidos pelos programas sociais são suficientes:	2,57	0,98	2	3	3
3.8. O trabalho ofertado pela empresa está em conformidade com o previsto pelas políticas públicas:	2,62	1,12	2	3	3
3.9. A parte burocrática "emperra" o acesso aos créditos:	2,29	1,15	1	2	3
Resumo Geral das Respostas	2,22	0,44	2	2	2

Fonte: Dados da pesquisa.

É percebido pelo resumo geral das respostas, que existe um grau de insatisfação de modo homogêneo, entre os respondentes no tocante à atuação da EMPAER no envolvimento e participação em programas de financiamento às famílias da colônia. Parte-se do pressuposto, que isso seja devido ao desconhecimento em relação aos aspectos burocráticos e diretrizes estabelecidas nas políticas públicas voltadas às suas necessidades.

A EMPAER busca obedecer aos acordos de convênios firmados entre a instituição e o agente financeiro, acordados *a priori* no MCR – Manual de Crédito Rural. Complementarmente, os respondentes indicam que o agente financeiro informa sobre a disponibilidade de recurso do Plano Safra, contudo não existe interesse por parte dos mesmos, devido às exigências de garantias, aval cruzado, restrições envolvidas na emissão dos documentos exigidos pela empresa, além do valor financeiro da operação ser considerado irrisório para contratação (p.ex., questões 3.6 e 3.9). Além disto, ressalta-se o fato de que as políticas públicas para serem acessadas, precisariam ser incrementadas nos modelos sócios, econômicos e culturais, o que requer do gestor, agente de crédito e Ater, buscarem alinhar seus interesses e perspectivas.

A maioria dos entrevistados considera que a burocracia relacionada a exigências na documentação, dificulta o acesso, desde orçamentos, até assinatura de contratos. Além disso, as políticas sociais exigem certo grau de controle no acesso aos créditos, que pode gerar conflitos sociais de interesse (p. ex. questões 3.5 e 3.7). Grande parte da insatisfação dos respondentes, quanto a questões que envolvam os serviços prestados pela EMPAER, e às políticas públicas de agricultora familiar, é, com efeito, devido às limitações burocráticas impostas aos beneficiários.

Tal fato pode ser explicado pelo não atendimento aos requisitos exigidos pelas normas, e diretrizes de crédito rural da lei da ATER, ou das orientações do MCR – Manual de Crédito Rural.

Na mesma linha dos resultados encontrados no estudo de Hellebrandt (2012, p. 35), “percebe-se a diversidade de conflitos que permeia a atividade pesqueira e na sequência, a quantidade de políticas públicas com foco na atividade pesqueira, hora mais voltada à exploração do recurso, hora mais voltada aos aspectos sociais para os pescadores”. Complementa ainda “que as poucas políticas públicas pesqueiras de caráter ambiental são menos eficientes na prática do que seus textos propõem”. Assim, alguns conflitos da pesca possuem em sua raiz uma intrincada relação com as políticas públicas (HELLEBRANDT, 2012, p. 92).

Na Tabela 4 encontram-se os resultados quanto à satisfação dos pescadores no que diz respeito à acessibilidade a EMPAER.

Tabela 4 – Satisfação em relação à acessibilidade a EMPAER

Questões (Bloco 3)	Média	Desvio-Padrão	Quartil Inferior	Mediana	Quartil Superior
4.1. Localização do serviço: proximidade de transportes públicos:	3,19	1,50	2	3	5
4.2. Facilidade de estacionamento do automóvel perto do local de atendimento:	3,38	1,40	2	4	5
4.3. Nível de acessibilidade (rampas de acesso, elevadores):	2,90	1,37	2	3	4
4.4. Horário de atendimento:	3,76	0,70	3	4	4
4.5. Informação disponível no local de atendimento:	3,00	1,05	2	3	3
4.6. Sistemas de divulgação das atividades/informações:	3,24	1,00	3	3	4
4.7. Existência de uma linha telefônica para esclarecimento de atendimento/dúvidas:	3,19	1,50	2	3	4
4.8. Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento):	3,29	1,23	3	3	4
4.9. Informações disponíveis on-line site (pagamentos):	2,81	1,03	2	3	3
4.10. Existência de serviços disponíveis on-line (Laboratório):	2,76	1,14	2	3	4
Resumo Geral das Respostas	2,70	0,48	2,25	3	3

Fonte: dados da pesquisa.

Ligeiramente, existe um consenso entre os respondentes referente à acessibilidade à EMPAER. Neste caso, para quase a totalidade daqueles, a acessibilidade à empresa é algo indiferente. Consideraram-se mais satisfeitos com apenas dois dos itens analisados. A localização, dado à facilidade de estacionamento de veículos próximo ao local de atendimento e horário de atendimento (p. ex, questões 4.2 e 4.4).

Embora, a empresa procure estar em conformidade com a lei da melhor idade, e dos portadores de necessidade especiais, isso é realizado de forma parcial e incompleta. Possivelmente como a grande maioria dos respondentes não possui computadores em casa, e desconhecem esse meio, deixam de otimizar seu tempo,

e também da própria EMPAER, haja vista algumas informações podem ser obtidas diretamente na página da empresa. Adicionalmente, a organização presta assistência de campo e contata-se diretamente com a entidade que representa a categoria, prestando informações diversas, que são oficializadas e fixadas em mural público da sede (Colônia), embora não sejam visualizadas pela maioria do público atendido e interessado.

Na Tabela 5, encontram-se os resultados quanto à satisfação dos pescadores no que diz respeito aos produtos e serviços oferecidos pela EMPAER.

Tabela 5 – Satisfação global em relação aos produtos e serviços oferecidos pela EMPAER

Questões (Bloco 4)	Média	Desvio-Padrão	Quartil Inferior	Mediana	Quartil Superior
5.1. Produtos entregues:	2,86	1,20	2	3	4
5.2. Atendimento no serviço de ATER (Assistência Técnica) presencial:	3,29	1,15	3	3	4
5.3. Serviços prestados:	3,19	0,87	3	3	4
5.4. Clareza das informações prestadas:	3,19	0,93	3	3	4
5.5. Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone:	3,29	0,85	3	3	4
5.6. Equipamentos disponibilizados suficientes para realização de atividades:	3,00	1,41	1	3	4
5.7. Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente:	3,48	0,81	3	4	4
5.8. Qualidade dos produtos/serviços (correspondência com o esperado):	3,05	1,02	2	3	4
5.9. Atendimento solicitado:	3,33	1,20	2	3	4
5.10. Tempo de resposta das reclamações	2,76	1,41	1	3	4
5.11. Ofertados dos serviços prestados para a qualidade de vida dos moradores:	3,05	1,20	2	3	4
Resumo Geral das Respostas	2,81	0,40	3	3	3

Fonte: dados da pesquisa.

De modo análogo a alguns dos blocos de questões anteriores, neste bloco, enxerga-se uma predominância de repostas com uma escala maior de indiferença, como mostra o resumo geral das respostas.

Os itens 5.7, qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente, e 5.9, satisfação em relação ao atendimento solicitado, são aqueles que apresentaram maiores escalas de satisfação. Esses itens são considerados os mais relevantes, devido, sobretudo, pela atuação da assistência técnica da EMPAER, ser realizada de forma condizente com as necessidades do público, e em conformidade com os aspectos legais.

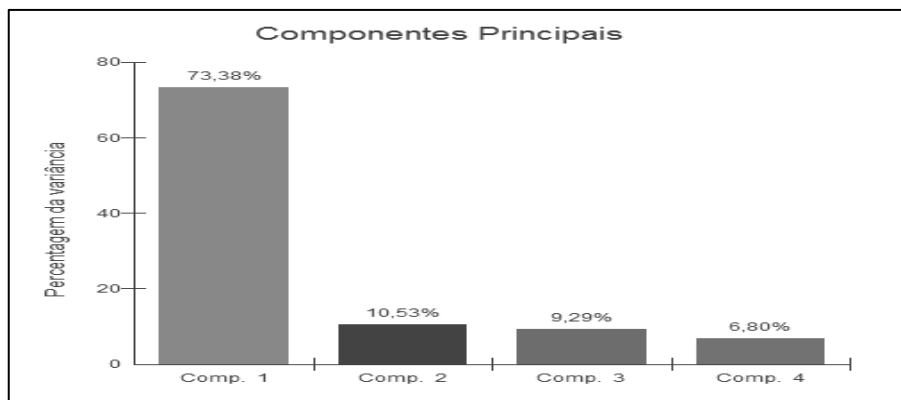
Percebe-se que os respondentes se consideram insatisfeitos com apenas dois dos itens analisados, sendo: 5.1, satisfação global com os produtos entregues, e 5.10, satisfação em relação ao tempo de resposta das reclamações. Isso pode justificar-se, pela existência de falhas no atendimento que interferem nos produtos que são entregues aos pescadores; bem como pela quantidade insuficiente de funcionários para a demanda de reclamações realizadas, visto que o escritório local não possui secretária e o quadro de técnicos é resumido.

Os demais itens apresentaram médias semelhantes, e não se destacam dentre os demais. Considera-se pertinente ressaltar a respeito dos itens, 5.9 e 5.11, em que a maioria dos respondentes avaliou que é fundamental, a EMPAER continuar cumprindo a sua missão responsabilmente, respeitando, o agente de crédito, produtor (pescadores), de modo a auxiliar as famílias da colônia na manutenção de suas atividades, as quais também passam pela observância das recomendações legais.

A fim de verificarmos qual dentre os quatros blocos de questões carrega o melhor nível de informação, isto pé, que possibilite fazer-se uma conclusão geral sobre a percepção dos moradores, é aplicado, a análise das componentes principais (ACP), cujos resultados são ilustrados e apresentados na Figura 3, e também na Tabela 6, respectivamente.

A Figura 3 sinaliza que a componente com maior nível informacional, diz respeito a primeira componente, que carrega 73,38% das variâncias de todas as demais componentes em conjunto. Esta componente, e a segunda componente carregam um total de 83,91% das cargas informacionais. Nesta perspectiva, percebe-se que pela primeira componente, o terceiro bloco de questões, acessibilidade à organização. Não obstante, quando tomadas, a primeira e segunda componentes, o bloco de questões, envolvimento e participação em programas de financiamento, é aquela que carrega o maior nível de informação para análise da percepção dos moradores da Colônia de Pescadores Z, São Félix do Araguaia, MT, em relação à satisfação dos serviços prestados pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER). Logo, as perspectivas referentes à obtenção de crédito por meio de programas de financiamento a agricultara rural, têm sido no momento, um dos principais pontos, que podem ser analisados minuciosamente pela entidade EMPAER. Analogamente, a Tabela 6 mostra os coeficientes dos autovetores das componentes principais que levam as mesmas conclusões.

Figura 3 - Percentagem da variância das componentes principais



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 6 – Coeficientes dos autovetores das componentes principais

Autovetores (Coeficientes)	B1	B2	B3	B4
Comp. 1	0,4916	0,4995	0,5127	0,4959
Comp. 2	-0,6762	0,6512	0,2467	-0,2406
Comp. 3	-0,4014	0,0457	-0,437	0,8036
Comp. 4	-0,3741	-0,5695	0,6967	0,2243

Legenda: B1 = Imagem Global da Organização; B2 = Envolvimento e Participação em Programas de Financiamento; B3 = Acessibilidade à Organização; B4 = Produtos e Serviços Ofertados pela Empresa.

Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se identificar o nível de satisfação dos moradores da Colônia de Pescadores Z7, localizada no município de São Félix do Araguaia – MT, quanto aos serviços prestados pela EMPAER, a fim de aperfeiçoar qualidade dos trabalhos guiados por este órgão na efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no Estado mato-grossense.

Para tanto, foi aplicado a 21 usuários do programa oferecido pela EMPAER, um questionário semiestruturado contendo 42 questões relacionadas ao perfil dos respondentes, a imagem global da organização, ao envolvimento e participação de créditos, a acessibilidade, e aos produtos e serviços oferecidos. O questionário é um dos instrumentos que mede a qualidade dos serviços públicos, utilizado pela Estrutura Comum de Avaliação (CAF).

Após a análise dos resultados, verificou-se que os pescadores integrantes do programa MDA/ATER, residem na Colônia por mais de 10 anos e dependem, na maioria, exclusivamente da atividade de pesca para autosubsistência e sustento da família. Embora não seja o foco desta pesquisa, supõe-se que essa dependência ocorre devido ao baixo grau de escolaridade dos mesmos ou a falta de opções de trabalho no município e ao perfil socioeconômico da região.

Em relação às quatro categorias de análise, verificou-se que a organização atende as necessidades dos usuários, por meio de uma assistência integrada, com informações úteis, atendimento adequado, boa localização e acesso, e quanto aos produtos e serviços oferecidos pela EMPAER, na sua maioria. Em contrapartida, os respondentes consideram-se insatisfeitos em relação às políticas públicas e créditos, devido principalmente às limitações legais e burocráticas impostas aos beneficiários.

Desse modo, embora o programa possua, na percepção dos usuários, algumas falhas relacionadas à burocracia que envolve a liberação de crédito rural, confere benefícios que deveriam ser mantidos e melhorados em conformidade com as mudanças das necessidades dos indivíduos envolvidos. Assim, percebe-se que a existência do programa coordenado pela EMPAER é essencial para a sobrevivência das famílias assistidas, além de contribuir para a manutenção da economia do município de pequeno porte.

Os resultados encontrados sugerem que o desenvolvimento de políticas públicas de amparo à atividade pesqueira pode contribuir para o fortalecimento da atividade, a geração de emprego e renda e a manutenção destas atividades, evitando a pesca predatória. Tais ações contribuem ainda para a sobrevivência dos pescadores, que tem na pesca a sua atividade de subsistência, bem como para com a preservação ambiental.

De modo geral, a política de assistência rural do município de São Félix do Araguaia, realizada por meio do projeto MDA/ATER, fornece serviço de assistência aos trabalhadores rurais, associando o aumento da produção agrícola com a

qualidade de vida para os moradores das comunidades rurais. Em especial, esse projeto proporciona a preservação ambiental, contribuindo para a redução da pesca predatória e o esgotamento de recursos naturais, pois são respeitados períodos adequados para realização da pesca, bem como deve ser realizado o manejo adequado dos recursos naturais pelos pescadores inseridos no programa.

Sugere-se como futuras pesquisas, a análise de outros municípios mato-grossenses na qual ocorra atuação da EMPAER através do programa aqui explorado, visando realizar comparações entre perfis populacionais, econômicos e geográficos existentes, possibilitando traçar um perfil das populações que possuem economia familiar rural e depende de políticas públicas voltadas à agricultura sustentável como forma de subsistência, bem como para incentivar o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

6. REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P. R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução**. 1998.148f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo.

AGUIAR, N. F. P. **O Modelo de gestão da qualidade CAF (estrutura comum de avaliação)** – o papel da liderança. 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Administração Pública), Universidade Técnica de Lisboa.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista Economia Aplicada**, v. 10, n.1, p. 75-89, 2006.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

BRUM, A. L.; LUFT, A. Aspectos da cadeia produtiva do milho e as relações comerciais nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso (1994/95-2005/06). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 15, n. 16, p. 117-153, 2008.

CAMPOS, A. R. S. **Uma análise do turismo em mato grosso sob a ótica da matriz insumo-produto**. 2010. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Mato Grosso.

CHAMY, P.; MALDONADO, W. Sustentabilidade social, econômica e ambiental de pequenos negócios: o caso da Cooperostra, Cananéia/SP. In: ENCONTRO BIENAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 5, 2003, Caxias do Sul, RS. **Anais...** Rio de Janeiro: ECOECO, 2003, p. 1-24.

COLINNA, E. K. **Análise crítica da rotulagem ambiental como elemento transformador da pesca artesanal**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro), Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, Universidade Federal do Rio Grande.

DELGADO, N.; G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2001.

FERRO, A. S.; LOPES, B. F.; GUTERRES, D. M. A.; LIMA, D. O.; CORTÊS, N. A.; ALMEIDA, V. M. **Projeto vida nova: a subsistência da família rural**. 2 ed. Cuiabá: EMPAER-MT, 2003.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 102, p. 103-113, 2002.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2004.

HELLEBRANDT, L. M. **Conflitos da pesca artesanal da tainha na colônia Z3 e sua relação com as políticas públicas**. 2012. 94f. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, Universidade Federal do Rio Grande.

HELLEBRANDT, L.; ABDALLAH, P., R.; HELLEBRANDT, D.; BARBOSA, M. N.; SILVEIRA, L. S.; RAMOS, M. A. P. Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** São Paulo: ANPPAS, 2012, p. 1-18.

LAFORGA, G.; VIEIRA, A. O. Ação extensionista da EMPAER frente à nova PNATER: uma análise a partir do assentamento Guapirama, Campo Novo do Parecis – MT. In: SOBER- XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Brasília-DF: SOBER: 2008, p.1-18.

MARQUES, P. E. M. Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade. In: MARQUES, P. E. M. **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2010.

MORAES, M. D.; LAFORGA, G.; MARIMON JUNIOR, B. H.; MARIMON, B. S. Estratégias de difusão do conhecimento da pesquisa agropecuária da universidade do estado de Mato Grosso. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 18, n. 22, p. 29-66, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5574>>. Acesso em: 26 out. 2016.

NOGUEIRA, V. M. **Histórico: atual da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A–EMPAER**. Disponível em: <http://www.empaer.mt.gov.br/informativo/informativo.asp?cod=106>. Acesso em: 15 mai. 2015.

REBOUÇAS, G. N.; FILARDI, A. C. L.; VIEIRA, P. F. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal. Potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2, p.83-104, 2006.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: SOBER- XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Brasília-DF: SOBER: 2008, p.1-21.

SOUZA, M. A. A. **A pesca artesanal na colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS.** 2001. 98f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESGATE E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE CRIOLA EM IBARAMA-RS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO

Marielen Priscila Kaufmann¹
Lia Rejane Silveira Reiniger²
José Geraldo Wizniewsky³
Marlove Fátima Brião Muniz⁴

RESUMO

A experiência centenária de manutenção e conservação das sementes crioulas em Ibarama-RS foi sendo resgatada e valorada, a partir da década de 1990, por iniciativa da Emater/RS-Ascar e apoio de outras instituições, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibarama e ONGs. Ao longo destes anos, outras instituições, como a Embrapa e a UFSM, contribuíram para a pesquisa e valorização da experiência. O objetivo deste trabalho é caracterizar as estratégias de manutenção da conservação da agrobiodiversidade crioula em Ibarama e relatar os condicionantes favoráveis e limitantes para o pleno desenvolvimento desta atividade. Destaca-se, portanto, a presença da Assistência Técnica, e as parcerias que foram importantes para a atividade, no sentido de estimular a produção científica relacionada à agrobiodiversidade crioula, a divulgação da experiência e o incentivo para o resgate de novas espécies e cultivares crioulas, além da ampliação do número de guardiões. A organização da produção de sementes em maior escala e produzidas com base em princípios ecológicos são as intenções futuras deste grupo que congrega esforços para a atuação na Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas, entidade que congrega os principais atores desta experiência.

Palavras-chave: agricultura familiar, conservação *on farm*, sementes crioulas.

RESCUE AND CONSERVATION OF CREOLE AGROBIODIVERSITY IN IBARAMA-RS: MAINTENANCE STRATEGIES

ABSTRACT

The centenary experience of maintenance and conservation of landraces in Ibarama-RS, was being rescued and valued since the 1990s from the efforts of Emater/RS-

¹Graduada em Engenharia Florestal. Mestrado em Extensão Rural (UFSM) e doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: marielenpk@hotmail.com.

²Engenheira Agrônoma. Doutora em Ciência e Tecnologia de Sementes (UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: liarsr@ufsm.br

³Engenheiro Agrônomo. Doutor em Agroecologia, Campesinato e História (UCO). Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: zecowiz@gmail.com.

⁴Engenheira Agrônoma. Doutora em Agronomia (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marlovelmuniz@yahoo.com.br

Ascar and support of other institutions such as the Union of Rural Workers and NGOs. Over the years, other institutions such as Embrapa and UFSM contributed to the research and appreciation of experience. The aim of this study is to characterize the maintenance strategies of conservation of creole agrobiodiversity in Ibarama and report favorable and limiting conditions to full development of this activity. Emphasizes, therefore, the presence of municipality technical assistance and partnerships were important for the activity, in order to stimulate scientific production related to the creole agrobiodiversity, the dissemination of experience and encouragement to the rescue of new species and creole cultivars, in addition to increasing the number of guardians. The organization of seed production in larger scales and produced based on ecological principles are the future intentions of this group which that joins efforts to act in the Guardians of Creole Seeds Association, entity that included the main actors of this experience.

Keywords: family farmer, landraces, *on farm* conservation.

1. INTRODUÇÃO

Os dados sobre a situação mundial da conservação dos recursos fitogenéticos das espécies alimentares, divulgados pela FAO (1997), indicam um processo acelerado e contínuo de erosão genética. Trata-se de uma grande seletividade e a consequente redução da agrobiodiversidade que no Brasil se acentua, em grande parte, em decorrência do sistema de monocultivo, adotado em grande escala, que prejudica tanto a segurança alimentar da população, quanto a biodiversidade agrícola do país.

Neste contexto, a conservação da agrobiodiversidade torna-se imperativa para garantir a soberania dos agricultores tradicionais e familiares em todo o mundo, principalmente na América Latina, o local de domesticação de importantes culturas agrícolas, como o milho e feijão. Os mais efetivos sistemas de conservação são aqueles em os agricultores são os responsáveis pela seleção, produção, armazenamento e a utilização das sementes, sendo para o próprio uso, comercialização e/ou troca. Estes, caracterizados como sistemas informais de conservação de sementes (DOMINGUEZ, 2000), são aqueles que não se enquadram nas normas e leis que regem a produção mundial de sementes.

Quando a conservação da agrobiodiversidade crioula é baseada na estratégia *in situ on farm*, garante que haja uma contínua adaptação das espécies da agrobiodiversidade crioula e a manutenção de comunidades rurais que as manejam, garantindo segurança alimentar e nutricional, por serem de livre acesso e utilização por qualquer população (CLEMENT et al., 2008). Além disso, garante que parte importante dos recursos genéticos do planeta, que são as das espécies agrícolas, sejam conservadas e que estejam disponíveis livremente.

Um exemplo de grupos organizados e que estão inseridos no sistema formal de produção de sementes é o caso dos Guardiões das sementes crioulas de Ibarama. Localizada no Território Centro Serra do Rio Grande do Sul, o município apresenta população inferior a 5000 habitantes, sendo que 75% desses vivem na zona rural (IBGE, 2011). A economia do município está baseada na produção agrícola em pequenas unidades de produção, sendo a fomicultura a principal cultura comercializada.

Nas duas últimas décadas, uma importante atividade, a de resgate das cultivares crioulas, vem se tornando a principal atividade para o município e despertando interesse em entidades que promovem a Agroecologia e a conservação

ambiental. Os Guardiões de Ibarama são responsáveis por manter cerca de 200 cultivares distintas de produtos agrícolas, destacando o milho (*Zea mays*) e o feijão (*Phaseolus sp.*).

Em conformidade com essas ações, a capacitação das comunidades para a conservação e o manejo sustentável dos recursos da agrobiodiversidade continua sendo uma necessidade, fundamental para alcançar os objetivos da sustentabilidade e equidade, para garantir que as próprias comunidades desenvolvam uma capacidade de autogestão e para a proteção dos recursos, em seu próprio benefício. A capacitação comunitária adquire importância, sobretudo quando tem como propósito recuperar e atualizar práticas tradicionais de uso dos recursos, frente à necessidade de renovar tais práticas no contexto de mudanças globais, de articulá-las com as políticas ambientais e de enriquecê-las mediante uma apropriação cultural dos potenciais da ciência e da tecnologia moderna.

As estratégias de aperfeiçoar o manejo dos recursos locais, associados com um manejo produtivo e sustentável, se mostram mais adequadas às condições ecológicas e sociais das comunidades tradicionais (LEFF et al., 2002). Essas condições estão sendo ameaçadas pelas transformações ocorridas nas últimas décadas, devido à modernização da agricultura e sempre vinculadas às exigências da globalização que tende à homogeneização dos espaços rurais e de seus produtos. Quando se trata de materiais genéticos, a investidora das empresas de biotecnologia põe em desvantagem as populações tradicionais frente aos grandes consórcios internacionais, que contam com os meios científicos e econômicos para apropriar-se do material genético que foram e continuam sendo patrimônio material e imaterial desses grupos sociais. Este contexto reforça a necessidade de desenvolver tecnologias eficientes e adequadas às condições locais e que possibilite o manejo e a sustentabilidade destes recursos genéticos e dos conhecimentos associados (SANTILLI, 2009).

Hecht (1999) comenta que o estudo dos sistemas agrícolas tradicionais tem sido fundamental no desenvolvimento do pensamento agroecológico. Estes estudos têm contribuído com grande parte da matéria prima para a elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável em agroecossistemas e contribui para que experiências como a de Ibarama, se perpetuem.

Sobretudo, a Agroecologia gera novas potencialidades produtivas no ambiente rural, gerando novas alternativas ecológicas e afirmando suas estratégias nas comunidades rurais. Ao utilizar-se do manejo sustentável dos recursos, proporciona aos agricultores possibilidades de soberania e garantia de segurança alimentar (GLIESSMAN, 2000). Segundo o Informe do Relator Especial sobre o direito à alimentação do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Sr. Olivier De Schutter, avançar para a sustentabilidade é vital para a segurança alimentar para a presente e futuras gerações e um dos componentes essenciais do direito à alimentação (UNITED NATIONS, 2009).

Dada a importância de experiências como a de Ibarama, cabe localizar e fortalecer as estratégias que o grupo de agricultores, engajados no propósito de conservar as sementes crioulas, encontrou para garantir a existência e a continuação da atividade de resgate, manutenção e conservação da agrobiodiversidade crioula. O presente estudo objetiva identificar e contextualizar estas estratégias, tais como a organização dos agricultores em uma associação, o trabalho de resgate de cultivares crioulas e dos saberes associados, de educação e sensibilização nas escolas municipais, a realização de festividades relacionadas à temática, entre outros.

Para a elaboração deste estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 famílias participantes da Associação dos Guardiões das

Sementes Crioulas de Ibarama (ASCI), durante o ano de 2013. Neste momento, também foram realizadas observações participantes, além de visitas guiadas nos agroecossistemas⁵. Essas famílias foram escolhidas com a ajuda do técnico extensionista da Emater/RS-Ascar do município e o número de agroecossistemas investigados foi determinado pela saturação das informações, e não por uma mostra intencional. Importante ressaltar aqui que quando se refere ao termo guardiões, entende-se homens e mulheres da família que participam da atividade de resgate das cultivares crioulas. Além disso, os núcleos familiares são diversos, e em alguns casos, são as mulheres e jovens os responsáveis pelo trabalho de seleção, manutenção, armazenamento, entre outros relacionados com a atividade. Portanto, quando se refere ao guardião, consideram-se todos os integrantes da família, incluindo, assim, homens, mulheres, jovens e crianças.

A utilização das entrevistas semiestruturadas, como ferramenta metodológica da pesquisa qualitativa, serve para descrever o envolvimento das famílias na manutenção da atividade de produção de sementes crioulas, assim como a interação social que se dá relacionada à atividade. A profundidade que se pretende busca organizar um mapa de interações com a atividade agrícola em si, ou seja, todos os fatores externos e internos do cerne familiar que interagem e que contribuem para a manutenção dessa atividade dentre as famílias envolvidas (YIN, 2010).

2. OS APOIOS INSTITUCIONAIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE IBARAMA/RS

A experiência inicia-se em 1998, quando os técnicos da Emater/RS-Ascar do município, juntamente com a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal da Agricultura, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais assessoram o registro de agricultores que ainda efetuam, neste momento, o plantio de sementes de cultivares crioulas. O resgate dessas sementes foi desenvolvido, inicialmente, em 10 comunidades de Ibarama, possibilitando que os agricultores atuassem como difusores e multiplicadores junto a seus vizinhos.

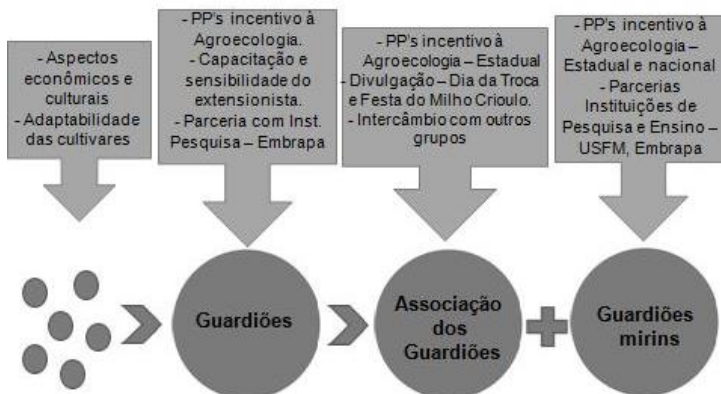
Segundo o técnico extensionista do escritório municipal, “muitas reuniões, encontros e visitas foram realizados neste período para reunir este pequeno grupo e incentivar o aumento da área plantada destas cultivares, além de sensibilizá-los para a importância das sementes crioulas dentro dos sistemas agroecológicos de produção”. Neste período, o estado do RS, particularmente a Emater/RS-Ascar, vivia uma experiência inovadora com vistas a incentivar a produção ecológica e a Agroecologia. A atuação de um governo progressista, que democratizou o processo de participação popular através do orçamento participativo e a efervescência dos movimentos sociais e dos movimentos ecologistas no estado contribuíram, também, para a escolha de novas alternativas para o meio rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Conforme ilustrado na Figura 1, as políticas públicas voltadas à formação e ao desenvolvimento rural sustentável sob os princípios do enfoque agroecológico foram substanciais para o estabelecimento e fortalecimento da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama. Até o ano de 2008, estes participantes formavam um grupo de agricultores, os quais assumiram o compromisso de conservar as sementes que estavam, e assim continuam, em poder

⁵ Utilizar-se-á, ao longo do texto o conceito de agroecossistemas, proposto por Gliessman (2000, p. 74), que o define sendo “ecossistemas sob manipulação e alteração humana, com o propósito de estabelecer uma produção agrícola”. Em geral, é equivalente a uma unidade produtiva rural individual.

de suas famílias e que doravante, viriam a ser oficializados como os Guardiões das Sementes Crioulas.

Figura 1 – Fatores que influenciaram o desenvolvimento da experiência de resgate, conservação e uso sustentável de cultivares crioulas em Ibarama – RS.



Fonte: elaborado pelos autores (2016)

A experiência tornou-se conhecida e valorada em todo o estado do Rio Grande do Sul, a partir do convite para apresentação no III Seminário Internacional e Estadual sobre Agroecologia que aconteceu em Porto Alegre – RS, no ano de 2002. Esse evento foi decisivo para a consolidação e, principalmente, para a valorização pessoal dos guardiões, além de fortalecer os laços de compromisso entre eles, garantindo e impulsionando a experiência, que começou a receber mais adeptos em Ibarama. Percebe-se, também, um incremento na área cultivada, na quantidade de sementes e grãos produzidos e, mais importante, do número de agricultores envolvidos na atividade de manutenção da agrobiodiversidade crioula.

Decorridos estes anos, os Guardiões das Sementes Crioulas e os técnicos envolvidos participaram de vários eventos estaduais e nacionais para divulgar ações e resultados alcançados. O projeto foi premiado no Concurso Nacional de Sistematização de Experiências sobre Agroecologia e Agriculturas Alternativas, patrocinado pelo Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), já estando publicado em várias revistas e livros. Também conquistou o 1º lugar no Concurso Ambiental *Von Martius*, edição 2006, na Categoria Natureza, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha com o objetivo de divulgar ações que promovem o desenvolvimento econômico, social e cultural, ambientalmente corretos (BARCHET, 2007).

A valorização dos agricultores, quando realizam atividades que promovam a conservação da agrobiodiversidade e a sustentabilidade, legitima-os como agentes de transformação do seu espaço. Particularmente em Ibarama, o fato de estar sendo reconhecidos perante outros públicos e em outros municípios, favoreceu o fortalecimento do próprio grupo. Ademais, incentivou a sensibilização de outros agricultores do município e região, que, ao tomarem conhecimento das vantagens e adaptabilidade dessas sementes, iniciaram o plantio de milho e outras culturas utilizando sementes crioulas.

Estas relações de reciprocidade e solidariedade entre os agricultores é o que caracteriza e impulsiona a experiência de resgate e conservação da

agrobiodiversidade crioula. Parte-se da concepção de Sabourin (2009) de que as estruturas de reciprocidade produzem valores materiais de uso, destinados ao intercâmbio, e também, valores humanos, tais como a amizade, ética, respeito mútuo, confiança, etc. É a partir desta característica que se formam as redes de transmissão tanto de conhecimentos, quanto dos materiais genéticos.

3. ASSISTÊNCIA RURAL AGROECOLÓGICA

A atuação constante do técnico do escritório municipal da Emater/RS-Ascar e a permanente indicação dele como principal referência para a busca de informações e sementes, o caracteriza como um agente impulsionador para a transição agroecológica. Para Caporal e Costabeber (1994), o extensionista rural é o promotor e o motivador de práticas ecológicas, participação social, resgate de conhecimentos tradicionais, dentre muitas outras ações que fortalecem o desenvolvimento rural sustentável. O enfoque agroecológico necessita estar presente na prática cotidiana e nos princípios da Assistência Técnica e Extensão Rural atuando como um facilitador das atividades que possam fortalecer a organização e a autonomia dos agricultores.

Todos os agricultores entrevistados atribuem à Assistência Técnica do município a responsabilidade e a motivação inicial para a organização do grupo e para a formalização da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas. Também, atribuem a facilitação para a realização de eventos no município e região e a participação em eventos no estado e no Brasil. A referência, para interessados nas sementes e na experiência de resgate em Ibarama, ainda é o escritório municipal da Emater/RS-Ascar, tanto para os guardiões de sementes quanto para os guardiões mirins, mesmo com a participação de outras instituições e órgãos públicos do município.

Além disso, está na figura do extensionista rural do município, a mobilização para participação em editais de premiações e o estímulo à produção familiar, bem como a instituição de parcerias entre a Associação e entidades de pesquisa e ensino. Os agricultores reconhecem o estímulo e atribuem muito de suas conquistas à atuação e engajamento ao trabalho da equipe de técnicos e extensionistas do escritório municipal da Emater/RS-Ascar ao longo destes anos.

É fato que este apoio foi decisivo na concretização da experiência, porém cabe ressaltar que este engajamento pode apresentar fatores desfavoráveis para a o futuro da ASCI. Se de um lado contribui para impulsionar atividades que fortaleçam a experiência, por outro, percebe-se, através dos relatos, certa dependência da atuação do técnico para a plena funcionalidade do trabalho de resgate e conservação das sementes crioulas. Segundo Caporal (1998) a extensão rural agroecológica deve fundamentar-se no estímulo aos agricultores para que sejam os atores das suas tomadas de decisões.

Enfim, não se pode desconsiderar a atuação dos extensionistas rurais em Ibarama-RS, já que estes puderam acompanhar toda a trajetória da experiência e a formação da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama. Inclusive, foram referências importantes para contextualizar o cenário em que se iniciou a experiência e, além disso, puderam contribuir com informações adicionais ao presente estudo, ou seja, são considerados informantes-chave para o resgate histórico.

4. AS TROCAS DE SEMENTES E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS: POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DA EXPERIÊNCIA

O respaldo da comunidade ibaramense à iniciativa de resgate e conservação de cultivares crioulas de milho fundamenta-se na organização anual do Dia da Troca das Sementes Crioulas de Ibarama, que vem acontecendo desde o ano de 2002. Além disso, em 2006, a iniciativa resultou na realização da primeira Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMICI) em Ibarama, que passou a fazer parte do calendário de eventos do estado do Rio Grande do Sul. A partir de 2012, somou-se ao Dia da Troca, o Seminário da Agrobiodiversidade Crioula, que no ano de 2016 está em sua quinta edição, bem como a Feira de Economia Popular Solidária do Território Centro Serra do Rio Grande do Sul.

Estes espaços representam para a comunidade, muito mais que apenas um espaço de comercialização de sementes e produtos. É a visibilidade e a formalização da rede⁶ de parcerias que se acumulam ao longo desses anos de experiência. Nestes momentos de interação, se consolidam os apoios em torno de uma estratégia comum, dos projetos e programas a serem executados e, além disso, possibilita que se aproximem, também, novos apoiadores. Sobretudo, é um momento esperado para que outros grupos de agricultores da região e do estado possam conhecer e adquirir sementes das cultivares crioulas conservadas em Ibarama. Estão presentes, também, grupos de agricultores, pesquisadores e estudantes que vêem nesta experiência uma forma de perpetuar e fortalecer o conhecimento tradicional consolidado nas diversas culturas agrícolas e suas cultivares crioulas.

Ademais, os agricultores perceberam que organizados em grupo poderiam acessar créditos e expandir a sua experiência para outros municípios. Uma das primeiras conquistas da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, em conjunto com a Associação das Trabalhadoras Rurais, foi a aquisição do moinho artesanal para a transformação do milho em farinha, com recursos de projetos de Governo Federal, via Território da Cidadania Centro Serra. Este moinho possibilitou a produção da farinha de milho no município, sem a necessidade de recorrer a moinhos particulares, viabilizando a venda e aumentando a renda dos produtores de milho crioulo. A partir disso, novas demandas surgem, no intuito de superar problemas técnicos, como a classificação e a qualidade das sementes, a fim de torná-las um produto comercializável em maiores escalas.

Parte importante da renda das famílias decorre da venda de produtos hortícolas para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Muitos dos quais são produzidos a partir de sementes crioulas, inseridos em sistemas de produção de base ecológica, garantindo assim, maior valor monetário, além de contribuir com o aumento da renda familiar.

Conforme afirmam Caporal e Costabeber (2007), as Universidades, Escolas Agrárias, Institutos de Pesquisa e entidades que prestam assistência técnica e extensão rural, têm uma importante parcela da responsabilidade no sentido de promover processos de Desenvolvimento Rural. São elas capazes de promover novas descobertas científicas e produção tecnológica que considerem a diversidade dos agroecossistemas e condições socioculturais presente no meio rural.

⁶ As redes, na perspectiva de Long (2007), são pontos de interação e interpretação e mobilizam relações, recursos e significados, que fazem a conexão entre diferentes mundos e interligam arenas distintas (onde acontecem as disputas e negociações).

Em Ibarama, as parcerias institucionais foram decisivas para a consolidação e fortalecimento das experiências de resgate, conservação e uso sustentável das sementes de cultivares crioulas presentes no município. De um lado, a assistência técnica, da Emater/RS-Ascar, principalmente, mas, também, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), acompanhando a trajetória da experiência, sendo um facilitador entre os agricultores e as políticas públicas e contatos externos. De outro as entidades parceiras da Associação, a UFSM e a Embrapa, que sempre estiveram colaborando, seja na promoção dos eventos realizados pelo grupo, seja na elaboração de projetos que articulam pesquisa, ensino e extensão.

Neste sentido, o trabalho das instituições de ensino e pesquisa ganha importância, ao aliar a pesquisa científica aos conhecimentos tradicionais. É o reconhecimento de que as sementes mantidas *on farm* são consideradas um repositório biológico e cultural de elementos fundamentais na sobrevivência de espécies e comunidades frente às mudanças sociais, culturais e ecológicas. Fato este corroborado pelos agricultores entrevistados, que são unânimes em afirmar que a participação dessas instituições contribuiu para dar maior visibilidade e impulsionar a entrada de novos integrantes ao grupo dos Guardiões.

Mais precisamente nestes últimos anos, se estabeleceu uma importante parceria entre a ASCI e o Grupo de Pesquisa Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber, localizado na UFSM. Esta união resultou numa sequência de projetos, que vêm sendo executados com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério de Educação, por meio do Programa de Extensão Universitária (ProExt), a fim de suprir carências técnicas de produção das cultivares crioulas de milho, como, por exemplo, a classificação e o armazenamento das sementes, a caracterização morfoagronômica das cultivares, a caracterização da composição química dos seus grãos, a análise da variabilidade genética por meio de marcadores de DNA e a implantação de um Programa de Melhoria Participativo. Além disso, iniciou-se um processo de sensibilização de agricultores de outros municípios do Território Centro Serra para integrarem e participarem das atividades de resgate, conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade crioula ainda presente na região, com a finalidade de incentivar e estender a experiência além dos limites de Ibarama (REINIGER et al., 2012).

Cabe ressaltar que estes projetos, muitos ainda em andamento, foram possíveis devido à abertura de editais públicos específicos para Agroecologia e produção agrícola sustentável. Geralmente são disponibilizados recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio das agências de pesquisa, no âmbito das políticas públicas voltadas a promover o desenvolvimento sustentável para a Agricultura Familiar, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Esta última, instituída há pouco tempo, tem como desafio promover uma maior articulação e diálogo entre as várias esferas e instituições no âmbito do governo federal (ministérios e secretarias) e nos níveis estadual e municipal de governo, no que tange à temática do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões.

Importante citar, também, que esta iniciativa favoreceu a aprovação do PL 213/12, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no estado do Rio Grande do Sul favorecendo a execução e a manutenção de projetos e iniciativas como às realizadas em Ibarama e região. Caporal e Costabeber (2007) atribuem à participação ativa da sociedade e do Estado, o poder para ampliar oportunidades de construção de saberes socioambientais necessários para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento rural, que considere as seis

dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade.

Esta interação entre saberes, proposta pelos autores, está sendo viabilizada através das pesquisas desenvolvidas, já que, tem com princípio a participação ativa dos agricultores, técnicos, professores e estudantes e o desenho experimental realizado onde atuam os agricultores, ou seja, *on farm*. Este tipo de investigação é importante para a formação acadêmica, bem como para o empoderamento do agricultor, já que possibilita o contato direto do estudante com os agricultores e técnicos, assim como permite que os agricultores possam participar do planejamento e do controle experimental.

5. LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

O município de Ibarama apresenta, também, um dos problemas mais recorrentes atualmente no meio rural: a sucessão familiar (ANJOS; CALDAS, 2004). Isso porque os Guardiões das sementes crioulas, em sua maioria, apresentam idade entre 50 e 70 anos e em muitos casos, não tem filhos ou familiares que tenham interesse na manutenção da atividade.

Uma estratégia para a perpetuação e manutenção dessa atividade, apontada pelos próprios guardiões, é o fortalecimento e o incentivo ao Projeto dos Guardiões Mirins. Este grupo surgiu devido à preocupação dos agricultores Guardiões com a sucessão de seus saberes e técnicas tradicionais relativos à produção de cultivares crioulas. O projeto consiste em instigar os filhos dos agricultores, que estudam nas escolas do município, a acompanharem o trabalho de resgate, conservação e uso de sementes crioulas. Em parceria com as escolas municipais, a Secretaria de Educação e a Emater/RS-Ascar de Ibarama realizam palestras, seminários e percebe-se a contínua inserção de novos estudantes, que acabam sensibilizando seus pais a participarem da experiência com sementes crioulas.

Enfim, a experiência de resgate e conservação de sementes crioulas em Ibarama se apóia em muitas frentes de trabalho para poder se sustentar em meio à midiáticação e pressão das grandes empresas agrícolas. Todas as iniciativas de mobilização e as festividades, além de serem fundamentais para a continuidade das atividades, contribuem para garantir a autoestima e a unidade no grupo. A coesão das famílias participantes da Associação em torno de um objetivo comum, parte, também, de princípios éticos e religiosos, bastante presente na comunidade. Para Bezerra (2008) em função das festividades ocorre um fluxo maior de trocas simbólicas, pois há a presença dos diferentes atores que reafirmam as identidades locais. Portanto, é neste momento que se consolidam os laços comunitários e o espaço coletivo, fruto da interação entre o moderno e o tradicional.

5.1. NOVAS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Conforme já citado anteriormente, graças, também, à organização dos agricultores, eles puderam acessar recursos públicos e garantir a implantação de uma pequena unidade de beneficiamento de grãos, que funciona junto ao moinho colonial de pedra. Esta unidade repercutiu diretamente na diminuição da tenacidade do trabalho dos agricultores familiares envolvidos e na valorização do produto que cultivam.

Além disso, há a necessidade de projetos para a formulação de máquinas de pequeno porte que possibilitem reduzir a demanda por mão de obra, que qualifiquem a produção e que possam viabilizar uma produção em maiores escalas.

Outros equipamentos e serviços são necessários para impulsionar a produção de sementes crioulas e subprodutos oriundos destes materiais, principalmente para beneficiamento de grãos de milho e feijão. Segundo relatos dos agricultores, é urgente a criação de um maquinário que realize a limpeza e a debulha de grãos adaptados especificamente para sementes crioulas, já que os grãos variam em tamanho conforme as características de cada cultivar.

Ademais, a instrução normativa N°46/11, especificamente o artigo 100, o qual estabelece que as sementes e mudas utilizadas nestes sistemas devem ser oriundas da produção orgânica, foi prorrogada e a normalização e exigência por produção vegetal orgânica certificada produzida a partir de sementes, mudas e propágulos orgânicos foi adiada (BRASIL, 2011). Devido à inexistência de materiais suficientes para atender a demanda no país para as principais culturas agrícolas comercializadas e produzidas, e a partir da pressão dos grupos sociais organizados em torno da produção orgânica, essa proibição foi postergada para o fim do ano de 2017. A grande justificativa para esta medida é a de que, até este período, não existia oferta de sementes, mudas e propágulos produzidos de forma orgânica capaz de atender a toda a demanda no Brasil.

Com a finalidade de solucionar os entraves da produção destas sementes, o governo brasileiro promoveu uma série de incentivos à pesquisa e exigiu que os órgãos relacionados com a temática, a níveis estaduais, federais e municipais pudessem criar um esboço da problemática da produção de sementes para que sejam tomadas medidas políticas para o estímulo a produção de sementes orgânicas e principalmente crioulas ou tradicionais.

Com o intuito de atender a esta demanda, os agricultores, quando questionados sobre o interesse na conversão de sistemas de produção, são unânimes em afirmar que há necessidade de assistência técnica específica para a agricultura ecológica, e que este é um dos principais impedimentos para a produção de sementes ecológicas. Nesta perspectiva, ressaltam que além dos benefícios ambientais e sociais que a produção ecológica pode oferecer, também se institui como uma forma de contrapor o mercado e as grandes indústrias, no caso de Ibarama, especificamente, as empresas que detêm a comercialização do tabaco.

5.2. A AMEAÇA DOS TRANSGÊNICOS

Uma das ameaças ao papel transcendental que realizam os guardiões de sementes de milho crioulo é a possibilidade de contaminação destes materiais genéticos, pelos cultivos próximos de milhos modificados geneticamente, os transgênicos. Este fato é destacado pelos agricultores, em depoimentos, como um elemento perturbador na conservação das sementes de milho crioulo. Pelas características de cruzamento genético do milho, percebe-se que esta ameaça é real e factível de ocorrer, ocasionando uma grave perda destes materiais genéticos conservados por décadas pelos agricultores.

Por ser uma espécie alógama e polinizada principalmente por animais e influenciada pelas correntes de ar, o milho é uma planta bastante suscetível ao cruzamento entre plantas de diferentes genótipos. Isso configura a principal ameaça dos transgênicos ao milho crioulo, já que, se não houver o cuidado necessário, ocorrerá uma polinização entre plantas, que pode afetar a composição genética das plantas crioulas. Até mesmo as normas e recomendações técnicas para a coexistência entre cultivos vêm sendo contestadas na literatura, e não assegura que os agricultores terão seus cultivos protegidos de materiais genéticos transgênicos (FERMENT et al., 2009).

Uma das possibilidades aventadas, tanto na literatura (RIECHMANN, 2011; FERMENT et al., 2009), como por técnicos e agricultores, seria a criação de zonas de conservação para os milhos crioulos, com a conseqüente exclusão, nestes locais, do cultivo de transgênicos. Ação esta, que certamente extrapola os limites das comunidades locais, em especial, a retratada neste artigo, e requer um somatório de ações, por partes de todos os sujeitos envolvidos e com interesse, em que este legado deixado pelos guardiões de milho crioulo, se perpetue.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agrobiodiversidade crioula, em particular a parcela compreendida por cultivares de diferentes espécies, constitui um imenso repositório genético para as comunidades, que as conservam e usam, e para toda a humanidade. Sua importância, portanto, transcende os cenários locais e regionais, uma vez que seus genes são importantes para garantir a sobrevivência dos cultivos agrícolas, esgotados, muitas vezes, em seu germoplasma pelo melhoramento genético convencional. Entretanto, apesar de sua conservação estar contínua e frequentemente ameaçada, são muitas as mãos parceiras e construtoras dessa experiência local, aqui relatada, protagonizada, principalmente, pelos Guardiões de Ibarama.

As estratégias para estimular e impulsionar os agricultores de Ibarama na tarefa de resgatar, manter e conservar a agrobiodiversidade crioula, vão desde a dimensão econômica, a social, política e a ecológica. Cabe ressaltar que a demanda por respostas técnicas para reduzir a penosidade no trabalho e a garantia de seguros canais de comercialização estão entre as mais citadas pelos agricultores. Também, destacam o papel assumido em parceria com as universidades, instituições de pesquisas e ONGs que respaldam e incentivam novos agricultores a conhecerem a experiência de Ibarama.

Assim como as sementes representam a vida que se renova, cultivar novos rumos para a agricultura e para a sociedade, que dela se alimenta, também integra essa caminhada.

6. REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas, In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.

BARCHET, S. F. et. al. Câmbio de sementes e seus guardiões: experiências de conservação em dois municípios do Rio Grande do Sul. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, out. 2007.

BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 23, jan./jun. 2008, p. 7-18.

BRASIL. **Instrução normativa nº 46 de 06 de outubro de 2011**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.711.htm> Acesso em: 14 maio 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolência. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 2, jan./dez. 1994, p. 7-32. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6376>>. Acesso em: 26 out. 2016.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, 3 ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CLEMENT, C.; ROCHA, S.F.R.; COLE, D.M.; VIVAN J.L. Conservação *on farm*. In: Nass, L. L. (Ed.) **Recursos Genéticos Vegetais**. Brasília: Embrapa, 2008. p. 511-543.

DOMINGUEZ, C. et al. **Sistema informal de sementes: causas, conseqüências e alternativas**. Pelotas: UFPel, 2000.

FERMENT, G. et al. **Coexistência o caso do milho**. Proposta de revisão da Resolução Normativa, n. 4. Brasília: MDA, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Report of the World Food Summit**; 1996 Nov 13-17. Rome: FAO; 1997. p.123.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2000.

HECHT, S. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001.p. 15-30, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa 2011**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430975&search=rio-grande-do-sul|ibarama>. Acesso em: 23 abr. 2014.

LEFF, E. et al. Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para sustentabilidad – una visión desde América Latina. In: LEFF, E.; EZCURRA, E.; PISANTY, I.; LANKAO, P. R. (Coord.) **La transición hacia el desarrollo sustentable**: perspectivas de América Latina y el Caribe. México: [s.n.], 2002. p.479-578.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. San Luis de Potosí / México: El Colegio de San Luís / CIESAS, 2007.

REINIGER, L. et al. Ações de extensão, ensino e pesquisa relacionadas às cultivares de milho crioulo realizadas pela Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama-RS, EMATER e UFSM. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez. 2012.

RIECHMANN, J. **Qué son los transgénicos**. Bioingeniería y manipulación de los alimentos. Barcelona: Integral. 2011.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

UNITED NATIONS. Special Rapporteur on the Right to Food. **Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter**, 2009. UN Doc. A/HRC/12/31, 21 July 2009, 12th Session.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CONHECIMENTO TRADICIONAL E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DA RURALIDADE NO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA

Patrine Souza¹
João Fert Neto²
Joseane Madruga³
Patricia Fernandes⁴
Sílvia Danieli Werter⁵

RESUMO

Este trabalho está focado no estudo de um grupo de mulheres agricultoras no município de Otacílio Costa/SC, caracterizadas pela reprodução da sua ruralidade num cenário onde predominam atividades de reflorestamento com *Pinus* sp. Este grupo tem as suas estratégias voltadas para práticas agroecológicas e a realização de feiras de venda direta. Utilizou-se a abordagem teórica-metodológica de Pierre Bourdieu, através dos conceitos de *habitus*, *capitais* e de *reprodução social*. Para a coleta de dados, utilizou-se questionários semiestruturados, observação participante e impressões através de diálogos e acompanhamento de atividades. Observou-se uma condição de resistência decorrente de estratégias de recuperação de conhecimentos tradicionais, a partir de práticas culturais, numa perspectiva agroecológica. Essa resistência assume funcionalidade à manutenção da ruralidade, pois proporciona identidade sociocultural de agricultor agroecológico, acesso às políticas públicas e capital simbólico diante da comunidade.

Palavras-chave: capital simbólico, identidade sociocultural, mulheres agricultoras.

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND AGROECOLOGICAL PRACTICES AS A WAY OF RURALITY RESISTANCE IN SANTA CATARINA SOUTH HIGHLANDS

ABSTRACT

This work is focused on the study of a group of women farmers in the municipality of Otacílio Costa/SC, characterized by the reproduction of its rurality in a setting dominated by the reforestation with *Pinus*. This group has its strategies for agro-

¹Graduada em Agronomia (CAV-UDESC). Mestranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Email: souzapatrine@gmail.com

²Graduado em Engenharia Florestal (UFSM). Mestrado em Sociologia (UFRGS). Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente (UFSC). Professor Associado da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: joao.fert@udesc.br

³Graduada em Agronomia (CAV-UDESC). Email: joseane_madruga@hotmail.com

⁴Graduada em Agronomia (UFPR). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorado em Produção Vegetal (CAV-UDESC). Professora Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Email: patriciaf@utfpr.edu.br

⁵Graduanda em Agronomia (CAV-UDESC). Email: silvia.werter@hotmail.com

ecological practices and the realization of direct sales fairs. We used the theoretical-methodological approach of Pierre Bourdieu, through the concepts of habitus, capital and social reproduction. To collect data, we used semi-structured questionnaires, participant observation and impressions through dialogue and follow-up activities. It was observed that this resistance occurs because of traditional knowledge recovery strategies, from cultural practices through agro-ecological perspective, assuming a feature to the maintenance of rural life as it provides sociocultural identity of agroecological farmers, access to public policy and symbolic capital against the community.

Keywords: socio-cultural identity, symbolic capital, women farmers.

1. INTRODUÇÃO

Num sentido histórico, a perda de ruralidade no Brasil ocorreu em congruência com o processo de modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1981), que inviabilizou a agricultura familiar tradicional e as suas práticas agrícolas correspondentes, como a coivara, o pousio, a mudança de mercado e, mais recentemente, o êxodo seletivo por parte dos jovens e de mulheres do meio rural.

Conforme Abramovay (1998), considerando a estrutura do mercado agrícola do Brasil, dominado por grandes proprietários de terra e multinacionais, as formas de produção e comércio pressionam o agricultor familiar a procurar outras formas de trabalho a fim de garantir sua sobrevivência, mudando para as cidades ou trabalhando de forma assalariada no campo.

Esse processo, conhecido como modernização conservadora da agricultura (MARTINE et al., 1985; GRAZIANO DA SILVA, 1981), historicamente tem provocado um declínio da agricultura familiar e uma perda da sua ruralidade, com esvaziamento das áreas rurais, envelhecimento da população e descontinuidade nas propriedades familiares, com a evasão de jovens para os centros urbanos. Como bem apontou Williams (1989), isto pode levar ao desaparecimento do campo e tudo que ele significa em termos culturais e sociais.

O processo de perda da ruralidade continua com a evasão da população jovem e feminina, atraídos pela busca de escolaridade e empregos no meio urbano. No entanto, isto não é absoluto, podendo haver contra tendências. Como aponta Graziano da Silva (2002), a queda da população rural brasileira observada na década de 80 reverteu-se, passando a crescer a uma taxa de 0,9% a.a. no decorrer dos anos 90. De acordo com o autor, o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas sim as ocupações não-agrícolas e a ampliação da cobertura da Previdência Social para as áreas rurais.

O Planalto Sul De Santa Catarina, região de estudo do presente trabalho, seguiu a tendência geral de regiões onde havia predominância da agricultura familiar no seu processo histórico de formação. É considerada uma das regiões mais pobres do estado (SANTA CATARINA, 2003) e sofreu um intenso êxodo rural nas décadas de 60 e 70 do século XX. As causas apontadas são o fim de um processo econômico extrativo das florestas de araucária, chamado de "Ciclo da Madeira", e o consequente fechamento das serrarias, aliado à falta de opções de ocupação no meio rural da região (FERT NETO, 1993).

Concomitante ao fim da exploração da madeira, a região se modernizou a partir de empreendedores agropecuários como grandes empresas reflorestadoras e, mais recentemente, a agricultura intensiva de grãos (GOULARTI FILHO, 2002).

Soma-se a tais fatos o investimento urbano de compra de terras no meio rural e a manutenção das grandes propriedades muitas vezes apenas para lazer. Isto contribuiu para diminuir o espaço da agricultura e do campesinato na região do Planalto Sul De Santa Catarina.

Um forte atrativo para o meio urbano tem sido o aumento das exigências sociais (saúde, educação, serviços, segurança) e a carência destas condições no meio rural, ou nas pequenas cidades do interior. A chamada desterritorialização (HAESBAERT, 2005) dos agricultores familiares ocasiona uma mudança nos processos sociais, ambientais e econômicos existentes no meio rural, que podem refletir impactos negativos sobre as cidades, principalmente naquelas de pequeno e médio porte que possuem uma grande relação econômica com a agricultura.

Esse processo de urbanização tem acarretado não somente uma perda em relação ao espaço rural, mas também uma perda de ruralidade em termos culturais, na medida em que as bases físicas de manutenção da vida cultural e dos valores sociais vão se perdendo (BLOEMER, 2000). Observando os novos moradores das pequenas cidades e na periferia das médias, verifica-se tratar-se de um processo incompleto de urbanização, gerador de uma situação de exclusão social, suburbanização, marginalidade e estranhamento, que dificulta a socialização dessa nova população no meio urbano ou ocorre de forma precária.

Entretanto, mesmo diante deste cenário de desaparecimento da ruralidade, podem ser encontrados focos de persistência de diferentes ruralidades, que se moldam aos novos contextos, através de práticas culturais e socioeconômicas que permitem essa permanência. Pode-se afirmar que, mesmo nas transformações profundas por que passa a modernidade, o rural não se 'perde', ao contrário, pode reafirmar a sua importância e particularidade.

Neste estudo, entende-se que as diferentes regiões brasileiras sofreram - e em seguida estabilizaram - o êxodo rural pelas mais diversas razões, dentre elas as citadas por Graziano, mas também por meio da ressurgência de diferentes ruralidades, considerando as infinitas possibilidades e maneiras de existir/reproduzir o rural a partir do etnoconhecimento e das mais diversas formas de resistência social e modos de vida encontrados no país.

Neste contexto, o trabalho está focado no estudo de um grupo de mulheres agricultoras no município de Otacílio Costa/SC, caracterizadas pela reprodução da sua ruralidade num cenário onde predominam atividades comerciais de reflorestamento. Este grupo tem as suas estratégias voltadas para práticas agroecológicas e a realização de feiras de venda direta. O objetivo do estudo foi identificar as estratégias de resistência e a permanência deste grupo e como essas estratégias contribuem para a reprodução da sua ruralidade.

2. RURALIDADE, GÊNERO E AGROECOLOGIA

Conforme Durán (1998), o termo ruralidade pode ser entendido como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. Considera a ruralidade uma palavra polissêmica, que sugere multiplicidade de sentidos quando mencionada. Ruralidade é uma construção social contextualizada, tendo caráter reflexivo, ou seja, é o resultado das ações de indivíduos que possuem a capacidade de interiorizar, discutir e refletir sobre a situação e necessidade sociocultural apresentada em cada tempo e espaço.

Karam (2002) considera a ruralidade como uma construção social no conjunto societário. A ruralidade deve ser conhecida nos seus termos e não referida à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica

e socialmente. Entretanto, a relação entre rural e urbano no âmbito da modernidade tem sido sistematicamente tensionada por um tipo de concepção que valoriza positivamente o urbano como *lócus* privilegiado de realização do que é moderno e do que é o progresso, e negativamente o rural como *lócus* do que é tradicional e do que é atrasado.

Neste sentido, Williams (1989) chama a atenção para o quão poderosas são as palavras “campo” e “cidade”, as quais historicamente foram associadas pelas comunidades humanas à imagens e atitudes emocionais. O campo esteve associado a uma *forma natural de vida* - de paz, inocência e virtudes simples; e a cidade à ideia de *centro de realizações* - de saber, de comunicações, luz. Mas também a associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade, ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância, limitação. Todavia, segue o autor, a realidade histórica é “surpreendentemente variada”, o campo pode englobar, desde caçadores e pastores até as modernas empresas agroindustriais; a cidade, como a conhecemos, hoje, nas suas funções e configurações, pouco tem a ver com a cidade antiga ou medieval, a não ser o nome. Também há uma complexa variedade de formas intermediárias, entre o campo e a cidade. Além disto, as representações do campo e do passado, ao qual são associadas, têm significados diferentes em épocas diferentes, e colocam em questão valores diversos.

Mesmo que o meio rural esteja integrado à sociedade e ainda que possa ser dotado de paridade social, permanece sendo visto como o *lócus* do atrasado, do tradicional. Por outro lado, a modernidade continua a se surpreender com a manutenção, a permanência e a capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no espaço rural.

Henri Lefebvre (1986), na década de 50, chamava a atenção dos sociólogos dizendo que as questões do mundo rural são muito mais diversas e múltiplas do que parecem. Considerava que a sociologia rural, que se debruçava sobre o mundo rural para estudá-lo, tinha uma dívida para com a ruralidade, uma vez que os estudos sociológicos “passaram do estudo dos povos ‘primitivos’ ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima, por assim dizer, dessa realidade tão vasta no tempo e no espaço”.

De uma maneira recorrente na sociologia rural, duas perspectivas se confrontam: aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento da ruralidade e aquela que observa os mesmos processos macrosociais, mas considera que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade contemporânea, pois há particularidades de modos de vida que permitem que sejam observadas permanências, reconstruções, emergências de processos sociais que dão especificidade às formas de vida rural.

Há uma retomada do antigo tema da sociologia rural que é o *continuum rural urbano*, em que processos rurais contemporâneos são uma continuidade espacial dos processos urbanos, embora também possa se observar uma certa permanência de aspectos simbólicos do rural no urbano.

Wanderley (2000) afirma que “as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural; mas para a emergência de uma nova ruralidade”. Assim, nas transformações profundas por que passa a modernidade, o rural não se ‘perde’, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade. Nesse contexto, observa-se o uso de algumas designações, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a resignificação do rural. Desta maneira, as reflexões sobre a ruralidade na atualidade exigem o reconhecimento do rural, tanto nas suas relações com o urbano, como nas suas relações internas e específicas.

Desde muito tempo, alguns atores sociais vêm buscando estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico no início do século XX. Vários países passaram a seguir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, ecológica, natural, biodinâmica, permacultura, entre outras. Cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios tecnológicos e regras. Contudo, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar as respostas para os problemas socioambientais que foram se acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento e de agricultura que passaram a predominar, particularmente, depois da II Guerra Mundial com a chamada “Revolução Verde” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

No Brasil, esse modelo foi implantado a partir do que se chamou de modernização conservadora da agricultura, num período de ditadura militar. Estas condições estimularam o ressurgimento de alguns movimentos sociais no campo no início dos anos 80, como: Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens, e etc. Após o fim da ditadura, um dos primeiros movimentos concretos de oposição à chamada “Revolução Verde” foi a luta pela Lei dos Agrotóxicos (ECOVIDA, 2007).

Neste contexto de busca e construção de novos conhecimentos em oposição ao estilo de agricultura da modernização conservadora, um dos movimentos contra hegemônicos surgidos foi o da Agroecologia, como um misto de novo enfoque científico e movimento social (BUTTEL, 1993) que se propõe a dar suporte para uma transição de agriculturas conservadoras para agriculturas sustentáveis.

Visto por este ângulo, a agroecologia pode ser entendida como uma reação às consequências negativas da aplicação das teorias modernizadoras, especialmente nos países mais pobres. Ela tem, por isso, um forte componente social, pois, pela sua proposição de redução de insumos externos e de preservação das condições naturais de produção, ela pode atuar de uma forma economicamente estabilizadora para agricultores familiares, objetivando a redução da dependência tecnológica (WOLFF, 1992).

O objetivo da agroecologia, segundo Gliessmann (2001), é o desenvolvimento de uma agricultura que seja, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável, produtiva e rentável. A particularidade social da agroecologia reside no fato de estar baseada na ação coletiva de determinados grupos na sociedade civil com referência na sua relação com a natureza. A agroecologia não ignora o conhecimento dos agricultores e valoriza, especialmente, a preservação dos recursos naturais, a geração de crescimento econômico sem destruição da natureza, fatores estes que, juntamente com o trabalho, constituem a base histórica da produção agrícola.

A agroecologia propõem-se, assim, a um processo de aprendizagem, na medida em que os agricultores devem ser capacitados a refletir organizadamente sobre seus problemas concretos e, acompanhados de conhecimentos científicos, a desenvolver soluções que, tendo em vista a sua complexidade, exigem uma ampla organização social e política, de forma que o capital cultural (conhecimento) possa se converter em capital social e econômico, no sentido de Bourdieu (1983).

No entanto, conceituar a Agroecologia é uma tarefa complexa, um conceito que não pode ser fechado e sim ter uma base conceitual em evolução, de acordo com a sua própria filosofia. Levando em consideração alguns princípios de base, a agroecologia e a agricultura familiar interagem entre si, formando uma amálgama

onde se completam. Por exemplo, os princípios adotados no discurso do grupo estudado giram em torno de: policultivos e produção de autoconsumo; manutenção da cobertura vegetal; rotação de culturas e consórcio de plantas; implantação de sistemas agroflorestais (SAF's); preservação de recursos naturais; integração da produção animal e vegetal; valorização do conhecimento tradicional, que foi passado através de gerações; cooperação em rede entre agricultores, técnicos, organizações de representação, movimentos populares e consumidores (VIANEI, 2009).

Diante disto, o discurso da agroecologia pode ser tomado como uma forma de resistência ao modo de produção convencional capitalista, tendo como argumento a democratização do uso dos recursos naturais, o respeito ao meio ambiente e às pessoas, além da ideia de horizontalidade.

O feminismo, ou as questões de gênero, por sua vez, tem sido utilizado como um discurso e uma prática que contribui neste cenário de resistência e transformação da agricultura, destacando-se a luta contra a violência sobre as mulheres, a valorização do seu trabalho e seu protagonismo nos processos de produção agroecológica. Há experiências em que a produção agroecológica e a participação crescente em espaços políticos têm contribuído para o empoderamento das mulheres, para que as mesmas transponham o espaço doméstico, obtendo mais independência e autoestima.

O processo de construção da identidade política "mulher agricultora" no paradoxo das lutas de gênero remete ao fato de que muitas delas passam a ocupar cargos estratégicos nas associações e sindicatos nos quais as famílias, bem como suas unidades produtivas, estão inseridas. Estas condições contribuem para a alteração das relações de gênero, através da distribuição do trabalho doméstico entre os demais membros da família (pai e filhos), por exemplo, e a inclusão da mulher no planejamento produtivo da propriedade, recentemente com o respaldo de políticas públicas.

As práticas sociais de distinção, como o discurso de "desenvolvimento sustentável" no campo através de conhecimentos e experiências fundamentadas na agroecologia, colocam-se também em meio a uma busca por mudanças sociais e políticas – equidade e inclusão social, respeito à natureza, solidariedade – entre as quais, as questões/relações de gênero, tem sido colocadas como importantes e merecedoras de debate.

Para Karam (2004), é fundamental conhecer e desvendar o papel da mulher no processo de ruralidades:

No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e 'costuras' do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade.

A sociedade considera produtivo tudo aquilo que gera riqueza e que, geralmente, aparece como sendo exercido pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, comida, marido e filhos (MEDEIROS, 2010). No entanto, a percepção do papel da mulher tem pautado cada

vez mais as relações de gênero e, conseqüentemente, tem-se destacado nos discursos idealizados pelas lutas de classe. Isto firma-se com a luta que as próprias mulheres fazem em prol da sua emancipação, para que a sociedade como um todo, principalmente o meio rural, as vejam como precursoras de mudanças importantes e quiçá históricas.

Vale ressaltar que dinâmicas de empoderamento do gênero feminino, pautada pela resistência de sua ruralidade, representa também um mecanismo de resistência ao movimento da masculinização do campo, cuja progressão pode ser verificada em estatísticas oficiais, no âmbito nacional e internacional.⁶

3. METODOLOGIA

Através de consulta a entidades públicas e pesquisadores que trabalham com assistência técnica, extensão rural e agroecologia na região, foram elencados alguns grupos de agricultores(as), dentre os quais se escolheu um que apresenta características marcantes em relação à resistência e persistência da ruralidade na região do Planalto Sul de Santa Catarina. Anteriormente ao primeiro contato com o grupo escolhido, realizou-se uma revisão bibliográfica a fim de analisar e criar hipóteses sobre o estudo de caso a realizar-se; indo de encontro com as questões denominadas ruralidade, agroecologia e gênero.

O universo de pesquisa para a produção deste artigo foi a Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa – AFAOC que desenvolvem atividades neste município situado no Planalto Sul de Santa Catarina. A AFAOC existe a quatorze anos e é formada predominantemente por mulheres. O desafio em permanecer na propriedade levou as mulheres a buscar alternativas para o sustento familiar e através da agroecologia pretendiam aumentar a sua renda, autonomia, acesso à informações, oportunidade de capacitação e segurança alimentar das famílias. Este grupo de agricultoras têm sido pressionadas a abandonarem suas atividades rurais, face a um cenário de expansão gradativa de reflorestamento de pinus (*Pinus* sp).

Para a realização do estudo, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica de Pierre Bourdieu, através dos conceitos de habitus, capitais e de reprodução social (BOURDIEU, 1989). Estes conceitos, conhecidos da sociologia, devem ser tratados no conjunto das formulações teóricas que os contém. Todavia, de modo esquemático, e dentro dos limites e objetivos deste trabalho, adotou-se o conceito de habitus como um sistema de disposições duráveis que orienta as ações e percepções que os indivíduos adquirem ao longo das suas experiências. Trata-se de uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O habitus traduz ou expõe, no decorrer da ação, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Conforme Setton (2002) pode ser visto também como uma noção que auxilia o indivíduo a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. Funciona como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, inclusive na construção das identidades sociais. Embora individual, o habitus é resultado de uma pré-disposição social, vem associado aos capitais e a posição ocupada num determinado campo social. Pode ser visto também, em termos mais genéricos, como um modo de ser ou de fazer na vida social, seguindo uma regularidade de acordo com o conjunto dos capitais do indivíduo no campo.

⁶Tal aspecto, ainda que relevante, não será aprofundado no presente trabalho. Para aprofundamento ler Dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014).

Para Bourdieu, o capital está relacionado ao poder, ou aos recursos que um agente pode mobilizar na disputa do poder num campo. Temos o capital social (relações sociais, prestígio) e o capital cultural (conhecimentos reconhecidos, títulos, diplomas, bens culturais), que constituem o capital simbólico, e o capital econômico (rendas, bens materiais) que, frequentemente associados, constituem as formas de obtenção ou reprodução do poder e da dominação social (ou como no caso em estudo, formas de obter recursos de resistência social). O capital social está relacionado as redes de relações sociais, as quais permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e também a quantidade e a qualidade de recursos do grupo. O volume de capital social de um agente individual depende tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar como do volume das diferentes formas de capital (econômico, cultural ou simbólico). É esta participação que lhes permite apropriar-se dos benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede. E essa apropriação possibilita a reprodução do capital social pelo grupo, e assim a reprodução social do grupo, conferindo-lhe identidade e uma maior objetivação simbólica (ou seja, fazer com que a sua representação simbólica seja vista pelos outros de um modo objetivo).

Estes conceitos brevemente esboçados serão operacionalizados da seguinte forma: O conceito de habitus será avaliado pelas representações e pelo modo com o se inserem na sociedade. As representações que as agricultoras fazem delas mesmas e que os outros fazem delas. Elas incorporaram o habitus de “mulheres agricultoras agroecológicas”, protetoras da natureza, etc. Assim, o habitus emerge de um esforço de objetivação: elas se tornam aquilo que “os outros esperam que elas sejam”, que por sua vez é resultado do discurso que elas fazem sobre si mesmas e, portanto, as levam a agir de acordo. No caso do grupo em questão, agir de acordo com o discurso da agroecologia, realizar feiras, participar de eventos, reuniões, socializações, moldando-se conforme os acontecimentos.

O capital social e cultural podem ser avaliados pelo conjunto de conhecimentos, aquilo que foi acumulado pelo conhecimento, apropriação de discursos, produtos, espaços a serem ocupados, tudo aquilo que contribui para a distinção do habitus e que objetiva a representação de mulheres ecológicas. Para tal, precisam plantar, precisam vender na feira, viajar, participar de eventos, e assim se distinguem e acumulam capital social. Elas aumentam seu capital social estando ligadas a uma rede de agroecologia, realizaram vários cursos e produzem alimentos que são ecológicas “na prática”, não só no discurso.

A acumulação do capital simbólico pôde ser avaliado através de indicadores da identidade sociocultural, da politização na qual o grupo se envolve, da liderança e da noção de gênero. Enquanto o processo de acumulação do capital econômico pôde ser avaliado através das práticas agroecológicas, do valor diferenciado dos produtos, do acesso às políticas públicas e nichos de mercado. A partir desses conceitos, identificou-se os mecanismos de distinção e práticas de reprodução social da ruralidade.

O estudo configurou-se diante desta comunidade identificada como resistente ao processo de perda da ruralidade, constatada como recorrente na região. Para a coleta de dados foram realizados estudos de investigação que captassem as práticas e representações sociais das agricultoras, através de perguntas orientadas no sentido de compreender as estratégias utilizadas pelo grupo, com base numa abordagem qualitativa. Contou-se também com a observação participante durante reuniões e com impressões através de visitas às propriedades, às feiras, diálogos individuais e registros fotográficos. Procurou-se compreender sociologicamente como a cultura e o comportamento caracterizam o grupo estudado.

4. MULHERES AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS: O CASO DE OTACÍLIO COSTA - SC

A Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa – AFAOC existe desde o ano 2000 e é formada predominantemente por mulheres. A criação da associação é justificada como sendo um desafio em permanecer na propriedade, o que teria levado as mulheres a buscar alternativas para o sustento familiar, aumentando a sua renda através da agroecologia, tendo mais autonomia, acesso a informações, oportunidade de capacitação e segurança alimentar das famílias.

Os agricultores de Otacílio Costa têm sido pressionados a abandonar suas atividades rurais devido a expansão gradativa de reflorestamento de pinus por empresas reflorestadoras e proprietários rurais independentes. Há aproximadamente 40 anos, na região em torno do atual município de Otacílio Costa, teve início a implantação de extensos reflorestamentos com pinus, em substituição ao uso da araucária na fabricação de papel e celulose. O crescimento desta indústria e a ampliação dos reflorestamentos com a correspondente compra generalizada de terras, marcou a vida dos habitantes da região (FERT NETO, 1993). Com o surgimento e expansão do reflorestamento, os agricultores passaram a receber propostas de compra de suas terras por valores que pareciam altos o suficiente para comprar uma casa na cidade. As agricultoras da AFAOC relatam que suas infâncias são lembradas em meio à decomposição do ambiente em que viviam, através da derrubada da mata nativa e do aparecimento de maquinários, pessoas e atividades nunca antes vistos.

Desta forma, ao longo dos anos, o reflorestamento comercial tomou conta da área rural do município, rodeando e pressionando as poucas famílias que não venderam tudo que possuíam. As famílias que venderam suas terras, posteriormente, acabaram morando no meio urbano e trabalhando nas mesmas empresas de reflorestamento que compraram suas terras. As agricultoras do grupo relatam ainda que, até recentemente, recebem propostas insistentes de compra de suas propriedades, no entanto não é o desejo destas famílias seguirem o rumo das demais. Devido a isso procuram maneiras de resistir no meio rural.

A constituição da associação e da sua identidade teve origem a partir de práticas sociais e religiosas praticadas pelo grupo. As mulheres se conheceram na igreja e através da Pastoral da Saúde obtiveram conhecimento sobre uma Organização Não Governamental que tinha como proposta o trabalho em agroecologia e educação popular. A criação da associação decorreu da participação em cursos e o contato direto com os ideais da agroecologia, o que as fez formar uma consciência de rejeição à agricultura convencional, adotando uma postura de defesa da família e do meio ambiente. Segundo uma das agricultoras entrevistadas:

A associação é fruto dos cursos no Centro Vianei e da nossa boa vontade, a gente fazia remédios naturais porque senão a família ia pro hospital por causa dos agrotóxicos, nossos parentes antigamente plantavam sem veneno, então colocamos na cabeça que a gente ia achar uma maneira de fazer o mesmo.

Desta forma, a agroecologia surge como uma forma de resgate de um processo de vida tido pelos seus ancestrais, não só relacionado a aspectos produtivos, mas abordando hábitos cotidianos e culturais herdados. A reconstrução de tais práticas iniciou-se mais especificamente com os conhecimentos existentes

acerca de plantas medicinais, trabalho que vinha sendo realizado há muitos anos, mesmo antes de existir a associação. Junto desses conhecimentos tradicionais já adquiridos e emancipados, conforme dito por uma das agricultoras, começou a busca por mais pessoas dispostas a envolver-se na causa da AFAOC.

O primeiro passo foi dado por três mulheres que procuraram motivar outras famílias a participar de encontros após as missas da comunidade, onde havia doação de alguns remédios e pomadas caseiros. Este processo despertou elementos do passado rural de outras mulheres, que se interessaram pela causa e passaram a participar do grupo, como relata uma das agricultoras fundadoras da associação: “a mulherada andava desanimada, plantavam uma vez por ano, os maridos trabalhando fora (...) mas acreditamos, buscamos e o amor pela natureza nos identificou, começamos em quatro famílias”. A partir disso, encontros periódicos eram realizados a fim de traçar metas e objetivos para a associação, que embora politicamente estivesse se afirmando através da participação de movimentos sociais e do campo, precisava concretizar diretrizes para suas atividades produtivas, envolvendo desde as práticas culturais até os meios de comercialização.

Constatou-se que a unidade de produção familiar típica camponesa já não existia como tal, na medida em que os homens saíam para trabalhar como empregados em empresas de reflorestamento e as mulheres ficavam em casa sem desenvolver trabalho produtivo/comercial, e nem ao menos tinham essa perspectiva. Eventualmente, cultivavam algumas espécies, limitando-se à milho e feijão. Segundo uma agricultora do grupo, não havia o conhecimento entre as mulheres de que era possível cultivar nas quatro estações do ano.

Com a associação formada e um número maior de mulheres engajadas, firmou-se o propósito de realizar feiras semanais, com o intuito de vender os alimentos diretamente ao consumidor. Tal propósito configurou-se como estratégia para fazê-las produzir alimentos, além de estabelecer um compromisso entre a associação com consumidores e com sua própria identidade, contribuindo, conseqüentemente, para a renda da família.

A associação conquistou um espaço para realização da feira no centro da cidade, representando o principal mecanismo de comercialização dos alimentos produzidos pelas famílias⁷. A feira vem sendo reconhecida aos poucos e, lentamente, a cidade adquire o status de “Otaçílio Sustentável”, o que vem de encontro ao trabalho realizado pela associação. Vale ressaltar que tal estatus também é promovido no município pelas empresas de reflorestamento, como apelo ambientalista, procurando evidenciar o equilíbrio entre a prática produtiva/econômica e a conservação do ambiente.

Através dos relatos das agricultoras e de visita a feira constatou-se que os produtos vegetais ofertados na feira são olerícolas, algumas ofertadas frequentemente como alface, rúcula, brócolis, repolho, cenoura temperos in natura, enquanto outras são ofertadas de acordo com a sazonalidade do produto, como tomate, batata e cebola. Segundo as agricultoras, no primeiro semestre de cada ano também é possível comercializar grãos, principalmente milho e feijão, assim como ervilhas. Produtos de origem animal são evitados em função de restrições impostas pela vigilância sanitária. Além de produtos de origem vegetal, são ofertados também panificados processados artesanalmente, como pães, biscoitos e bolos. Não existe uma escala entre as agricultoras quanto aos produtos que cada uma oferta na feira. Em geral, todas levam os mesmos produtos, muitas vezes em quantidades

⁷ Ressalta-se que outras formas de comercialização dão-se através de programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), através dos quais se dá a entrega de alimentos para hospitais, creches, escolas e APAE.

diferentes, mas sem distinção quanto ao produto ofertado. O lucro efetivo oriundo das vendas foi sutilmente velado pelas entrevistadas, contudo todas enfatizaram o significado deste lucro como um componente a mais na composição da renda familiar de cada uma.

No que diz respeito à certificação dos alimentos agroecológicos produzidos pela AFAOC, possuem o sistema de certificação participativa da Rede Ecovida há mais de 10 anos. Neste sistema, a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e agricultoras, técnicos e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características e a cultura de cada realidade.

Com técnicas agrícolas utilizadas no processo produtivo, nota-se que houve o cuidado em resgatar o conhecimento tradicional, àquele criado e transformado mediante experiências ao longo de muitas décadas. Conforme relato de uma das agricultoras: “Uma coisa linda que tem na agroecologia e que não podemos deixar morrer é que se uma coisa deu certo pra você, você tem que passar pro outro”. Desta forma, a troca de experiências configura-se como a principal forma de obtenção de tecnologias para o meio produtivo, unindo conhecimentos tradicionais advindos dos antepassados e as técnicas de cunho agroecológico altamente difundidas na atualidade, através do aprendizado em cursos e participação em eventos e espaços de sociabilidades rurais onde toda e qualquer forma de conhecimento é levada em conta e entendida como importante para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e justa.

O controle de doenças e insetos nos cultivos, mesmo por meios naturais, é evitado ao máximo e recorrido somente em últimos casos. As mulheres creem no pressuposto de que ao ter-se uma planta bem nutrida, não haverá problemas no seu desenvolvimento (teoria da trofobiose), o que remete ao fato de manejarem a nutrição do solo e da planta com rigor, usando, por exemplo, ureia natural (urina de vaca em lactação) como adubo foliar.

A troca de sementes é considerada um ponto importantíssimo e forte dentro da AFAOC. Po fazer parte da Rede Ecovida de Agroecologia, a qual congrega vários grupos agroecológicos do sul do Brasil, a AFAOC está inserida numa rede que preserva uma significativa diversidade de sementes crioulas, passadas de geração a geração, cultivadas e trocadas entre as famílias para que não se percam. Isso proporciona às mulheres da associação o reconhecimento de seu status de guardiãs de sementes, como relata uma das agricultoras: “Mesmo as pessoas que não estão dentro da associação, eles valorizam a gente, sabem onde encontrar sementes que eles precisam, eles contam com a gente”.

Ao longo do discurso das agricultoras, evidencia-se a preocupação com a dificuldade em contar com os indivíduos mais jovens da família, filhos e netos, para auxiliá-las nas atividades do campo. Percebeu-se uma expectativa de que, quando os filhos estabelecerem-se financeiramente, os mesmo irão retornar e seguir adiante o trabalho feito por elas até então. No entanto, se não houver ação concreta relativa aos jovens, essa persistência estará fadada ao desaparecimento.

A prática da associação alterou as relações de gênero, a mulher passou a ter outro papel, contribuindo para a renda da família e com certa independência. No entanto, para algumas agricultoras, a opção pela permanência rural ocorreu antes da associação e antes de incorporarem o discurso e práticas agroecológicas. Olhando retrospectivamente, a permanência no campo se constitui como justificativa e molde para a construção e participação da AFAOC. Nota-se tal aspecto no relato de uma das agricultoras:

(...) eu fiquei 26 anos morando no sítio e o marido trabalhando na cidade, na empresa, criei minhas duas filhas assim, ele só vinha final de semana, sítio sempre comigo, eu não quis ir embora pra praça, poderia ter uma casa lá, uma boa casa, mas eu não quis, eu aqui plantava e economizava e ele lá trabalhava, conseguimos comprar, mesmo não tendo terra e morando no terreno do meu pai, 3 alqueires de terra, 7.2ha de terra, que isso não é herança, é comprado.

Atualmente, a associação é formada em sua maioria por mulheres, contando com a presença de dois homens, o que acaba por gerar alguns conflitos entre gêneros. Considerando que as mulheres prezam mais pela socialização e pela construção de uma identidade agroecológica, além do amor pela natureza, os homens - e algumas das mulheres - visam mais o aspecto econômico, usufruindo de um nicho de mercado.

Inicialmente houve muita resistência dos homens em relação a participação das esposas na associação e as atividades tanto produtivas como sociais com as quais elas começaram a se familiarizar e atuar desde então. Este cenário foi se modificando, embora de maneira lenta e difícil, conforme os resultados financeiros foram surgindo, como as agricultoras relataram-nos: “começaram a ver que desde uma panela nova, um jogo de cama, até um galão de tinta, a gente comprava pra dentro de casa com a renda da feira, minha filha fez faculdade com dinheirinho todo da feira”.

A relação das agricultoras com a institucionalidade está pautada pela negação às políticas públicas de financiamento: “Uma das ideologias da AFAOC é não acessar o PRONAF⁸ (...) porque a gente tá vendo o tanto que a mulher vai ficar passando de mal pagadora, a gente não gosta disso, vamos gastar pra produzir o que temos, se não der, damos um jeito”. Assim, de acordo com as agricultoras, embora haja interesse na assessoria e na assistência técnica oficial, não há grande vínculo entre a AFAOC e a entidade pública de extensão rural - EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).

Tal aspecto contrasta com a realidade estudada por Souza et al. (2016) no Estado do Pernambuco. Neste estudo, os autores observaram a direta influência da entidade oficial de extensão rural, o Instituto Agronômico de Pernambuco, na mobilização e organização de um grupo de agricultoras (Associação Municipal Mulher Flor do Campo), bem como no desencadeamento de arranjos produtivos. No que tange as políticas de crédito, Souza et al. (2016) afirmam que o acesso às linhas de crédito do PRONAF pelas agricultoras contribuíram para incrementar a produção e a renda em suas unidades produtivas, sem comprometer seus orçamentos familiares.

Observou-se também a negação em relação ao mercado formal de produtos, apresentando em seus discursos a prática de venda direta ao consumidor, sem atravessadores. No entanto, acessam os programas de comercialização PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) por serem programas congruentes com a ideologia de fornecer alimentos saudáveis à população e instituições.

Essa vigilância ao sistema institucionalizado, assistência técnica oficial, programa de crédito e mercado formal, constitui-se como uma forma de distinção, não se deixando serem absorvidas e cooptadas. Afirmam e concretizam: “É pequena nossa história, mas nós mesmas estamos fazendo”.

⁸ Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar.

5. DISCUSSÃO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E A PERSISTÊNCIA DA RURALIDADE

A partir da trajetória das mulheres da AFAOC, pode-se estabelecer algumas análises sobre o processo de construção de identidade e a consequente estratégia de persistência da ruralidade. Esta, demonstrou ser resultado de intervenções externas e de uma mobilização dos próprios rurícolas, e compreendem:

- Recuperação de conhecimentos tradicionais, numa perspectiva agroecológica, através de orientação técnica da ação extensionista prestada por uma ONG com viés agroecológico. Esta estratégia compreendeu técnicas de baixo uso de insumos, sem endividamentos bancários, num contexto de diminuição progressiva da agricultura familiar e da produção local, dada à expansão das plantações de pinus e o aumento do emprego exclusivamente urbano e masculino;
- Agregação das agricultoras em uma associação e seu vínculo a uma rede ecológica proporcionou a inserção em mercados de preços diferenciados, uma feira de produtos agroecológicos que ocorre todas as semanas na praça municipal. Esta feira possui uma identidade própria de agroecológica e é reconhecida pela comunidade, que a frequenta e interage socialmente no ambiente da feira. A feira permite agregação de renda aos produtos, em sua maioria hortaliças, mas também alimentos de processamento artesanal e eventuais artesanatos. A feira permite também uma renda extra, fortalecendo a autonomia feminina no processo de permanência da ruralidade. Num determinado sentido, pode se falar de uma contratendência à masculinização do campo, embora numericamente limitada ao grupo em questão.

As práticas culturais e a reinvenção do conhecimento tradicional proporcionaram uma identidade sociocultural de “agricultoras agroecológicas”. Essa identidade permite uma distinção e acumulação de capital simbólico (BOURDIEU, 1989) que se converte em capital econômico na medida em que pode sensibilizar o consumo consciente ou solidário dos moradores do município, muitos deles tendo perdido recentemente sua condição material de rurícola, mas com um imaginário ainda de camponês. O aumento do capital simbólico aumenta a capacidade de liderança e politização, potencializando os processos de organização, comunicação e agência frente às estratégias e políticas públicas.

Identificou-se que a busca por renda não foi o principal motivador destas mulheres, mas sim a defesa da família, saúde, convivência e criação de um espaço social próprio. No entanto, estes valores sociais e simbólicos também resultaram em pequeno capital econômico, mas que possibilitou uma grande autonomia, dada a condição anterior de mulheres de agricultores para mulheres agricultoras.

Assim, reconhece-se que aspectos econômicos e sociais têm um papel decisivo no processo de resistência à perda progressiva da ruralidade e na inviabilização da agricultura familiar. Isto ocorre de um modo ainda mais acentuado numa região onde predominam a produção de pinus e concentração de terras. Não obstante, estratégias como as observadas no grupo estudado permitem inferir que alternativas produtivas como as práticas agroecológicas aliadas ao associativismo e à identidade social, inclusive de gênero, podem viabilizar a ruralidade desses grupos. Estas estratégias permitiram criar uma identidade de grupo, caracterizando-o e, desta forma, favorecendo a resistência do rural e da autenticidade camponesa.

Há uma congruência entre os aspectos simbólicos e materiais no processo de reprodução da ruralidade. Assim, as estratégias de desenvolvimento rural, principalmente aquelas dos próprios rurícolas, bem como as políticas públicas, no caso a extensão rural agroecológica, devem atentar não somente para a produção e

as técnicas produtivas, mas também para as condições sociológicas e simbólicas em que se realizam as ações, incluindo as condições de gênero. Esta, muitas vezes considerada como um obstáculo ao desenvolvimento, neste caso, verificou-se como sendo um recurso simbólico construído pelas próprias protagonistas.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a manutenção econômica deste grupo depende de um processo de acumulação de capital simbólico, conforme o conceito de Bourdieu, e esse capital se dá de diferentes maneiras: pode ser explicado através de uma identidade sociocultural, mulheres agricultoras agroecológicas, ou seja, elas se identificam como tal, e portanto adquirem o capital simbólico do que é distinto. Um processo que depende da política e não da economia e nem da questão individual. Começam a ter entendimentos de como funciona a política, os processos sociais, são lideranças dentro da comunidade e particularmente neste caso, possuem a noção de gênero e de valorização das mulheres.

Uma análise sociológica acurada sobre formas de persistência da ruralidade poderia contribuir para orientar políticas públicas levando em conta o processo social de grupos específicos. Isto permitiria considerar os processos de desenvolvimento social com base nas experiências e expectativas dos próprios atores envolvidos (LONG; VAN DER PLOEG, 1994).

Muitas políticas públicas têm procurado equacionar o problema do baixo desenvolvimento socioeconômico em áreas rurais que sofreram forte êxodo rural, como é o caso do Planalto Sul Catarinense, que possui um baixo IDH, tanto urbano quanto rural. Nem sempre essas políticas têm obtido sucesso, principalmente aquelas que procuram inserir os camponeses num sistema mercantil, que no capitalismo atual é altamente competitivo e excludente.

As políticas públicas existentes, embora devam estar voltadas para crédito, tecnologias e acesso a mercado, podem não ser eficazes muitas vezes ao aspecto social. Se tal aspecto fosse atingido, poderia fortalecer outras estratégias, ou seja, o agricultor passaria a se valorizar e ser visto como tal e não como alguém marginalizado, em decadência ou atrasado.

Entretanto, identificou-se como algo problemático para a análise a falta de perspectiva na continuidade da reprodução social, visto que a próxima geração não está engajada nas atividades, o que remete a necessidade de políticas públicas para o envolvimento e permanência dos jovens no campo.

Desta forma, essas políticas poderiam focar no sentido de propiciar maior perspectiva de inclusão social e no fluxo de vida das pessoas do meio rural ou recém urbanizadas. Isto permitiria aperfeiçoar tanto as políticas públicas, como também respeitar os processos socioculturais das diferentes comunidades, empoderando os camponeses no seu próprio caminhar histórico.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. DIFEL, 1989.

BUTTEL, F. The Production of Agricultural Sustainability: Observations from the Sociology of Science and technology in: ALLEN, P. **Food for the future**. New York: John Wiley & Sons, 1993.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, 2004.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural**, v. 21, n. 2, p. 94-116, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10453>>. Acesso em 20 de out. 2016.

DURÁN, F. E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 76-98, 1998.

ECOVIDA, Rede de Agroecologia. **Uma identidade que se constrói em rede**: Caderno de Formação 01. Lapa/PR, 2007.

FERT NETO, J. **O clientelismo nas relações de trabalho capitalistas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialização. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

KARAM, K. F. A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. In: **V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio latinoamericano sobre investigação e extensão em sistemas agropecuários**. Florianópolis, 2002.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2004.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LONG, N.; VAN DER PLOEG, J.D. Heterogeneity, Actor and Structure: toward a reconstitution of the concept of structure. In: Booth, D. (ed.), **Rethinking social development**. London: Longman, 1994.

MARTINE, G. et al. **Impactos sociais da mModernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1985.

MEDEIROS, R. O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia. **Mulheres e agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**, v. 1, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. **Lages - caracterização Regional: estudo elaborado pelo Instituto Cepa/SC, para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Florianópolis, 2003.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

SOUSA, G. M. B. et al. A extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar: a atuação do IPA junto à Associação Municipal Mulher Flor do Campo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 46-59, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16985>>. Acesso em 22 out. 2016

VIANEI, Centro de Educação Popular. **Rede de agroecologia do território do Planalto Catarinense**. Lages/SC, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**, n. 15, p. 87-146, 2000.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFF, L. A. **Ecofarming im Spannungsfeld zwischen Technologie und Politik**. Saarbrücken: Breitenbach, 1992.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

Murilo Didonet de Moraes¹
José Roberto Rambo²
Omar Jorge Sabbag³

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública voltada à comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar, implementada em 2003 no Brasil. Objetivou-se analisar a eficiência no uso dos recursos do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS-PAA) nos estados brasileiros participantes no ano de 2011, utilizando a metodologia DEA (*Data Envelopment Analysis*). Na análise, utilizou-se como *inputs* o número de agricultores familiares ocupados por estado no ano de 2006 e o número de agricultores familiares participantes do CDS-PAA por estado no ano de 2011, e como *outputs* utilizaram-se o número de pessoas beneficiadas pelo CDS-PAA por estado, a quantidade em quilogramas (kg) de produtos adquiridos pela modalidade e o valor em reais (R\$) dos produtos adquiridos via CDS-PAA por estado no ano de 2011. Os resultados mostraram que no uso dos recursos do CDS-PAA o Distrito Federal foi a unidade federativa que obteve a maior eficiência, enquanto o estado do Piauí apresentou a menor. Constatou-se, ainda, pela natureza dos retornos do CDS-PAA, que apenas 11 de 18 estados brasileiros atuaram em condições ótimas.

Palavras-chave: agricultura familiar, DEA, política pública.

EFFICIENCY ANALYSIS OF THE USE OF RESOURCE FROM FOOD PURCHASE PROGRAMME WITH SIMULTANEOUS DONATION MODE

ABSTRACT

The food purchase programme (PAA) is a public policy focused on the commercialization of agricultural products implemented in the year 2003 in Brazil. This paper aimed to analyze the efficiency in the use of resources of the PAA in with Simultaneous Donation mode (CDS-PAA) by family farmers in the Brazilian states in the year 2011, using the DEA (Data Envelopment Analysis) methodology. In the

¹Graduado em Agronomia (UNEMAT). Mestrado em Agronomia (FEIS/UNESP). Doutorando em Agronomia (FEIS/UNESP). E-mail: murilonx7@gmail.com

²Graduado em Agronomia (UFSM). Mestrado em Ciência do Solo (UFRGS). Doutorado em Agronomia (FEIS/UNESP). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Tangará da Serra. E-mail: jr.rambo@unemat.br

³Graduado em Agronomia (FEIS/UNESP). Mestrado em Agronomia (FEIS/UNESP). Doutorado em Geografia (FCT/UNESP). Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. E-mail: sabbag@agr.feis.unesp.br

analysis, the number of family farmers occupied in each state in the year of 2006 and the number of family farmers participating in the CDS-PAA by state in the year 2011 were used as inputs, and as outputs the number of people who benefit from CDS-PAA by state; the quantity in kilograms (kg) of products purchased via the mode; and the value in reais (R\$) of the products acquired from CDS-PAA, by state, in the year 2011. The efficiency analysis showed that the Federal District was the most efficient state in the use of resources of the CDS-PAA, while the state of Piauí, in the Northeast region, obtained the lowest efficiency. By the nature of the returns of the CDS-PAA, one could see that only 11 in 18 Brazilian states operated in optimum conditions.

Key words: Family Farming, DEA, Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

Políticas públicas são diretrizes (princípios norteadores) da ação do poder público, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos como leis e programas, as quais orientam ações que normalmente envolvem aplicação de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002). Souza (2006) completa, considerando como política pública, aquilo que em democracias estáveis, um governo faz ou deixa de fazer.

Em meados da década de 1990, emergiram políticas públicas no Brasil voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento, atreladas, por sua vez, à agricultura familiar (DIAS et al., 2013). Tem-se como marco do surgimento de políticas públicas para a agricultura familiar brasileira o lançamento em agosto de 1995 do PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (HESPANHOL, 2000), que culminou na implantação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (LEMOS; LIMA, 2014).

Na sequência, o segmento agrícola familiar passou por significativas transformações, em especial, no impulso das políticas públicas (BECKER; ANJOS, 2010), fator que tem ajudado a resgatar e fortalecer a produção de produtos agrícolas tradicionais e, conseqüentemente, os mercados locais e regionais (DIAS et al., 2013). Como exemplo destas transformações, podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) pela Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2012). Em 2003, ano da criação do PAA, foram aplicados R\$144,92 milhões, que beneficiaram 42.077 agricultores familiares, com a aquisição de 135.864 toneladas de alimentos destinados a 226.414 pessoas (PLEIN; FILIPPIN, 2012). Já em 2011, aplicaram-se R\$667,32 milhões em recursos no programa, beneficiando 160.011 agricultores familiares, com a aquisição de 517.921 toneladas de alimentos destinados a 20.178.462 pessoas (MDS, 2011). Pelas informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no período de 2003 a 2015, em recursos financeiros, foi aplicado no PAA o total nominal de R\$3,63 bilhões que atualizados⁴ representariam R\$5,07 bilhões (CONAB, 2016).

O PAA mostra-se também importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, ao valorizar os produtos deste segmento, aproximar produtor e consumidor e ampliar a participação da agricultura familiar no mercado (PAULA et al., 2014). Embora a melhoria de vida não se restrinja ao fator renda, como apontam Sparovek et al. (2007), notou-se que os agricultores beneficiários do

⁴ Com correção pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas de Janeiro de 2016.

PAA possuíam receitas de comercialização da produção quase três vezes superiores às dos não beneficiários; fator que pode ser somado à diversificação e a qualidade da alimentação das famílias (DELGADO et al., 2005). Porém, vale observar que, segundo Aguiar e Fonseca (2014), apesar de haver uma evolução quanto às políticas públicas no meio rural brasileiro, são também enormes os desafios enfrentados para a sua implementação, fiscalização e sustentação.

Convém ainda esclarecer que a criação do PAA é resultante da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro deles teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira; já o segundo centralizou-se no reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA et al., 2011).

De acordo com Muller et al. (2012), um dos principais objetivos do PAA é garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, com articulação da produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar. Becker e Anjos (2010) consideram que o programa estaria agindo em ações que abrangem três eixos: produção-comercialização-consumo. O PAA, desta forma, agrega no mesmo dispositivo de política pública o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e o combate à fome (MARQUES et al., 2014).

Atualmente, o PAA é executado em seis modalidades: I-Compra com Doação Simultânea; II - Compra Direta; III -Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; IV-Apoio à Formação de Estoques;V - Compra Institucional eVI - Aquisição de Sementes (BRASIL, 2012). A modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS-PAA) é a mais executada nos estados brasileiros, sendo caracterizada como a compra de alimentos diversos e a doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA), à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2012).

Assim, vê-se também que o programa possui uma relação entre três elementos: i) agricultores familiares que comercializam a produção agrícola via política pública; ii) entidade proponente, que pode ser uma cooperativa ou uma associação responsável pela intermediação entre os agricultores familiares e os consumidores e iii) entidades beneficentes que recebem os produtos agrícolas e os destinam aos consumidores finais (DEVES, 2009). Isto indica que o PAA enfoca a comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar articulado com outras políticas, tais como merenda escolar, estoques de alimentos e a assistência alimentar (MULLER et al., 2012).

Chmielewska et al. (2010) observam que a modalidade CDS-PAA integra um acordo de venda e entrega prévia entre produtor e instituição beneficiária, estando fortemente ligada à criação de um circuito local de produção, comercialização e consumo, pois direciona os alimentos adquiridos para instituições cadastradas. Desta forma, a modalidade permite o surgimento de uma solidariedade em torno da alimentação, graças aos laços estabelecidos entre agricultores familiares e beneficiários, visto que os produtos destinados a doações são oferecidos para entidades assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo governo federal (PAULA et al., 2014), com efeitos em dimensões sociais, ambientais, econômicas e de produtos (MARQUES et al., 2014).

Com base nos efeitos, importância e abrangência demonstrada pelo PAA desde seu lançamento até a atualidade, entende-se que é necessário analisar sua eficiência nos estados brasileiros (na modalidade CDS-PAA), de modo que todos os recursos disponibilizados sejam aplicados da melhor forma possível para a produção de bens e serviços. Compreende-se por eficiência a combinação ótima dos insumos e métodos necessários (*inputs*) no processo produtivo capaz de gerar o máximo de produto (*output*) (PEÑA, 2008).

Neste contexto, tem-se, desenvolvida por Charnes et al. (1978), a análise envoltória de dados (DEA - *Data Envelopment Analysis*), uma abordagem não paramétrica⁵ que busca estimar a eficiência produtiva de cada unidade de produção, denominada unidade tomadora de decisão (DMU – *Decision Making Unit*). Esta classe de modelos, retratada por Gomes (2008), permite determinar a eficiência de uma unidade produtiva comparativamente às demais, considerando-se os múltiplos recursos de que dispõe (*inputs*) e os múltiplos resultados alcançados (*outputs*). Em outras palavras, trata-se de uma técnica baseada em programação linear com as seguintes capacidades simultâneas: a) identificar a possível fronteira de eficiência de um grupo de organizações que possuam as mesmas características; b) elaborar comparações entre os recursos usados e os resultados obtidos por cada uma das organizações avaliadas (JUBRAN, 2006).

Assim, o problema desta pesquisa busca responder à seguinte questão: dado o número de agricultores familiares ocupados e participantes do CDS-PAA por estado (*inputs*), qual a maior quantidade de pessoas beneficiadas, quantidade e valor em reais de produtos adquiridos via CDS-PAA que se pode alcançar, mantendo-se o nível dos *inputs* constantes? A partir da utilização deste modelo, considera-se a hipótese de que a eficiência pode ser definida através de indicadores, de forma a mensurar a eficiência relativa dos estados, aqui tomados como DMU's, e avaliar se os mesmos estão operando com eficiência de escala, retornos crescentes ou decrescentes.

Ressalta-se ainda que a modelagem por DEA tornou-se popular na avaliação de eficiência, tanto no desenvolvimento de modelos teóricos quanto nas aplicações a casos reais (GOMES, 2008).

Para a contextualização deste trabalho, o presente estudo objetivou analisar a eficiência no uso dos recursos do CDS-PAA nos estados brasileiros participantes no ano de 2011, utilizando a metodologia DEA. Para tanto, o artigo está estruturado além desta introdução, nos seguintes tópicos: ii) materiais e métodos, apresentando os dados para confecção das variáveis a serem analisadas por DEA, respeitando-se o modelo atribuído; iii) resultados, com a discussão dos principais escores de eficiência e o retorno de escala acerca dos estados participantes e iv) conclusões, com possíveis limitações e perspectivas para trabalhos futuros.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados referentes ao número de agricultores familiares ocupados foram coletados do último Censo Agropecuário e se encontram publicados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006).

⁵ A vantagem de utilizar um método não paramétrico deve-se a simplificação deste em relação às exigências e pressuposições com relação aos paramétricos, viabilizando assim, pesquisas de temas relevantes para as unidades tomadoras de decisão.

Todas as outras variáveis analisadas foram obtidas a partir do *site* da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A utilização do PAA (Compra com Doação Simultânea – execução CONAB – CDS-PAA) se deu em razão da quantidade expressiva de recursos e de fornecedores (54,4% e 55,54%, respectivamente) de tal modalidade no ano de 2011 no total de recursos e fornecedores do Programa (MDS, 2011).

Este trabalho, de natureza quantitativa, se classifica como exploratório, visando proporcionar melhor familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e descritivo, no sentido de sua origem estar associada à observação, registro, análise e correlações entre fenômenos ou fatos, sem interferir no ambiente analisado. Ainda assim, houve uma abordagem qualitativa, em que o pesquisador procurou aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda. Richardson (1999) propõe que a pesquisa quantitativa é também qualitativa, pois não importa como foram efetuadas as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade.

Normalmente, procede-se às avaliações de eficiência por meio de funções-fronteiras que representam uma tecnologia eficiente. Tais fronteiras são estimadas por diferentes métodos há muitos anos (MAGALHÃES; CAMPOS, 2006). Neste estudo, a determinação de fronteira eficiente foi feita mediante a técnica DEA.

De acordo com Marinho (2001), as vantagens do DEA em relação a outras técnicas de análise de eficiência se justificam pelas suas características, dentre as quais: a) a de caracterizar cada DMU como eficiente ou ineficiente através de uma única medida resumo de eficiência; b) não fazer julgamentos *a priori* sobre os valores das ponderações de *inputs* e *outputs* que levariam as DMU's ao melhor nível de eficiência possível; c) basear-se em observações individuais e não em valores médios; e d) permitir a observação de unidades eficientes de referência (*benchmarking*) para aquelas que forem assinaladas como ineficientes.

Com base nos conceitos de fronteiras eficientes da DEA para cada DMU, pode-se formular um modelo baseado em uma reta ou uma curva. No primeiro caso, tem-se o modelo que ficou conhecido como CCR, devido às iniciais dos nomes dos autores (Charnes, Cooper e Rhodes), ou também como CRS (*Constant Returns to Scale*). O modelo CCR permite uma avaliação objetiva da eficiência global, além de possibilitar a identificação das fontes e viabilizar estimativas de montantes das ineficiências identificadas (KASSAI, 2002). Já no segundo caso, vê-se o modelo chamado de BCC, que também possui essa denominação em razão das iniciais dos seus autores (Banker, Charnes e Cooper), conhecido ainda como VRS (*Variable Returns to Scale*). O modelo BCC propõe uma restrição ao CCR e possibilita a determinação da eficiência de escala, identificando assim a presença de ganhos de escala crescentes, decrescentes e constantes (KASSAI, 2002; SOUZA; WILHELM, 2009).

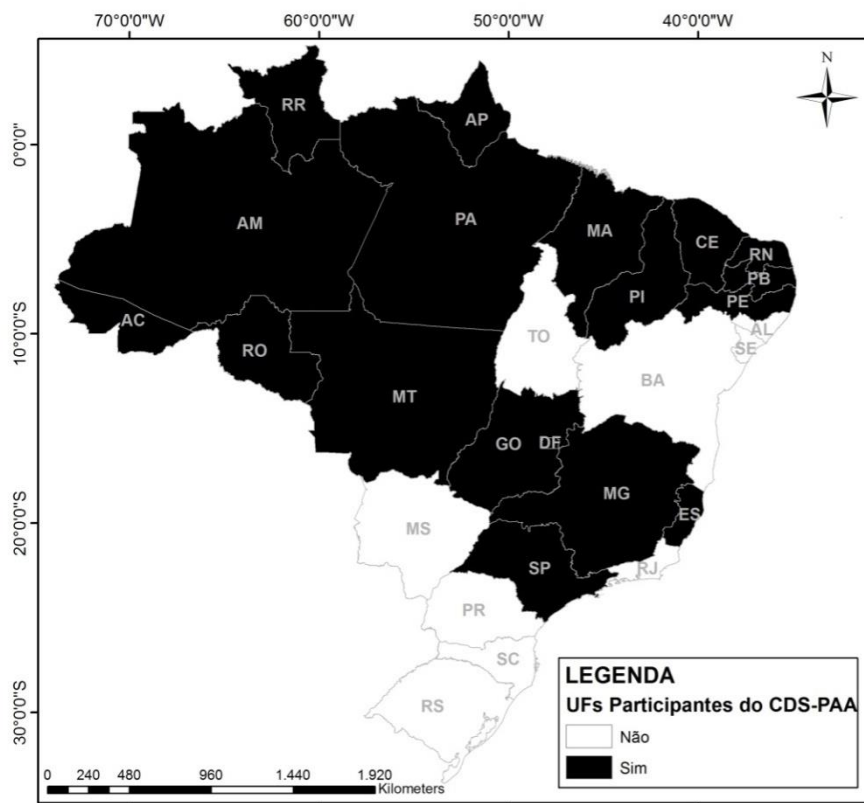
Os modelos DEA podem ser classificados também de acordo com o modelo de orientação desejado. Na orientação *input*, objetiva-se o máximo movimento em direção à fronteira a partir da redução proporcional de *inputs*, mantendo os *outputs* constantes. No modelo orientado a *output*, o máximo movimento rumo à fronteira é buscado a partir do acréscimo proporcional de *outputs*, mantendo constantes os *inputs* (JUBRAN, 2006; SOUZA; WILHELM, 2009).

Segundo Ali e Seiford (1993), para que haja validação da análise de eficiência, torna-se necessário que o número de unidades seja, pelos menos, duas vezes o número de insumos (*inputs* - X) e produtos (*outputs* - Y), ou seja, para um número de unidades maior que dois ($X + Y$), sugerindo uma análise mínima para dez estados participantes do PAA no presente estudo, devendo constituir de certa homogeneidade entre eles, por utilizarem insumos semelhantes para produzirem os

mesmos produtos, encaixando-se perfeitamente nas definições de DMU's a serem analisadas pela técnica DEA.

Neste sentido, para avaliar a eficiência no uso dos recursos do PAA nos 18 estados brasileiros participantes do CDS-PAA (Figura 1), foram utilizados como *inputs* o número de agricultores familiares ocupados por estado no ano de 2006 e o número de agricultores familiares participantes do CDS-PAA por estado no ano de 2011. Como *outputs*, consideraram-se o número de pessoas beneficiadas pelo CDS-PAA por estado no ano de 2011, a quantidade em quilogramas (kg) de produtos adquiridos via CDS-PAA por estado no ano de 2011 e o valor em reais (R\$) dos produtos adquiridos via CDS-PAA por estado, também no ano de 2011.

Figura 1 – Estados brasileiros participantes do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar unicamente na modalidade (CDS-PAA), 2011.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O modelo DEA definido para a realização deste trabalho foi CCR e BCC com orientação *output*. Escolheu-se esta orientação pela sua melhor adequação aos objetivos do estudo, tendo em vista que as unidades avaliadas apresentam retornos variáveis de escala, isto é, o aumento dos *outputs* a partir da expansão dos *inputs* não é linear.

A formulação matemática do modelo CCR utilizado é expressa da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \max h_o &= \sum_{j=1}^s u_j y_{jo} \\ \text{sujeito a} \\ \sum_{i=1}^r v_i x_{io} &= 1 \\ \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} &\leq 0, \quad k = 1, \dots, n \\ u_j, v_i &\geq 0 \quad \forall i, j \end{aligned}$$

Em que: h_o é a medida radial de eficiência técnica; y_i é o valor do *output* i ; x_j é o valor do *input* j ; l_k é a importância da DMU k como referência para DMU 0.

A formulação matemática do modelo BCC, empregado por sua vez, pode ser expressa como segue:

$$\begin{aligned} \text{Max } h_o \\ \text{sujeito à:} \\ x_{io} &\geq \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k, \quad \forall i, \\ h_o y_{j0} &\leq \sum_{k=1}^n y_{jk} \lambda_k, \quad \forall j, \\ \lambda_k &\geq 0, \quad \forall k. \end{aligned}$$

Em que: h_o é a medida radial de eficiência técnica; y_i é o valor do *output* i ; x_j é o valor do *input* j ; l_k é a importância da DMU k como referência para DMU 0.

Para a análise DEA foi utilizado o *software* DEAP (*Data Envelopment Analysis Program*), versão 2.1 (COELLI, 1996). O DEAP calcula os escores de eficiência e a natureza dos retornos que podem ser constantes, crescentes e decrescentes.

Empregou-se também o *software* SIAD (Sistema Integrado de Apoio à Decisão), versão 3.0 (MEZA et al., 2005) para calcular as fronteiras de eficiência padrão (quanto mais próxima da fronteira de eficiência padrão estiver a DMU, mais próximo de 1 será esse valor) e a eficiência composta normalizada (dividindo-se o

valor da eficiência composta da DMU pelo maior valor dentre todas as eficiências compostas), a fim de se estabelecer um *ranking* de eficiência entre os estados brasileiros e identificar os estados referência (como critério de desempate) que servirão como *benchmarking*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, os resultados mostram que os estados que utilizam unicamente o CDS-PAA possuem 7.344.780 agricultores familiares aptos a participarem do programa (59,61% dos agricultores familiares brasileiros) (Tabela 1). Deste total de agricultores familiares, 56.331 são beneficiários do programa (35,20% do total de integrantes do PAA), atendendo a 11.846.819 pessoas (56,47% do total de atendidos pelo PAA), com a comercialização de 139.736.820 kg de produtos agrícolas (26,98% do total adquirido via PAA). Pode-se verificar ainda que os agricultores familiares beneficiários conseguiram auferir renda anual média pelo CDS-PAA de R\$4.240,25 por agricultor familiar.

Observa-se, na comparação, entre os estados, que os valores de participação e representação do CDS-PAA são bastante diferenciados. São Paulo apresenta o maior número de pessoas beneficiadas (2.505.395 - 21,15% do total), e o Acre, o menor (5.825 - 0,049% do total), considerando o total de beneficiários atendidos pelo programa.

Para a produção destinada em kg de produtos entregues pelos agricultores familiares, o estado de São Paulo também evidencia os maiores valores, com 22,68% dos produtos disponibilizados (37.282.149 kg); em contrapartida, o Distrito Federal apresenta as menores quantidades de alimentos entregues, com 0,31% deste total (432.716 kg). Estes estados são também os que apresentam as maiores e as menores quantidades de recursos disponibilizados pelo PAA por ano, com 19,67% (R\$46.981.372,76) e 0,25% (R\$601.037,54) dos recursos, e de agricultores familiares beneficiados pelo CDS-PAA, com 19,90% (11.210) e 0,24% (137) dos agricultores familiares, respectivamente.

Já o estado de Minas Gerais é o que detém o maior número de agricultores familiares ocupados (1.177.116 - 16,05%), e o Distrito Federal, o menor número (6481 - 0,09%). Quando se faz a relação entre o número de agricultores familiares ocupados por estado e o número de agricultores familiares beneficiados pelo CDS-PAA, São Paulo é o estado que apresenta a maior relação (3,42%), e o estado do Piauí, a menor (0,17%).

Tabela 1 –Relação de *Inputs* e *outputs* avaliados na análise DEA, correspondentes aos estados brasileiros participantes do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (CDS-PAA). 2011.

Estado (CDS-PAA)	Pessoas Beneficiadas	Produtos Entregues em kg	Recursos CDS-PAA CONAB	Agricultores Beneficiários CDS-PAA	Agricultores Familiares Ocupados
	Output 1	Output 2	Output 3	Input 1	Input 2
AC	5.825	547.103	852.735,15	212	82.889
AM	266.551	6.947.740	7.207.848,95	1716	243.828
AP	159.254	511.174	1.114.502,33	292	10.371
CE	556.464	4.438.129	14.979.870,51	3.440	969.001
DF	20.644	432.716	601.037,54	137	6.481
ES	132.197	7.382.702	10.052.616,16	2.355	202.169
GO	297.813	3.352.603	9.089.625,97	2.050	212.980
MA	730.729	7.464.590	18.331.689,80	4.148	858.102
MG	1.375.463	23.295.228	41.110.261,62	9.762	1.177.116
MT	418.498	6.514.421	11.349.325,27	2.761	215.117
PA	1.264.948	2.895.287	6.081.112,62	1.541	665.762
PB	1.829.865	4.441.089	8.570.563,37	2.019	410.732
PE	437.617	23.396.016	33.335.511,98	7.532	780.048
PI	226.496	2.342.337	4.566.426,25	1.195	722.154
RN	905.272	4.640.563	17.353.029,43	4.176	191.550
RO	541.071	3.262.477	5.765.331,81	1.411	233.355
RR	172.717	590.496	1.514.543,50	374	24.948
SP	2.505.395	37.282.149	46.981.372,76	11.210	328.177
Total	11.846.819	139.736.820	238.857.405,02	56.331	7.334.780
Maior	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo	Minas Gerais
Menor	Acre	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal

Fonte: MDS (2011) e IBGE (2006).

Esta diferença entre os estados de São Paulo e Piauí pode ser explicada a partir dos comentários de Sagrilo et al. (2002) e Sant'Ana et al. (2013). No Piauí, tem-se, de acordo com Sagrilo et al. (2002), uma agricultura familiar local caracterizada por baixo poder aquisitivo, acesso limitado às tecnologias (sem utilização de insumos, poucos cuidados dedicados a animais), além de baixos níveis educacionais (68,7% dos chefes de família e 63,7% das donas de casa são analfabetos). Sant'Ana et al. (2013), por sua vez, afirmam que no noroeste de São Paulo, apesar de os agricultores familiares também apresentarem baixos níveis educacionais, os mesmos possuem diversificação de atividades agropecuárias e acesso a recursos tecnológicos e de formação voltados ao processamento de produtos agrícolas, estando ainda intimamente inseridos na lógica de comercialização de seus produtos com o mercado varejista ou o consumidor final.

Merece destaque também que, tendo como base a eficiência padrão (Tabela 2), nove dos 18 estados brasileiros estudados são categorizados como eficientes. Porém, este tipo de discriminação não fornece as bases para afirmar qual destes estados é o mais eficiente. Por isso, recorreu-se aos valores da eficiência composta normalizada como critério de desempate entre os estados eficientes, no intuito de identificar o estado mais eficiente, que servisse *de benchmarking* para os estados com menor eficiência.

Tabela 2 – Valores e *ranking* de eficiência no uso dos recursos por parte dos agricultores familiares nos estados brasileiros participantes do DS-PAA em 2011.

Posição	Estado (DS-PAA)	Eficiência Padrão	Eficiência Composta Normalizada
1º	DF	1,000000	1,000000
2º	PB	1,000000	0,988663
3º	PE	1,000000	0,986513
4º	SP	1,000000	0,977626
5º	MA	0,999078	0,967550
6º	AM	1,000000	0,967178
7º	GO	1,000000	0,936841
8º	ES	0,972808	0,932269
9º	MG	0,953512	0,924087
10º	RR	0,991360	0,915623
11º	RO	0,937968	0,901275
12º	AC	1,000000	0,898334
13º	AP	1,000000	0,898334
14º	CE	1,000000	0,898334
15º	MT	0,933264	0,889000
16º	RN	0,969592	0,871017
17º	PA	0,928895	0,855739
18º	PI	0,867537	0,779338

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir disso, pode-se inferir que o Distrito Federal é a unidade federativa mais eficiente no uso dos recursos do CDS-PAA. As causas que fizeram com que o Distrito Federal assumisse tal posição podem estar relacionadas ao seu equilíbrio frente aos *inputs* e *outputs* analisados, pois embora tenha o menor número de agricultores participantes do PAA, receba a menor porção de recursos e adquira uma menor quantidade de produtos, o Distrito Federal beneficia mais pessoas do que o estado do Acre, por exemplo, o qual, por sua vez, tem mais agricultores e uma maior quantidade de recursos. Em outras palavras, o Distrito Federal consegue beneficiar uma maior quantidade de pessoas (*outputs*), mesmo com um menor contingente de pessoas e uma menor quantidade de recursos (*inputs*).

Segundo Valnier e Ricci (2013), a operacionalização das modalidades do PAA depende muito das características de cada região, como o tipo de agricultura desenvolvida, as distâncias dos centros consumidores, as dificuldades de acesso e, principalmente, a cultura organizacional dos agricultores familiares. Os pontos levantados pelos autores podem justificar a eficiência do Distrito Federal, pois no estado, os agricultores familiares possuem: i) proximidade de grandes centros consumidores; ii) boa infraestrutura viária; iii) agência de assistência técnica e extensão rural (ATER) efetiva; iv) acesso à informação; v) incentivo à produção orgânica (de maior valor agregado); vi) diversificação da produção e vii) ocupação territorial (CORREIO BRAZILIENSE, 2014).

Por outro lado, o estado do Piauí demonstra a menor eficiência no uso dos recursos do CDS-PAA. Entre as características que explicam tal posição, podem estar relacionados à precariedade no estado de: i) infraestrutura viária; ii) serviço de ATER; iii) acesso à informação e iv) estrutura de mercado. Além disso, deve-se relembrar a baixa relação entre o número de agricultores beneficiários do CDS-PAA e o número de agricultores familiares no estado, característica que pode estar associada à divulgação restrita do Programa, impedindo, desta forma, que um número maior de pessoas tenha acesso ao PAA. Um dos motivos desta divulgação limitada pode estar associado a uma preocupação dos gestores no que diz respeito

ao descompasso existente entre o crescimento do número de agricultores que buscam acessar o PAA e sua oferta orçamentária (GRISA et al., 2010).

Na Tabela 3, quando se analisam os escores de eficiência de escala, o estado do Acre é o único que apresenta natureza de retornos crescente. Porém, pode ser considerada uma DMU falso eficiente, já que esta unidade de federação, comparada com o Distrito Federal, tem número mais expressivo de agricultores familiares beneficiários do CDS-PAA, mais recursos destinados ao programa por estado/ano, bem como maior quantidade de produtos comercializados; apesar disso, é muito menor o número de pessoas beneficiadas, conforme se expôs na Tabela 1. E quando se compara a relação entre o número de pessoas beneficiadas e o número de agricultores beneficiários do CDS-PAA (Tabela 1), o Distrito Federal atinge um valor de 150,69 pessoas beneficiadas por agricultor beneficiário, enquanto o Acre apresenta somente 27,48 pessoas beneficiadas por agricultor.

Segundo Andrade et al. (2015), este fato pode ser explicado pela heterogeneidade entre os Estados, associada a um profundo desnível socioeconômico e as diferentes interações humanas, os quais refletem nas realidades encontradas, diferenciando os resultados da implementação e da operacionalização das políticas públicas de caráter universal. Assim, essas distintas realidades são responsáveis pela dificuldade encontrada pelos agricultores familiares para acessar os recursos existentes, principalmente nas regiões mais carentes, como o norte e nordeste do país.

Tabela 3 – Escores de eficiência de escala e natureza dos retornos dos estados brasileiros participantes do CDS-PAA em 2011.

Estado (CDS-PAA)	Eficiência de Escala	Natureza dos Retornos
AC	0,995	Crescente
AM	1,000	Constante
AP	1,000	Constante
CE	0,999	Decrescente
DF	1,000	Constante
ES	0,994	Decrescente
GO	1,000	Constante
MA	0,999	Decrescente
MG	0,965	Decrescente
MT	0,987	Decrescente
PA	1,000	Constante
PB	1,000	Constante
PE	1,000	Constante
PI	1,000	Constante
RN	0,989	Decrescente
RO	1,000	Constante
RR	1,000	Constante
SP	1,000	Constante

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se, ao mesmo tempo, que 11 dos 18 estados brasileiros são verdadeiramente eficientes, operando em eficiência de escala com retornos de natureza constante (Figura 2). Isso se justifica por um equilíbrio entre *outputs* e *inputs*, o que sugere que os estados estão operando nas suas capacidades ótimas. Em outras palavras, os agricultores familiares participantes do CDS-PAA estão comercializando uma quantidade expressiva de produtos, com um importante valor agregado e beneficiando muitas pessoas. Não seria razoável, portanto, reduzir a quantidade de recursos do CDS-PAA para esses estados por estarem operando em escala ótima. Pelo contrário, deve-se buscar, sistematicamente, a ampliação dos recursos para o programa, a partir do estreitamento da razão entre o número de agricultores familiares ocupados e os participantes do CDS-PAA, de modo a expandir ainda mais seus benefícios.

Além disso, os estados que evidenciam retornos de natureza constante revelam os níveis ótimos ou *targets* (metas) de operacionalização das variáveis analisadas. Esses *targets* – presentes nas experiências dos agricultores, nos investimentos realizados pelos governos estaduais e no apoio das mais diversas entidades – podem servir como referências ou *benchmarks* para a projeção de outros estados ineficientes em direção à fronteira da eficiência.

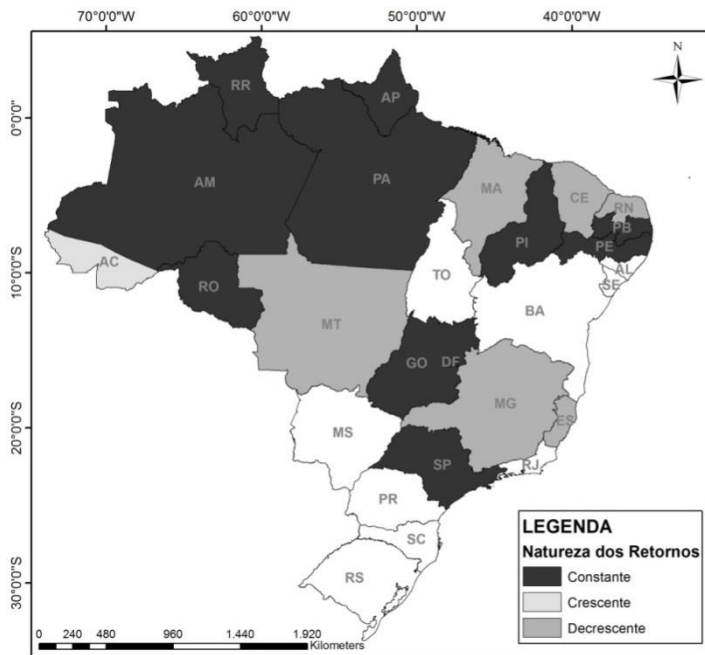
Dentro deste contexto, Camargo et al. (2013) apresentam uma característica importante do estado de São Paulo que pode servir como referência a outros estados. Geralmente, as políticas para a agricultura familiar costumam ser formuladas e executadas pelos governos federal e estadual apenas, recebendo pouca adesão das prefeituras municipais. Contudo, o PAA provocou uma mudança nesta tendência, de modo que nos municípios onde em que há a implantação do CDS-PAA executadas pelas prefeituras, sucede uma aproximação entre a gestão municipal e a agricultura familiar. Isto pode ser observado no município de Suzano, onde a aplicação do PAA culminou na vinda de outros programas municipais para os agricultores, como a Patrulha Rural, serviço de ATER e feira de produtores.

Por outro lado, têm-se seis dos 18 estados brasileiros operando em retornos de natureza decrescente. Desta forma, pela quantidade de recursos

destinados ao CDS-PAA por ano, esses estados comercializam uma quantidade pequena de produtos, apesar de atender a uma grande quantidade de beneficiários. Algumas possibilidades para que esta situação seja revertida seria diminuir os recursos destinados ao CDS-PAA nesses estados para adquirir a mesma quantidade de produtos, ou melhorar o nível tecnológico do sistema de produção agrícola dos agricultores familiares. E seguindo o que comentam Delgado et al. (2005), o caso CDS-PAA precisaria de mecanismos eficientes de controle e de fiscalização, em especial, para esses estados.

Em particular para os estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, os resultados podem ser expressos devido a alguns desajustes, tais como o uso político do PAA, a demora no recebimento do pagamento até que o produto fosse entregue na CONAB, bem como a compra por atravessadores ou agricultores patronais das DAP's dos agricultores familiares para poderem vender ao PAA (MDS, 2006).

Figura 2 – Estados brasileiros participantes do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar unicamente na modalidade (CDS-PAA) e a natureza de retornos em 2011.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que, por meio do PAA, se estabelece a formação de um mercado institucional específico, no qual paira certa garantia de venda da produção a preços que buscam valorizar o trabalho do agricultor familiar sem as oscilações verificadas normalmente no mercado. Neste sentido, apesar de São Paulo possuir um nível ótimo de operação constatado no presente estudo, problemas como de infraestrutura, transporte da produção, assistência técnica e orientação produtiva limitam a potencialidade da produção agrícola familiar em alguns municípios da

região Sudeste (LOPES; ALMEIDA, 2012). Nas regiões mais pobres do país, exemplos do Norte e Nordeste, esta situação tende a ser mais impactante.

Em Minas Gerais, estado que apresenta o menor valor de eficiência relativa (96,5%), observa-se que apesar da maioria dos recursos públicos destinados ao PAA estar focalizada junto ao público demandante de suas ações, sua taxa de cobertura nessas regiões ainda é muito incipiente, dada às necessidades locais dos municípios, podendo ser ampliadas no estado (SIMÃO et al., 2014).

Convém destacar que em políticas públicas, o monitoramento e a avaliação de programas (como o PAA), contemplando a avaliação dos processos e da eficiência das ações, apontam caminhos e soluções, além de ser realizada com o intuito de fundamentar a tomada de decisão e aprimorar os processos de gestão (MONTEIRO, 2002). Assim, aspectos relacionados à capacidade de gestão de políticas públicas podem e devem ser otimizados para aumentar a eficiência e a governança do governo (PEDROSO et al., 2009).

Por fim, o conceito de eficiência, por meio da análise envoltória de dados, aplicada a programas existentes dentro de uma política voltada ao segmento rural, está relacionada à ideia de possibilidades de trabalho em termos de geração de produtos e de configuração de resultados alcançáveis com os recursos disponíveis e os insumos utilizados, comparativamente a uma fronteira de desempenho possível de ser alcançada (REIS, 2012). Em consonância, Belloni (2000) infere que o critério de eficiência está associado ao conceito de racionalidade econômica, revelando ainda a capacidade da organização - neste caso os estados da federação - de produzirem um máximo de resultados com o mínimo de recursos disponíveis para tal.

4. CONCLUSÕES

Conforme os resultados obtidos, verificou-se que o CDS-PAA no estado de São Paulo possui o maior número de pessoas beneficiadas, maior comercialização de produtos, maior quantidade de recursos destinados por estado/ano e o maior número de agricultores familiares beneficiários.

Por outro lado, com base nos valores da eficiência composta normalizada, observou-se que o Distrito Federal foi a unidade federativa mais eficiente no uso dos recursos do CDS-PAA, enquanto o estado do Piauí obteve a menor eficiência.

Do ponto de vista da natureza dos retornos, apenas 11 dos 18 estados brasileiros estão operando em condições ótimas, isto é, apresentam equilíbrio entre *outputs* e *inputs*. Isto significa que os recursos do CDS-PAA aplicados nesses estados estão beneficiando um contingente significativo de pessoas e adquirindo uma quantidade expressiva de produtos. Compreende-se que a experiência desses estados pode servir como referência para estados ineficientes.

Vale ressaltar, ainda, que a análise DEA demonstrou ser uma ferramenta que pode auxiliar as esferas governamentais no aperfeiçoamento do programa CDS-PAA, pois as distintas experiências apontam os aspectos que devem ser aprimorados e/ou incentivados.

Cabe destacar que uma possível limitação das análises de eficiência seja atribuída à dificuldade de aceitação por parte dos gestores, sem a devida formação específica, que pode ser atenuada por capacitação gerencial.

Por outro lado, existe a possibilidade em futuras pesquisas sobre as principais causas determinantes da ineficiência, por meio da aplicação de técnicas econométricas que incorporam novas variáveis não limitadas apenas aos escores de eficiência determinados pela análise DEA, no tocante aos recursos destinados pelo PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea para os estados participantes.

5. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. C.; FONSECA, B. C. Evolução, acesso e efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar no governo Lula: um estudo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa, Minas Gerais. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 121-145, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7854>>. Acesso em: 19 out. 2016.
- ALI, A. I., SEIFORD, L. M. The Mathematical Programming Approach to Efficiency Analysis. In: FRIED, H. O., LOVELL, C. A. K., SCHIMIDT, S. S. (Orgs.). **The Measurement of Productive Efficiency: Techniques and Application**. New York: Oxford University Press, 1993. p. 120-159.
- ANDRADE, A. A. X.; SILVA, G. B.; ANDRADE, N. A. X. O acesso às políticas públicas no semiárido e seu reflexo na heterogeneidade da agricultura familiar: o PNAE em Boquira-BA. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 79-97, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/15443>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.
- BELLONI, J. A. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de Universidades Federais Brasileiras**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de julho de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 01 out. 2014.
- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.
- CHARNES, A.; COOPER, W.W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, Amsterdam, v. 2, n. 6, p. 429-444, 1978.
- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, 2010 (Texto para Discussão, 1510).

COELLI, T. J. **A guide to DEAP version 2.1: a data envelopment analysis program**. Armidale, Austrália: University of New England, 1996. p. 49. (CEPA Working Papers, 08/96).

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos**: resultados das ações da CONAB em 2015. Brasília: CONAB, 2016. 24 f. Disponível em:
http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_02_16_00_42_acoes_d_a_conab_paa_2015.pdf. Acesso em: 01 ago. 2016.

CORREIO BRAZILIENSE. **Assentados do Distrito Federal são exemplos na venda de produtos para o PAA**. 2014. Disponível em:
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/02/08/interna_cidades_df,411876/assentados-do-distrito-federal-sao-exemplos-na-venda-de-produtos-para-o-paa.shtml. Acesso em: 20 jan. 2016.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: IPEA, 2005.

DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS. 2009. 157 f. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013.

GOMES, E. G. Uso de modelos DEA em agricultura: revisão da literatura. **Engevista**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 27-51, 2008.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010.

HESPANHOL, R.A.M. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.22, p. 41-59, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. 2006. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em: 10 out. 2014.

JUBRAN, A. J. **Modelo de análise de eficiência na administração pública: um estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a análise envoltória de dados.** 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Engenharia). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KASSAI, S. **Utilização da análise envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis.** 2002. 350 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEMOS, S. M.; LIMA, I. S. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 69-92, 2014.

LOPES, D. E; ALMEIDA, R. A. A. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 13, n.1, p. 132-148, 2012.

MAGALHÃES, K.A; CAMPOS, R.T. Eficiência técnica e desempenho econômico de produtores de leite no Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 695-711, 2006.

MARINHO, A. **Estudo de eficiência em alguns hospitais públicos e privados com a geração de rankings.** Texto para discussão n. 794. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Ruris**, Campinas, v.8, n.1, p.63-89, 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2011. **PAA data.** Disponível em:
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2011/visi_paa_conab/pg_principal.php. Acesso em: 10 out. 2014.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA-Região Nordeste.** Brasília, Março de 2006. Disponível em
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Estudo%20comparativo%20das%20diferentes%20modalidades%20do%20PAA-Regiao%20Nordeste.pdf>. Acessado em: 18 ago. 2015.

MEZA, L.A.; BIONDI NETO, L.; MELLO, J.C.C.B.S.; GOMES, E.G. ISYDIS - Integrated system for decision support (SIAD - Sistema Integrado de Apoio à Decisão): a software package for data envelopment analysis model. **Pesquisa Operacional**, Niterói, v. 25, n. 3, p. 493-503, 2005.

MONTEIRO, T. M. A avaliação dos impactos sociais dos programas de governo. In: **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, p. 8-11, 2002.

MULLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 106-138, 2012.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.23, n.1, p. 33-43, 2014.

PEDROSO, M. M.; CALMON, P. C. P.; BANDEIRA, L. F. O uso da Análise Envoltória de Dados para avaliação da gestão do Programa Bolsa Família. **Comunicação em Ciências da Saúde**. v. 20, n.1, p. 37-44, 2009.

PEÑA, C. R. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método Análise Envoltória de Dados (DEA). **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 83-106, 2008.

PLEIN, C.; FILIPPIN, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 15, n. 20, p.63-86, 2012.

REIS, P.R.C. **Política pública de previdência social e nível de bem-estar**: impacto sobre as famílias e municípios de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAGRILLO, E. (Ed.). **Agricultura familiar**. Teresina: Embrapa Meio-Norte. 2002. 74 p. (Embrapa Meio-Norte, Sistemas de Produção, 1). Disponível em: http://www.cpamn.embrapa.br/publicacoes/new/sistemaproducao/sistemaproducao_pdf/sistemaproducao_1.pdf. Acesso em: 10 Dez. 2014.

SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C.; MODENESE, V. S.; SANT'ANA, D. Z.; SOUZA, G. S. Qualidade partilhada e relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta, no noroeste paulista. In: **Mercados e Agricultura Familiar**: interfaces, conexões e conflitos / Marcelo Antonio Conterato... [et al.] (Org.). Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS). p. 133-154.

SIMÃO, G. L; SILVA, E. A; SILVEIRA, S. F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, n.3, p. 533-548, 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 20-45. Jul./dez. 2006.

SOUZA, P.C.T.; WILHELM, V.E. Uma introdução aos modelos DEA de eficiência técnica. **Tuiuti**, Curitiba, n. 42, p. 121-139, 2009.

SPAROVEK, G.; PLATA, L. A. E.; MAULE, R. F.; MAULE, F. E.; KLUG, F. S. F.; KLUG, I. L. F.; GOLDSZMIDT, R.; FERNANDES, R. L.; CAMARGO, R. A.; MARTINS, S. P. **Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA**: região

Nordeste. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate – síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n. 5, 2007. p. 62-64.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador, Bahia: AATR, 2002.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013.

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL)

Robertho Marconi Santos Ruas¹
Diego Corrêa Furtado²
William Santos de Assis³
Gutemberg Armando Diniz Guerra⁴

RESUMO

O artigo analisa os processos de socialização dos filhos e netos de um casal de pequenos criadores de gado leiteiro da zona urbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil). Enfocam-se, especificamente, os aspectos da socialização referidos à esfera produtiva, expressos nas sucessivas fases de engajamento dos membros das novas gerações ao trabalho. Como método de pesquisa, empregou-se o estudo de caso, amparado pelas técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados indicam que o engajamento dos filhos na produção leiteira ocasionou seu distanciamento do processo de escolarização, limitando, posteriormente, suas condições de conversão a outras alternativas profissionais. Tal padrão se reverte na educação dos netos, que privilegia o ensino formal, em detrimento das formas anteriormente valorizadas de inserção no mundo do trabalho familiar. Devido à progressiva urbanização do município, conclui-se que as distintas configurações assumidas pela socialização infantil no grupo social focado refletem uma reorientação de projetos de vida, diante do reconhecimento das limitações impostas pela nova lógica predominante de ocupação do espaço urbano.

Palavras-chave: infância camponesa, pecuária familiar, pecuária urbana, vulnerabilidade social.

¹Graduado em Ciências Sociais (UFPA) e Medicina Veterinária (UFPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA/EMBRAPA). Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Produção Animal na Amazônia (UFRA). E-mail: marconeruas@yahoo.com.br

²Graduado em Ciências Biológicas (CESUPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA/EMBRAPA). Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (UFOPA). E-mail: dkhasinau@gmail.com

³Graduado em Agronomia (UFRA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento (UFPA). Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). Prof. Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: williamassis@ufpa.br

⁴Graduado em Engenharia Agrônômica (UFBA). Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento (EHSS, França). Prof. Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gguerra@ufpa.br

CHILD SOCIALIZATION PROCESSES IN THE CONTEXT OF A URBAN FAMILY ESTABLISHMENT OF DAIRY CATTLE IN CASTANHAL (PARÁ, BRAZIL)

ABSTRACT

The article analyzes the socialization processes of the children and grandchildren of a couple of small dairy farmers in the urban area of Castanhal (Pará, Brazil). It focuses, specifically, on the aspects related to the productive sphere, expressed in the successive stages by which the members of the new generations get engaged with labor. As research method, it was employed the case study, supported by semi-structured interviews and direct observation. Results indicate that the engagement of children in milk production caused their detachment from the schooling process, which later limited their possibilities to transition between work options. Such pattern reverts in the education of the grandchildren, which is characterized by the priority given to formal education, instead of previously valued forms of family labor. Due to the increasing urbanization of the municipality, it is concluded that the different configurations assumed by the processes of child socialization in the focused social group reflect a reorientation of life projects, related to the recognition of the limitations imposed by the new predominant logic of urban space occupation.

Keywords: family livestock, peasant childhood, social vulnerability, urban ranching.

1. INTRODUÇÃO

Nas expressões de senso comum que permeiam o cotidiano, empregam-se termos como campo e cidade, rural e urbano, como qualificativos de distinções entre alternativas formas de ocupação do espaço e de divisão social do trabalho. Absorvidos pela esfera de reflexão acadêmico-científica, esses termos parecem, entretanto, manter o teor dualista, situação reconhecida, por Carneiro (2008), como próprio mito fundador da sociologia rural. Assim, enquanto à cidade estariam restritas ocupações industriais, comerciais e governamentais, ao campo estariam circunscritas a produção agrícola e a pecuária.

Pode causar estranheza, portanto, que existam, encravados em um espaço qualificado como urbano, entalhes de ruralidade. Este, porém, era o quadro que caracterizava o Município de Castanhal (Estado do Pará) pelo menos até a década de 1970, a partir de quando o local se tornou palco de importantes mudanças socioespaciais, como a implantação de indústrias e instituições de ensino e a própria ampliação da BR-316, que fortaleceu o comércio no município (LUZ JÚNIOR, 2011). Embora fosse possível, desde essa época, distinguir espaços considerados interioranos, ou de produção agrícola, e espaços de maior aglomeração residencial e mais acentuadas trocas mercantis e prestação de serviços, não se podia afirmar que o município possuísse uma zona urbana plenamente diferenciada.

Como expressão dessa forma híbrida de ocupação do espaço, destacava-se a constituição de estabelecimentos familiares voltados à produção de leite bovino na circunscrição do setor municipal desde então qualificado como urbano – em condição análoga à situação empírica analisada por Brandão et al. (2015), remetida ao contexto sul-rio-grandense. No caso do presente estudo, as memórias compartilhadas por seus interlocutores revelam que vários desses estabelecimentos familiares teriam se originado de fluxos migratórios de famílias nordestinas, fugidas

da seca em seus estados natais, durante as décadas de 1960 e 1970, inserindo-se em um quadro mais amplo de mobilidade espacial, que remonta, pelo menos, ao ano de 1877 (LEANDRO; SILVA, 2012). No novo lugar, as famílias migrantes formaram patrimônio, constituído por cabeças de gado (principalmente bovino, para exploração leiteira) e por terrenos onde construíram suas residências e benfeitorias para ordenha. Por costume, o chefe de cada estabelecimento produtivo se tornava conhecido, no bairro onde se fixava, pelo nome de seu estado de origem: havia, assim, o Alagoano, o Ceará, o Pernambuco e assim por diante.

A opção desses pecuaristas, de reproduzir, no Pará, o mesmo tipo de trabalho realizado na terra de onde tinham saído, representou, por um lado, a valorização de sua identidade cultural, correlata a um particular universo social de significados. Por outro, refletiu o domínio de determinados repertórios de saberes e habilidades técnicas, que norteariam, em consonância à discussão proposta por Ploeg (2008) e Woortmann (2009), a elaboração de específicas estratégias produtivas, garantindo-lhes a obtenção do sustento e favorecendo sua reprodução social.

Assim como no Nordeste, onde deixavam o rebanho pastando solto por vastas áreas abertas, os criadores admitiam que o gado perambulasse pelas ruas de Castanhal, se alimentando da vegetação espontânea nascida às margens das vias públicas e em terrenos baldios. Eles não se instalaram no setor rural do município por terem percebido que a distância até os potenciais compradores urbanos tornaria o produto final (leite) mais caro, devido à adição de custos com transporte. Além disso, no contexto dos anos 1960-1970, como antes mencionado, não havia uma oposição tão definitiva entre as noções de espaços urbano e rural no município, levando a uma postura de relativa tolerância dos agentes da administração pública em face à presença de rebanhos bovinos na cidade.

Contudo, os diferentes processos de crescimento (populacional, econômico, espacial) por que o Município de Castanhal passou – especialmente nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI – representaram a passagem para um novo contexto. Em circunstância de mais intensa ocupação do espaço urbano – inclusive de bairros periféricos e zonas periurbanas – e dinamização dos fluxos de pessoas e automóveis, tornou-se progressivamente incômoda a presença de gado vagando pelas ruas da cidade. Como discutido por Ruas et al. (2014), porém, o questionamento da legitimidade da criação urbana de gado em Castanhal se pautou por argumentos remetidos a aspectos sanitários, identificando-se, as atividades produtivas desempenhadas pelas famílias de pecuaristas, como um problema de saúde pública. Assim, incompatibilizados com a noção de cidade moderna, os grupos produtivos em questão passaram a ser alvos da ação fiscalizadora e punitiva do Centro de Controle de Zoonoses de Castanhal (CCZ), mediante amparo da Lei Orgânica Municipal nº 052/2005.

A despeito dos investimentos na inviabilização da pecuária urbana via imputação de *status* de ilegalidade a seus praticantes, a criação de gado bovino no setor urbano não cessou, inclusive mantendo-se a prática de soltura dos rebanhos pelas ruas de bairros periféricos da cidade. Embora haja casos de membros das famílias de criadores que abdicaram da produção leiteira, assalariando-se em empregos urbanos, e outros, que deslocaram seu rebanho para lotes de assentamentos no setor rural do município, a persistência de alguns grupos de trabalhadores familiares levanta questões relevantes acerca das motivações e da perspectiva de futuro dos pecuaristas, em relação à continuidade de seu trabalho nos moldes tradicionais.

Em prosseguimento aos esforços empreendidos por Ruas et al. (2014) na compreensão da situação empírica enfocada, busca-se, com o presente trabalho, analisar as repercussões dos contextuais processos elencados sobre o fenômeno da socialização infantil. Focalizam-se, especificamente, os aspectos referidos à esfera produtiva, expressos nas sucessivas fases de engajamento dos membros das novas gerações ao trabalho, tanto no âmbito da casa, como, especialmente, na lida com o gado. Considera-se que o exame das distintas expressões assumidas pelo fenômeno da socialização infantil por meio do trabalho familiar favoreça a discussão acerca do modo como os emergentes cenários de mudança social são reconhecidos pelos sujeitos neles enredados, impondo reconfigurações em suas particulares formas de organização social, em suas estratégias e em seus projetos de vida.

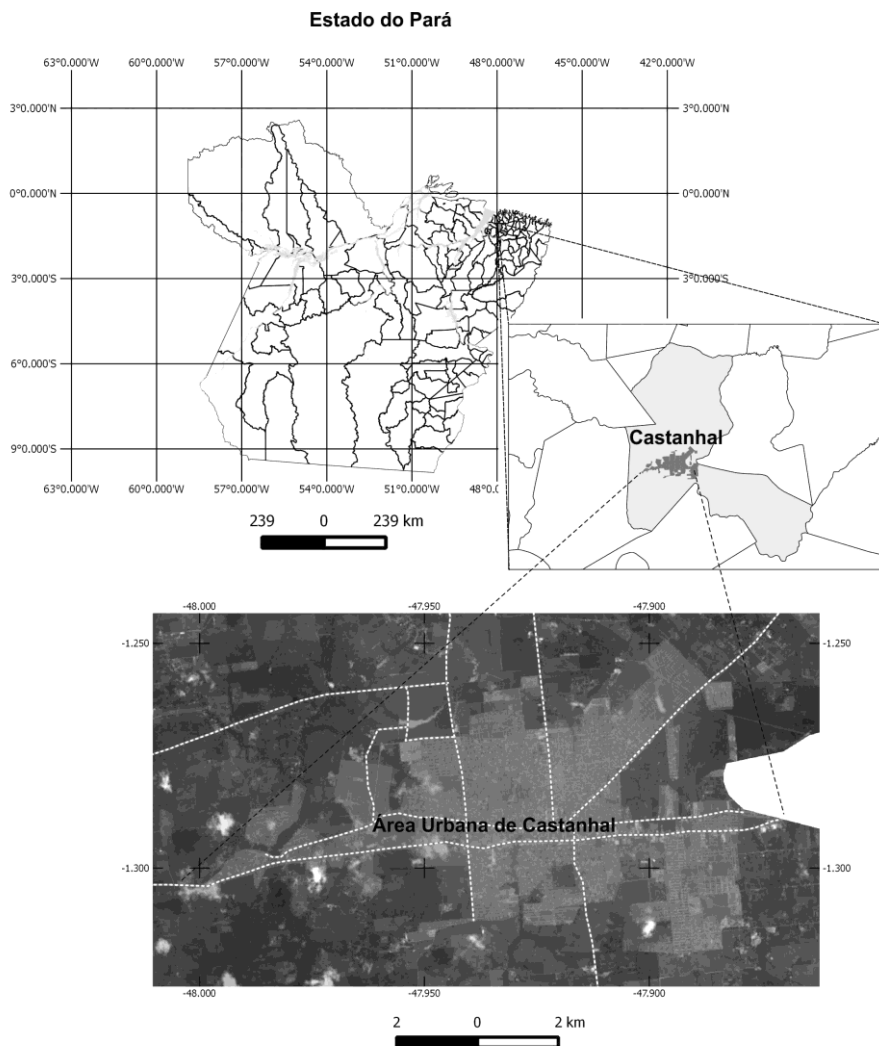
Valoriza-se, portanto, na análise empreendida, a noção de socialização como projeto de formação da pessoa adulta, processo que, mesmo pautando-se pelos repertórios culturais locais a que se reporta Ploeg (2008), também incorpora a capacidade de agência dos produtores familiares, os quais, reconhecendo-se sob circunstância de mudança social, formulam respostas performáticas, pesando as diferentes opções em jogo. Tomando de empréstimo o pensamento de Reichert e Gomes (2009) acerca da transição agroecológica, também no que tange à socialização parece emergir, ao primeiro plano de análise, a questão da apreensão do contexto por parte do pequeno produtor e de sua família ou – no léxico do enfoque sistêmico – a capacidade de recuperação de informações do meio externo pelo sistema de tomada de decisões ao nível do lote agrícola. Declina-se, desse modo, de visões correlatas à mera transmissão de habilidades técnicas e saberes tradicionais subjacentes, ou transmissão de papéis sociais imutáveis e petrificados, como se a socialização se configurasse de modo estático no curso das sucessivas gerações.

Não se pretendeu situar a questão como meramente uma entre duas alternativas mutuamente excludentes, a saber: ou (1) a estrita reprodução de petrificados modos de vida, à revelia do circunstancial contexto onde o grupo familiar se insere; ou (2) a plena e definitiva desestruturação de prévios estilos de vida, à revelia da capacidade de decisão e agência pelos membros do grupo familiar. Em algum ponto intermediário, entre uma alternativa e outra, a pesquisa busca situar as estratégias de sobrevivência do grupo familiar de criadores de gado leiteiro na circunscrição desse ambiente urbano progressivamente normatizado. Em vez de tratar as transformações objetivadas nos processos de socialização infantil como meras tentativas de mimetização de estilos de vida e visões de mundo mais típicos da sociedade dita urbana, o enfoque aqui proposto se socorre, como viés explicativo, da noção de reatualização de estilos de vida, antes definido por Harris (2006) (ainda que em específica referência ao campesinato histórico amazônico, ou sociedades caboclas). Assim, remetendo-se ao fenômeno da socialização infantil e suas vinculações à esfera produtiva, o artigo discute o caráter supostamente híbrido das estratégias de sobrevivência do grupo familiar, que, ao mesmo tempo em que promove a aproximação às circunstâncias instituídas pelo meio externo, viabiliza a reprodução de determinados elementos da sociabilidade anteriormente objetivada no interior do grupo social.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem como área de estudo o Município de Castanhal, na porção nordeste do Estado do Pará (Figura 1). Situado na latitude 01° 17' 49" Sul e longitude 47° 55' 19" Oeste, o município possui área de 1.029 km², dividida em zona urbana e rural, e população estimada em 192.571 pessoas (IBGE, 2016).

Figura 1 – Localização do Município de Castanhal.



Fonte: editado por Moacir José Moraes Pereira.

Participaram como interlocutores da pesquisa os membros de uma família de pequenos criadores de gado bovino leiteiro, oriundos do Estado do Ceará (Região Nordeste do Brasil). A referida família apresenta organização social e produtiva típica em relação aos demais grupos familiares também identificados como criadores urbanos de gado no local, tendo sido escolhida em função de um relativamente longo histórico de interlocução entre seus membros e o primeiro autor deste texto. Tal interlocução se processou entre 2007 – quando o autor em questão assumiu o cargo de coordenador do antes citado CCZ – e 2013 – ano em que ocorreu o trabalho de campo –, sendo marcada, inicialmente, por contatos

conflituosos e, depois, por uma aproximação progressivamente amistosa e até colaborativa.

A família enfocada é extensa, incorporando diversas famílias nucleares, e se organiza em torno do casal de “velhos”, pai e mãe. Ligados à casa dos pais, estão os núcleos familiares constituídos pelos filhos e filhas que, casados, fixaram residência em casa própria, geralmente na mesma vizinhança. Os filhos mais novos, biológicos ou de criação, e as filhas solteiras continuam a residir na casa dos pais. Há, ainda, excepcionais casos de filhos e genros (estes, com suas respectivas esposas) que fixaram residência na área rural do município.

Na esfera da produção, os homens (pai, filhos mais velhos e alguns genros) residentes na mesma vizinhança – em bairro periférico da cidade de Castanhall –, organizam grupos de trabalho para cuidar conjuntamente de seus rebanhos (que contabilizavam, ao todo, em 2013, 150 animais adultos), porém com divisões relativas à exploração econômica do gado (compra e venda de cabeças, negociação do leite, controle sobre os valores monetários auferidos).

Além do casal de “velhos”, a pesquisa abrangeu seis filhos (homens), quatro filhas e dois genros. Alguns desses filhos e filhas são casados, outros solteiros; a maioria reside próximo à casa dos pais, alguns poucos ainda residem na própria casa paterna. Dos interlocutores, um filho e um genro antes envolvidos na pecuária urbana desistiram de trabalhar com o gado, transitando para outras ocupações. A idade dos participantes da pesquisa variou de dezoito (filha mais nova, que ainda morava com os pais) a setenta anos (o “velho”, chefe do grupo produtivo urbano).

O método empregado na pesquisa foi o estudo de caso, composto pelas técnicas de entrevistas com roteiros semiestruturados e observação direta, conforme definições de Mann (1973). A observação se constituiu por frequentes visitas à residência, aos espaços de trabalho e a outros espaços de convivência dos interlocutores, em situações variadas, e se estendeu desde julho até dezembro de 2013. Foi caracterizada pela visualização das atividades do cotidiano, pelo registro das falas ocasionais, por conversas espontâneas e pelo compartilhamento de momentos significativos, incluindo refeições e rodas de discussão informal.

As entrevistas, por sua vez, se constituíram por questões que solicitavam respostas abertas, por meio das quais os interlocutores expressaram as lembranças de determinados aspectos de suas infâncias. Os roteiros estavam estruturados em torno dos seguintes temas: (1) comparações entre as atividades das crianças e jovens (de ambos os sexos) no momento contemporâneo à realização da pesquisa (ou seja, dos filhos de criação mais novos e netos do casal de “velhos”) e aquelas realizadas durante a infância do interlocutor (dos filhos biológicos e filhos de criação mais velhos do casal); (2) descrições quanto à forma e às etapas de envolvimento com a pecuária leiteira e de aprendizado de suas técnicas, em perspectiva comparativa às experiências vivenciadas na instituição escolar; e (3) comentários quanto aos significados atribuídos às diferenças apontadas.

Tanto os registros fotográficos dos momentos de convivência com a família pesquisada quanto a captação das falas elaboradas durante as entrevistas foram autorizados pelos interlocutores, assim como seu armazenamento para fins de pesquisa. Além disso, as informações prestadas pelos participantes da pesquisa foram tratadas com o cuidado de resguardar a imagem e a reputação de seu grupo. Consequentemente, a identidade dos sujeitos contatados não consta neste texto, nem sua divulgação é essencial para o entendimento da problemática abordada.

3. EDUCAÇÃO DE PAIS A FILHOS

O grupo doméstico dos pequenos pecuaristas urbanos de Castanhal se estrutura a partir de um amplo círculo de filhos, o que se coaduna com a noção de ciclo de desenvolvimento ou ciclo demográfico familiar, apresentada em Chayanov (1966) e Fortes (2011). Assim, conforme crescessem e se tornassem hábeis na realização de tarefas cada vez mais complexas, engajando-se integralmente à unidade de produção, os filhos contribuiriam para a satisfação das necessidades da unidade de consumo ao custo de graus progressivamente inferiores de auto-exploração dos membros familiares aptos ao trabalho.

Foram criados, pelo casal, treze filhos biológicos, seis do sexo masculino e sete do sexo feminino, além de dez sobrinhos (temporariamente) e outros filhos de criação – estes, acolhidos em circunstâncias de mobilidade infantil, aparentemente associada a laços de reciprocidade com vizinhos e/ou compadres (para uma interessante perspectiva acerca do tema, consultar a análise de Godoi, 2009, remetida à situação empírica de campesinato sertanejo no Piauí, Brasil).

As gestações do casal foram próximas entre si, acarretando filhos cujas idades se organizam em uma série de números sucessivos que apenas escapam à sequência perfeita devido à ocorrência de óbitos decorrentes de complicações na gravidez, no parto ou no primeiro ano vida de alguns bebês. Apesar do número elevado de filhos (em relação à estrutura populacional urbana da atualidade), os nomes atribuídos a cada um geralmente possuíam as palavras Maria, Francisco ou Alexandrino, ou uma combinação entre elas, podendo ocorrer adequação das masculinas ao gênero feminino. Essa constância de nomes remete à figura de antepassados, e a composição do nome de cada novo ente familiar pareceu destoar desta norma apenas para permitir uma eficaz diferenciação de cada criança.

Os cinco primeiros filhos biológicos que sobreviveram – três mulheres e dois homens, intercalados – nasceram em uma fase de união recente do casal, quando ainda morava no Estado do Ceará. Quando migraram para o Pará, o filho mais velho ainda não tinha completado cinco anos de idade. Dali em diante, os demais filhos nascidos foram todos paraenses.

Os filhos mais velhos, desde cedo, foram instigados a observar as atividades do pai e da mãe na lida com o gado. As crianças ouviam as conversas dos pais acerca do rebanho e da produção leiteira, sendo paulatinamente inseridos, como auxiliares, em etapas pontuais da atividade. Como ainda eram pequenas, pouco podiam contribuir para a produção e, por isso, a participação da mãe diretamente na lida com o gado ainda se fazia absolutamente necessária.

Em meados dos oito ou nove anos de idade das crianças, uma maior participação era delas requerida, possibilitando a liberação da mãe para que se dedicasse mais exclusivamente ao trabalho na casa e arredores. Nesse movimento, se instituiu, também, uma mais marcante divisão do trabalho entre meninos e meninas. Enquanto os meninos acompanhavam a produção leiteira, conduzida pelo pai, incluindo o pastejo do gado e a ordenha das vacas; as meninas auxiliavam na realização dos serviços domésticos, orientadas por sua mãe. Esta divisão sexual tardia do trabalho infantil se compatibiliza às observações de Fukui (2009) – em contexto de campesinato sertanejo na Bahia e em São Paulo – e Marin (2009) – em contexto de campesinato migrante em Goiás –, que indicam certa polivalência do trabalhador infantil nas fases mais precoces de sua integração à esfera produtiva.

No âmbito da produção leiteira, os meninos aprendiam o trabalho do pai sob a supervisão dele, até que demonstrassem desenvoltura para realizar cada tarefa, ou pelo menos determinada tarefa, desacompanhados. A experiência

proposta aos meninos tinha tom de desafio, com algum apelo lúdico. Era não só uma forma de conviver com o pai e, através de seus ensinamentos, reforçar os laços familiares, mas também um processo entendido, pelas pessoas envolvidas (especificamente naquele período inicial), como algo natural, inevitável e positivo.

Os meninos começavam sua jornada a partir de três ou quatro horas da madrugada, ajudando a conduzir as vacas para o interior do curral, onde era realizada a ordenha. Cada vaca atendia por um nome, que elas pareciam reconhecer (situação, aliás, preservada ainda à época do trabalho de campo). Pela manhã, quando iam à escola, os jovens aprendizes sentiam bastante sono, dormiam durante as aulas e, conseqüentemente, tiravam notas ruins. Não apenas por seu insatisfatório desempenho escolar, mas especialmente pela peculiaridade do trabalho pelo qual sua família era localmente notabilizada, os meninos – e também suas irmãs – recebiam apelidos maldosos dos colegas, sendo inferiorizados em decorrência da diferenciação da educação familiar por eles recebida. Como revelou um dos interlocutores – hoje homem feito –, quando menino, se sentia “um pouco triste, quando os outros meninos chamavam a gente de peida leite”.

Fora do horário escolar, no período vespertino, em vez de realizarem as lições de casa e de estudarem as matérias nem sempre bem absorvidas em sala de aula, os meninos se envolviam com o pastejo do gado, realizado ao longo de ruas margeadas por vegetação espontânea ou em terrenos não cercados; de todo modo, às vistas de vizinhos e de moradores de outros bairros da cidade. Encontrado um ponto adequado para alimentação do gado, eles também procuravam alguma árvore cuja sombra pudesse cobrir-lhes o corpo durante os cochilos de que se valiam para compensar as últimas horas de sono da madrugada, perdidas em favor da ordenha.

Seguindo-se, então, aos dissabores de uma convivência nem sempre prazerosa com os colegas e ao insucesso na progressão escolar pela incompatibilidade entre produção leiteira e rotina estudantil, os meninos – mas não suas irmãs – perfizeram trajetórias de interrupção dos estudos antes mesmo de obterem os certificados de conclusão da educação básica.

No âmbito da casa, a mãe da família organizava os trabalhos domésticos, referidos a título de “prendas do lar”, como cozinhar, lavar a roupa e limpar a casa e seus arredores, propiciando algum conforto para os homens, que passavam, segundo ela, “o dia todo fora, trabalhando”. Decorrendo das potenciais distinções entre ocupações masculinas e femininas identificadas pela mãe, a “velha”, percebem-se claros limites entre os papéis desempenhados pelos diferentes membros do grupo doméstico, que encontram eco em uma literatura já consolidada, remetida a um modelo tido como clássico da família camponesa, reconhecida em distintas situações de pesquisa empírica (por ex., HEREDIA, 1979; STOLCKE, 1982; SARACENO, 1992; FERRANTE, et al., 1998).

Conforme tal visão, o homem teria a função de provedor, responsável por garantir o sustento e a reprodução da família através de seu trabalho, enquanto a mulher teria seus esforços qualificados como ajuda ou, no máximo, como trabalho leve, trabalho de mulher, trabalho de casa, enfim, descritos por meio de designações contrastivas à categoria de trabalho propriamente dito. As filhas do casal enfocado, tendo como referência esses papéis, portanto, teriam sido socializadas para atender as demandas da casa, em termos de suporte ao trabalho do pai e dos irmãos. Talvez a maior proximidade por elas mantida em relação aos espaços ligados à pecuária tenha ocorrido nas ocasiões em que foram incumbidas de entregar marmitas para os homens da família, enquanto eles exerciam as funções tipificadas como trabalho.

Os padrões de socialização vivenciados pelos filhos mais velhos do casal passaram, entretanto, por alterações, conforme iam nascendo novos filhos e sendo

acolhidos os sobrinhos e outros filhos de criação. Como o pai da família já tinha formado seu grupo de trabalho, um círculo organizado e articulado capaz de satisfazer a demanda de força de trabalho da produção leiteira, os meninos mais novos não passaram pelos estágios de engajamento na atividade, mantendo-se relativamente alheios à sua realização e, consequentemente, ao tema em si.

Assim, por um lado, os filhos mais velhos tiveram sua infância marcada pelo exemplo do trabalho de seu pai – e inclusive da mãe, quando sua ajuda ainda se fazia necessária à lida com o gado –, pelo convívio com o “velho” e com irmãos de idades próximas. Por outro lado, os filhos – biológicos e de criação – da fase mais avançada da vida do casal miravam, o mais das vezes, seus irmãos maiores, como ordenadores autoritários, competidores sempre vitoriosos nas batalhas pela atenção e pelos elogios do pai, desestimulando sua aproximação e efetiva integração à produção leiteira familiar.

As meninas mais novas, ao contrário, seguindo o exemplo das irmãs maiores, reproduziram a conduta de auxílio aos esforços da mãe, por solidarizarem-se com sua idade cada vez mais avançada e por preocuparem-se com seu estado de saúde, marcado por diferentes episódios de extremo desgaste devido ao apoio que precisou prestar ao marido durante a fase de implantação do estabelecimento produtivo da família em Castanhal. Distintamente, porém, quanto mais as filhas mais novas se aproximavam da condição de moças, mais se distanciavam do entendimento de que seu serviço estivesse em função do trabalho masculino, como mero suporte.

Não tendo enfrentado tantos obstáculos ao prosseguimento dos estudos, aliás, os filhos mais novos – de modo geral, mas particularmente as mulheres –, quanto mais tardios na história de vida do casal, tanto mais relatam projetos de frequentar cursos de nível superior, apontando, inclusive, opções que não estão relacionadas à pecuária, nem às noções de mundo rural e de atividade agrícola.

4. SOCIALIZAÇÃO DOS NETOS: CRISE DE IDENTIDADE?

A socialização dos netos do casal enfocado ocorre de modo diferente daquela proporcionada a seus filhos, distinguindo-se, particularmente, dos processos vivenciados pelos filhos mais velhos. Os netos – meninos e meninas – acompanham o avô em passeios que se entrecruzam à atividade de pastejo do gado em áreas próximas às suas residências. Percebe-se que, ali, são partilhados valores morais e significados associados à pecuária familiar e à produção leiteira. Apesar disso, tais passeios não configuram situações de engajamento das crianças ao trabalho. Há, sim, a valorização da figura do homem do campo, do homem que realiza atividades rurais, entretanto o teor desses encontros não contempla, por exemplo, a aquisição de saberes e formação de competências técnicas correlatas à criação do gado, restringindo-se a um caráter contemplativo. O avô trabalha e, enquanto isso, convive com seus netos e reforça a afetividade familiar; partilha com eles uma determinada visão de mundo, mas não se ocupa em integrá-los à esfera do trabalho.

Os filhos do casal, pais dessas crianças, em uníssono com seus respectivos cônjuges, declaram um consciente interesse em que seus próprios filhos tenham uma trajetória escolar bem-sucedida. Ao afirmarem que “esse negócio de boi já não dá mais certo aqui”, os membros dessa geração demonstram crer que a atividade de seus pais tornou-se inviável na cidade, devido às pressões das autoridades públicas remetidas à restrição de utilização do espaço urbano para realizar o pastejo do gado. Tais pressões, operacionalizadas mediante interferência legislativa, obrigam o grupo doméstico a reformular suas estratégias.

Adicionalmente, alguns deles consideram a pecuária leiteira, naqueles moldes, uma atividade desgastante, portanto procuram garantir que seus filhos obtenham uma qualificação formal que possibilite o ingresso no mercado de trabalho como profissionais especializados, escapando do ciclo de transmissão intergeracional de uma posição social precária (concepção tomada de empréstimo de Neves, 2003) e do risco de ficarem à mercê de postos de assalariamento subalterno ou mesmo do subemprego.

O contato com alguns netos do casal permitiu perceber que eles têm uma imagem positiva acerca da pecuária, nascida dos momentos vivenciados na companhia do avô, do próprio pai (caso faça parte do grupo de trabalho do avô) e dos tios envolvidos com a produção leiteira. Eles também não expressam discordância, sequer estranhamento, diante da presença de gado nas imediações de suas residências, ao longo das ruas de seu bairro, solto, alimentando-se das moitas e capins às margens da via pública. Os mais novos, crianças de seis ou sete anos, brincam mesmo de tanger animais de menor porte, como cabras, bodes e cabritos. Alguns dos mais velhos, em plena adolescência, afirmam que gostariam de seguir profissões especializadas – pautadas na formação universitária –, ligadas ao mundo rural, devido a uma alegada afinidade para o trato com os animais.

O diálogo entre os filhos e os netos dessa família, no que toca à definição de projetos de vida – dentro ou fora da produção leiteira familiar –, se estabelece em diferentes direções, de acordo, especialmente, com as representações formuladas pelo genitor paterno em torno das experiências acumuladas durante sua vida – tanto daquelas remetidas à convivência com seu próprio pai, o “velho”, na infância, quanto daquelas remetidas a colisões com atores da formação social inclusiva.

Assim, alguns dos meninos socializados por meio da integração ao trabalho com o gado são, hoje, homens que se referem à atividade como algo positivo, a exemplo do filho que se retirou, com seu rebanho, para um assentamento na zona rural do mesmo município. A possibilidade de prosseguir com a atividade sem os conflitos inerentes à sua realização na zona urbana estimulou a manutenção do sentimento de apreço desse interlocutor pela pecuária familiar e a vontade de perpetuar sua condição de criador de gado. Nesse particular caso, o indivíduo pleiteia retomar os estudos, visando obter capacitação técnica formal, complementar aos ensinamentos recebidos do pai na infância. Já também pai, em paralelo à oferta de educação escolar a seus filhos, busca igualmente neles inculcar o gosto pela produção leiteira, sem, porém, integrá-los como força de trabalho à atividade.

Vários dos outros filhos mais velhos do casal, também socializados por meio da produção leiteira, se referem à pecuária familiar como uma atividade que, embora cansativa, desperta sua satisfação, por estar ligada a uma identidade social por eles valorizada e que traduz um específico modo de ser, uma determinada configuração de pessoa. Apesar disso, reconhecem a crescente inviabilidade da pecuária em sua modalidade urbana e a condição de vulnerabilidade social a que se submetem os que insistem em praticá-la, por isso aconselham seus filhos a buscar outras opções de formação profissional, ligadas à vida propriamente cidadina.

No extremo oposto, há dois casos de familiares que, contrariados com as investidas “do governo” contra as suas atividades, decidiram desfazer-se de seus rebanhos, por venda ou repasse a algum outro familiar. Eles se empregaram em postos de trabalho subalterno – com baixos requerimentos de qualificação formal e remuneração limitada a um salário mínimo – no centro da cidade. Um deles, em seguida, afastado do posto assalariado que galgara, tornou-se guardador de automóveis não formalizado (“flanelinha”), sofrendo críticas por parte da família. Em ambos os casos, porém, houve perceptível abalo na autoimagem desses homens, afinal costumavam se ver como provedores, produtores com autonomia relativa, e

de repente passaram a ser executores de ordens, alienados de sua sociabilidade, de seu trabalho, em conflito de identidade. Expressavam, como nas situações anteriores, uma imagem positiva da pecuária familiar, porém confinada em falas saudosistas e mesclada à formulação de expectativas em torno do sucesso escolar de seus filhos como esperança de superação da condição de vulnerabilidade.

Existe, portanto, uma forte tendência de que a geração de netos do casal de migrantes tenha sua educação predominantemente pautada pela instituição escolar, na maior parte das vezes como via única de formação de seu repertório de conhecimentos e habilidades e de constituição de seus horizontes profissionais. Como tais emergentes padrões de sociabilidade se pautam pela valorização de um particular conjunto de símbolos e significados atrelados à criação de gado, porém dissociada da transmissão do saber tradicional e das competências correlatas ao exercício da atividade, a formação técnica das novas gerações fica a cargo do ensino formal, incapaz de prepará-los para continuarem sendo pecuaristas urbanos. Assim, ainda que, por mais algum tempo, a nova geração seja capaz de reter determinadas concepções de pessoa, de papéis sociais e de moralidade, subjacentes à atividade de produção leiteira familiar, resta a dúvida se a ruptura dos processos de socialização pelo trabalho poderia levar à futura dissolução dessa particular visão de mundo.

Deve-se notar, por fim, que o afastamento da geração de netos da produção leiteira se distingue do afastamento da geração de filhos mais novos do casal em relação à atividade. Enquanto os padrões de socialização dos netos teriam sido afetados pelo reconhecimento da inviabilização da pecuária urbana em um contexto de crescente urbanização, os padrões de socialização dos filhos mais novos do casal teriam diferido da socialização de seus filhos mais velhos devido à ausência de espaço de atuação em uma unidade de produção já consolidada e, também, no caso da maioria dos filhos de criação, pela descontinuidade da convivência cotidiana, característica das formas precárias de adoção de crianças e jovens praticadas no âmbito das redes de reciprocidade e mobilidade infantil entre famílias camponesas.

5. CONTINUIDADE E MUDANÇA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS DE RECONHECIMENTO SOCIAL

Contraopondo-se às leituras referidas ao campesinato como segmento social petrificado em formas empíricas estáticas, o artigo recorre ao pensamento de Ploeg (2008), que situa a questão da possibilidade de reconhecimento do camponês não a partir de estereótipos remetidos a situações sociais específicas, mas a partir de uma “condição camponesa”, manifesta em distintos “graus de campesinidade”. A vinculação de determinado grupo social à categoria teórica de condição camponesa dependeria, assim, de sua busca por autonomia via composição de específicos arranjos de coprodução entre homem e ambiente em uma base de recursos autocontrolada e referenciada em repertórios culturais locais. Não sendo, entretanto, uma condição estática, ela poderia ser alterada ao longo do tempo, conforme o grupo doméstico se aproximasse ou se distanciasse dessa forma camponesa ideal.

A reflexão ora proposta se socorre da citada formulação especificamente por reconhecer, no caso empírico enfocado, a ocorrência de um processo de transição, diretamente referenciado à esfera produtiva, mas também incidente sobre as formas de organização e de sociabilidade objetivadas no âmbito do grupo familiar. Enquanto processo, a transição aqui analisada deve ser concebida como fenômeno gradual e complexo, que não se pode explicar adequadamente por meio de hipóteses como as de “perda” da identidade ou da cultura, ou de inexorável

imposição de condições opressoras a segmentos sociais subordinados. Tais vieses explicativos recorrem a representações dicotômicas, ignorando a vastidão de possibilidades intermediárias de abordagem dos fenômenos de transição. Do mesmo modo, se pautam por uma perspectiva miserabilista, em que a transição refletiria meramente o efeito das restrições impostas aos segmentos subalternos, vistos como vítimas indefesas.

A análise proposta valoriza, ao contrário, o reconhecimento dos pecuaristas urbanos como agentes sociais que se reconhecem em uma circunstancial posição ocupada e que são capazes de se exprimir em consonância a seu particular contexto de existência, não respondendo de modo passivo, mas performativo, diante das condições sociais e políticas limitantes. Conseqüentemente, enquadra-se, a seguir, o processo de emergência de novos padrões de socialização infantil no grupo familiar em questão menos como mera mimetização de modos urbanos de vida que como expressão da tomada de consciência acerca dos contrastantes significados associados à obtenção de reconhecimento no âmbito da unidade doméstica camponesa e em outras frentes de afiliação à vida social inclusiva.

No que concerne aos filhos mais velhos do casal migrante, engajados à unidade de produção ainda durante a infância, cabe perguntar: quais seriam os critérios valorizados de reconhecimento social norteadores de sua socialização? Em um contexto urbano incipiente – como era a Castanhãl da década de 1970 –, avalia-se que os referenciais proeminentes de pensamento e ação do grupo familiar tratado seriam seus próprios repertórios culturais, seus regimes de moralidade, formulados desde sucessivas gerações precedentes, ainda no Estado do Ceará.

Assim, as práticas instituídas pelo casal na socialização de seus filhos mais velhos – antes descritas – ilustram as ponderações de Wootmann (2009), para quem a atividade agrícola estaria circunscrita a uma ordem moral e religiosa. Para a autora, o camponês seria apenas um gerente da natureza, legada por Deus, e dela se apropriaria por meio do trabalho, valendo-se dos repertórios de um saber qualificado como tradicional para perpetuar sua condição de produtor. O *status* de pai de família, portanto, implicaria transmitir não só o patrimônio material (a terra, ou, no caso, o gado), mas também o saber que tornaria possível trabalhá-lo.

Se, então, por um lado, o pai de família se constituiria pela transmissão do patrimônio e do seu saber, os filhos, por outro lado, para se tornarem homens, teriam que adquirir os conhecimentos e competências correlatos ao trabalho e à capacidade de prover o sustento de uma família. Tal configuração figuraria como horizonte social associado àquele específico regime de moralidade; seria condição de reconhecimento da pessoa como ocupante de um determinado papel social.

Criticando as noções de transmissão de saberes e de socialização como interiorização de papéis sociais, Sautchuk (2005; 2007) ilumina o entendimento do presente caso através da noção de reprodução. A infância dos filhos mais velhos do casal poderia, seguindo a lógica do autor, ser descrita como instância de reprodução não de relações sociais ou do conhecimento em si, mas da gênese do trabalhador. O que se transmite não seria um saber ou um papel social, mas o próprio trabalho, ao qual o indivíduo progressivamente se integra, mediante sucessivos graus de engajamento e reconfigurações de seu repertório cognitivo. Tratar-se-ia, então, de um processo de legitimação pela formação das competências indispensáveis à construção do trabalhador feito e passível de reconhecimento social.

De um modo ou outro, a concepção de reconhecimento social implicada no processo de socialização dos filhos mais velhos do casal migrante se remetia ao acoplamento entre a esfera do trabalho e as demais esferas do cotidiano, como o lazer e as práticas religiosas. Desse modo, as expressões então valorizadas de trabalho estariam necessariamente ligadas à reprodução daquele particular universo

de significados. Como sugerem Grisa (2007) e Marin (2009), referindo-se a padrões genéricos de sociabilidade do campesinato, o trabalho, nesse tipo de formação social, permitiria não apenas obter a satisfação das necessidades materiais da família, mas também reproduzir uma determinada visão de mundo, transmitir um modo de vida. Consequentemente, a infância camponesa figuraria como processo de incorporação dessa lógica diferenciada de vida cotidiana.

A inserção escolar, segundo a lógica então predominante, não teria sido, afinal, valorizada na socialização dos filhos mais velhos, primeiro por sua incompatibilidade com as rotinas da produção leiteira, que ameaçava a satisfação das necessidades da unidade de consumo de um grupo doméstico ainda insuficientemente estabelecido (para uma instigante discussão correlata, ver Fukui, 2009, e sua problematização do papel da criança como “a riqueza do pobre” no contexto do campesinato sertanejo). Em segundo lugar, a inserção escolar dos filhos também não teria sido valorizada pelo casal migrante em razão de não ser vista como elemento favorável à formação de uma configuração de pessoa socialmente reconhecida como adequada no âmbito do referido grupo social. O envolvimento precoce dos meninos na lida com o gado, ao contrário, era, na visão do pai, o meio necessário para garantir o aprendizado de seus filhos, naquela atividade que ele sabia ser capaz de garantir o sustento de uma família. Retomando a metáfora de Sautchuk (2007): seus filhos poderiam até não se tornar “alguém” na vida, mas efetivamente saberiam “alguma coisa” e, a partir disto, conseguiriam sobreviver. Espelhando tal concepção, a fala de um deles: “a comida na mesa é fruto de suor”.

Passando adiante, cabe, contrastivamente, questionar os critérios valorativos de reconhecimento social norteadores dos padrões objetivados de socialização da geração de netos. Como antes exposto, reverte-se a tendência de socialização via incorporação da força de trabalho infantil à produção leiteira, e a educação escolar formal é alçada a um primeiro plano estratégico, possivelmente como expressão de investimento na lógica do “ser alguém na vida”, metaforizada por Sautchuk (2007).

O “velho” admite que “a educação do filho quem decide é o pai”, abstendo-se de interferir na definição dos rumos da socialização de seus netos. Indo além, entretanto, é possível sugerir que o silêncio do avô decorra da percepção da ausência de condições para formular uma visão de futuro positiva acerca da pecuária urbana, e da suspeita de que a cidade, tão diferente do que costumava ser, agora exija a conformação de todos os seus habitantes a uma determinada configuração de homem/pessoa, que não corresponde ao modelo por ele valorizado na socialização de seus próprios filhos. Assim, os critérios de reconhecimento social norteadores da socialização das crianças de sua família deixam de estar vinculados à esfera do específico segmento socioeconômico do campesinato urbano migrante e passam a se ligar a expectativas emanadas da esfera social abrangente, cidadina.

A partir de Sen (1999), poder-se-ia, a uma primeira vista, considerar que tal movimento de valorização diferenciada de critérios de reconhecimento social representa a adoção de estratégias de socialização infantil necessariamente condutoras a uma situação de maior liberdade. Uma formação escolar certificada, afinal, seria, em tese, capaz de abrir uma quantidade significativamente maior de portas que a formação de um criador de gado via transmissão de um saber tradicional. A primeira situação, portanto, poderia até mesmo conduzir a processos de ascensão social, enquanto a segunda necessariamente conduziria a um quadro de vulnerabilidade social. Será este o caso?

6. PADRÕES DE SOCIALIZAÇÃO COMO PERFORMANCE EM CONTEXTO DEFINIDO

Pensava-se, em etapas preliminares de elaboração do presente texto, que os padrões de socialização dos filhos mais velhos do casal migrante constituiriam situações limitantes às alternativas de inserção profissional a que estes indivíduos poderiam pleitear na vida adulta. Embora relativamente verdadeira, esta afirmação conduz ao equívoco de associar tais práticas de socialização via incorporação da força de trabalho infantil à produção familiar à noção de vulnerabilidade social.

Como antes mencionado, em um contexto de urbanidade incipiente (e de relativa ausência de normatividade quanto ao uso do espaço citadino), de alta demanda por força de trabalho para garantir a manutenção física imediata do grupo doméstico e de convicção quanto à viabilidade da pecuária leiteira para o contínuo sustento da família, fazia sentido que pai e mãe privilegiassem a integração de seus filhos à esfera produtiva, em detrimento da inserção das crianças em processos de escolarização. Com tal procedimento, naquelas circunstâncias, puderam garantir justamente que a família não sucumbisse à condição de plena vulnerabilidade social e à conseqüente inviabilização da vida biológica. Incapazes de prever o futuro, os pais também acreditavam que, mantidas as circunstâncias gerais, os repertórios culturais legados aos filhos seriam suficientes para sua sobrevivência futura. Assim, não cabe definir a socialização daqueles primeiros filhos como práticas esvaziadas de projeções para o futuro – ainda que efetivamente limitantes de suas opções.

Com a crescente urbanização do Município de Castanhal e a imposição de normas de uso do espaço citadino que contrastavam com os sistemas de produção leiteira periurbana, as limitações associadas à formação profissional dos filhos mais velhos significaram uma relativa impossibilidade de conversão a outras alternativas de trabalho, redundando no seu envolvimento em uma série de conflitos remetidos à contestação da atividade de sua família. As crianças incorporadas à produção leiteira urbana se tornaram adultos que dominam os conhecimentos técnicos necessários para executar seu trabalho, mas somente aquele trabalho. Quando afirmam que “a vaca foi nossa escola”, essas pessoas permitem inferir que o modo como foram profissionalizados, apesar de ter garantido o aprendizado de um ofício, impossibilitou que elas prosseguissem por outros caminhos, caso assim quisessem.

A família passou, então, apenas a partir de determinado momento, a estar enquadrada em situação de vulnerabilidade social. Salienta-se, porém, que tal quadro se constituiu contextualmente, mediante emergência de circunstâncias novas, que não poderiam ser – como não o foram – antevistas pelo casal migrante, promotor da socialização de seus filhos. Não se pode, por isso, concluir que as específicas práticas de socialização em que inscreveram seus filhos mais velhos sejam intrinsecamente condutoras à vulnerabilidade social, embora possam ser assim concebidas em referência a circunstanciais desdobramentos do caso tratado.

Confrontados com o efetivo curso dos acontecimentos, porém, os membros familiares não mantiveram estáticos os padrões de socialização das novas gerações, atuando performativamente para reconfigurar a formação das crianças conforme o contexto social emergente. Isto reflete a capacidade desses sujeitos de apreender os dados de seu meio e os fatos que se sucedem no tempo, analisando-os reciprocamente, com vistas a definir novos horizontes de engajamento, projetos de vida e estratégias de atuação. Trata-se, enfim, de uma conciliação entre o caminho contextualmente ofertado e o caminho ativamente traçado por esses agentes sociais, que não são meros receptores conformados a estímulos externos, mas criativos operadores referenciados por sua memória e uma experiência de vida.

Simetricamente, se a socialização vivenciada pelos filhos mais velhos não deve ser concebida como completa limitação, a educação incidente sobre os netos do casal também não deve ser vista como isenta de limitações. Como Brandão (1981) insinua por meio de sua breve narrativa acerca dos índios convidados para frequentar a escola do povo branco, qualquer forma ou modelo de educação comporta limitações, no sentido em que prioriza determinados conteúdos e põe em segundo plano ou mesmo se silencia acerca de outros.

As limitações subjacentes à formação escolar não parecem contradizer as perspectivas formuladas pelos membros da família em torno de uma possível mobilidade social e superação da condição de vulnerabilidade do grupo, a ser capitaneadas pelas novas gerações. Não havendo, porém, na instituição escolar, espaço para referências à produção leiteira, aos saberes e às habilidades técnicas a ela associadas, retira-se a oportunidade de que os netos da família – e ainda as gerações vindouras – optem, caso assim desejem, pela objetivação de um estilo de vida mais simples e ainda posto em conta como moralmente diferenciado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfocando processos de socialização de crianças no âmbito de uma unidade doméstica urbana voltada à pequena pecuária bovina leiteira, o artigo se concentrou no fenômeno da reconfiguração dos referenciais da sucessão familiar em contextos de transição, aqui tratada a partir da emergência de novas lógicas de ocupação do espaço urbano. A discussão se ocupou preponderantemente com o subgrupo de filhos (homens) mais velhos do casal migrante, cuja socialização – caracterizada pela incorporação da força de trabalho infantil à produção leiteira – refletiu de modo mais explícito os princípios de reconhecimento social remetidos à esfera da sociabilidade camponesa; e com o subgrupo de netos, cuja socialização – caracterizada pela priorização de processos de escolarização formal – refletiu a negação dos padrões de engajamento anteriormente valorizados e a vinculação a padrões de reconhecimento social remetidos à noção de vida urbana.

Tal mudança foi, aqui, analisada criticamente a partir da perspectiva de agência dos atores sociais diretamente implicados, apontando-se para o processo de incorporação ativa e consciente de novos referenciais pelos interlocutores inquiridos. Tais referenciais se relacionam à formação de uma específica configuração de pessoa, dissonante em relação ao modelo de homem que anteriormente norteou a socialização dos membros da unidade de produção da família pesquisada. Relativiza-se, desse modo, a noção de identidade, que não deveria ser concebida como padrão estático de reconhecimento, ou traço essencial de distinção de determinada situação empírica em relação às demais. Valorizam-se, por outro lado, as concepções de contextualidade, gradualismo e performatividade.

O texto contribui para a discussão acerca da diversidade de formas de expressão potencialmente assumidas pelo campesinato, reforçando a concepção de que tal segmento não se delimita conceitualmente em estrita referência a situações empíricas rigidamente circunscritas aos espaços tipicamente qualificados como rurais. Do mesmo modo, o texto busca privilegiar a representação do trabalhador familiar camponês em oposição às imagens de senso comum – e de certa tradição erudita – que apresentam-no ora como indivíduo conservador e alheio às contextuais mudanças da sociedade, ora como indefesa vítima de grupos sociais hierarquicamente dominantes. Contribui, particularmente, para os estudos remetidos a questões geracionais e à reprodução social do campesinato urbano, atribuindo visibilidade, na esfera acadêmico-científica, a um segmento social marginalizado, tido ora como resquício, ora como transgressão.

8. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. Educação? Educações: aprender com o índio. In: BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, J.B.; BREITENBACH, R.; DIAS, V.S.; SILVA, F.B. Leite clandestino: a informalidade orientada pela demanda – um diagnóstico da produção e comercialização em Itaqui/Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.2, p.113-131, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16027>>. Acesso em 17 out. 2016.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C.; CASTRO, A.C. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CHAYANOV, A.V. The peasant family and the influence of its development on economic activity. In: THORNER, D.; KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. **The theory of peasant economy**. Illinois: The American Economic Association, 1966.

FERRANTE, V.L.B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modelo de vida. In: ABRAMO, L.; ABREU, A.R.P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro/São Paulo: ALAST, 1998.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Cadernos de Antropologia da Editora UnB – Série Tradução**, v.1, 2011.

FUKUI, L.F.G. A “riqueza do pobre”. Relações entre pais e filhos entre sítiantes tradicionais brasileiros. In: NEVES, D.P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Volume 2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GODOI, E.P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.14, p.5-35, 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5589>>. Acesso em 16 out. 2016.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W.A. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Castanhal. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/32T>. Acesso em: 11 set. 2016.

LEANDRO, L.M.L.; SILVA, F.C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v.15, n.2, p.143-174, 2012.

SILVA, M.C. L.; MOTA, D. M. Dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá – Pará. **Cadernos de educação**, n.37, p.161-184, 2010.

LUZ JÚNIOR, R.S. História e Memória da Formação do Bairro Jaderlândia na Cidade de Castanhal – Pará. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

MANESCHY, M.C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M.J.J. **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

MANN, P.H. Pessoas como fontes de dados. In: MANN, P.H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARIN, J.O.B. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, D.P.; SILVA, M.A.M. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** – Volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MOTA, D.M. Reflexões sobre o trabalho e a família no espaço rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande, PB. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2008. p.1-15.

NEVES, D.P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v.6, n.2, p.149-173, 2003.

PLOEG, J.D. van der. O que é, então, o campesinato? In: PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REICHERT, L.J.; GOMES, M.C. Processo de tomada de decisão e a racionalidade administrativa na mudança do sistema de produção convencional para o de base ecológica na agricultura familiar. **Agricultura familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento, n.9, p.121-144, 2009.

RUAS, R.M.S.; GUERRA, G.A.D.; FURTADO, D.C.; ASSIS, W.S. Pressões e oposições contra pequenos criadores familiares de gado bovino leiteiro da zona periurbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil – Amazônia Oriental). **Mundo Agrário**, v.15, n.30, 2014.

SARACENO, C. Família, trabalho, economia. In: SARACENO, C. **Sociologia da família**. 2ed. Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SAUTCHUK, C.E. Laguistas et pescadores: L'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil). **Techniques & Culture**, n.45, 2005.

SAUTCHUK, C.E. **O arpão e o anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). 2007. 402f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada. Sistemas de trabalho e estrutura familiar: O caso das fazendas de café em São Paulo. In: ARANTES, A.A.; BIANCO, B.F.; BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M.; SLENES, R.; KOFES, S.; STOLCKE, V. **Colcha de retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. Editora Brasiliense, 1982.

WITKOSKI, A.C. Organização social do trabalho da família camponesa. In: WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2007.

WOORTMANN, E.F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não

precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não

contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação.** 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

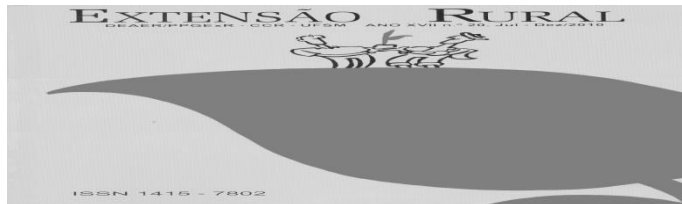
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia.** Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acessado em 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.